FUNBIO

RELATÓRIO ANUAL

FUNBIO 2022

SUMÁRIO

3 CARTA DO PRESIDENTE
4 PERSPECTIVAS
5 MISSÃO, VISÃO E VALORES
6 NOSSOS PROJETOS
7 EM NÚMEROS
9 LINHAS TEMÁTICAS
10 OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES
12 EM 2022
15 O FUNBIO
15 COMO TRABALHAMOS
16 DOADORES 2022
17 ORGANOGRAMA
18 GOVERNANÇA
19 TRANSPARÊNCIA
20 COMITÊ DE ÉTICA
21 POLÍTICAS DE SALVAGUARDA
22 AGÊNCIAS NACIONAIS FUNBIO
23 QUEM SOMOS
25 DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO
29 BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

36 PROJETOS COM RECURSOS DE DOAÇÕES

37 ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
NOVO **42 FLORESTA VIVA**
43 GEF TERRESTRE – Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal
45 COPAÍBAS – Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado
48 REM MT – Programa Global REDD Early Movers (REM) – Mato Grosso
50 MATA ATLÂNTICA – Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica
52 PROBIO II – Fundo de Oportunidades do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade
53 CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL – Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
54 GCF TASK FORCE – Força-tarefa para o Clima e Florestas
55 FUNDO AMAPÁ
57 GEF MAR – Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
NOVO **59 CORAL REEF**
60 FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR
61 TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA
64 UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU
65 FUNDO KAYAPÓ
67 RRF AMAZÔNIA – Estratégia Articulada para o Apoio a Emergências Etnoambientais na Amazônia Brasileira
NOVO **68 REDE OCEANO LIMPO**
69 MICO-LEÃO-DOURADO (FASE II) – Parceria para a Implementação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado
NOVO **70 MICO-LEÃO-DOURADO (FASE III)** – Parceria para a Implementação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado

72 PROJETOS COM RECURSOS DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

73 EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda Voltados para a Qualidade Ambiental das Comunidades Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro
75 PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA – Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro
77 CONSERVAÇÃO DA TONINHA – Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I)
83 APOIO A UCs – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo
84 TAC ALSUB – Termo de Ajustamento de Conduta Almoxarifados Submarinos
85 TAC CORAL-SOL
86 TAJ PARANAGUÁ – Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná
87 TCSA PORTO SUL – Termo de Compromisso Socioambiental Porto Sul

88 PROJETOS COM RECURSOS DE DOAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

89 FUNDO AMAZÔNIA ORIENTAL

90 AGÊNCIA GEF FUNBIO

91 PRÓ-ESPÉCIES – Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção

93 CRÉDITOS

JUNTOS PARA ACELERAR SOLUÇÕES

JOSÉ BERENGUER
Presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO

Sharm El-Sheikh, no Egito, é globalmente conhecido como um dos mais espetaculares pontos de mergulho do mundo. E, em novembro de 2022, foi lá que os mais de 40 mil participantes da COP27 do Clima ouviram de tomadores de decisão falas que enfatizavam uma abordagem inevitável e natural, porém até então nem sempre verbalizada em grandes fóruns: biodiversidade e clima caminham juntos. Florestas e pessoas idem. São temas intrínsecos, que, se em algum momento foram pensados como estanques, precisam ser tratados como uma grande rede dinâmica, na qual um movimento impacta o outro, fazendo-o avançar ou retroceder.

Essa percepção abre perspectivas inclusivas, centrais num momento em que são discutidas urgências como o ponto de não retorno de grandes florestas como a Amazônia (o limite a partir do qual é considerada inviável a volta ao estado anterior), avaliados compromissos globais para mitigar as mudanças climáticas e criados novos arranjos e parcerias para o financiamento de projetos de conservação.

Nesse contexto, a riqueza socioambiental do Brasil convive com oportunidades e, claro, desafios de semelhante proporção. No encontro no Egito, o *hub* do Consórcio Amazônia Legal, que tem o FUNBIO como gestor financeiro, evidenciou alguns deles: há disposição de grandes doadores em apoiar iniciativas nacionais e regionais de longo prazo que sejam sustentáveis e apresentem resultados tangíveis e mensuráveis. Para que isso se materialize, é fundamental ouvir, estruturar, dispor de dados, planejar, distribuir conhecimento e capacitar. É desse modo que se podem vislumbrar impactos duradouros.

Um exemplo em andamento é o apoio do programa COPAÍBAS, financiado pela Noruega, à conservação e à geração de renda no Cerrado e na Amazônia, por meio da bioeconomia. O apoio extrapola os recursos financeiros: um programa de acompanhamento capacita e assessora as associações beneficiadas, expondo-as à visão da cadeia de A-Z. Desse modo, permite que se familiarizem com conceitos como valor agregado e percebam a importância de estratégias como as de marketing para uma inserção mais justa e perene em mercados.

O ano de 2022 foi também aquele em que uma iniciativa inédita de *matchfunding* do BNDES mobilizou em pouco tempo volumosos recursos para a restauração ecológica. Batizada de Floresta Viva, a iniciativa anunciou na mesma COP27 um primeiro edital, que destinará R$ 44,4 milhões à restauração de manguezais e restingas, em parceria com a Petrobras. Floresta Viva tem meta de investimento de R$ 700 milhões em sete anos e congrega parceiros que incluem algumas das maiores empresas em operação no Brasil.

Temos a satisfação de ser os gestores da iniciativa, uma inédita mobilização que evidencia a importância de alianças entre diferentes setores. Esse compromisso conjunto não só potencializa como acelera soluções para um planeta em que clima e biodiversidade, florestas e pessoas caminham juntos, e não devem se tornar lembranças nostálgicas de um tempo em que extremos não eram a norma, mas sim a exceção.

NOVOS ARRANJOS PARA CONHECIDOS DESAFIOS

ROSA LEMOS DE SÁ
Secretária-geral do FUNBIO

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), relacionados aos principais desafios para assegurar a paz e a prosperidade no mundo. O trabalho desenvolvido há mais de 26 anos pelo FUNBIO relaciona-se intrinsicamente a um significativo número desses ODS, que, para serem atingidos, demandam um inédito esforço e mobilização multissetorial: sociedade civil, governos, financiadores e empresas.

Segundo a ONU, para que os ODS sejam atingidos até 2030, serão necessários recursos da ordem de USD 5 trilhões a USD 7 trilhões.* Em países em desenvolvimento, estima-se, contudo, que haja uma lacuna de USD 2,5 trilhões.

É nesse contexto que arranjos como o *blended finance*, que utiliza recursos não reembolsáveis como os da filantropia para atrair e mobilizar capital do setor privado, se tornam cada vez mais relevantes. Essa combinação, em que há retorno tanto para as comunidades e os projetos beneficiados quanto para a instituição financeira, tem gerado crescente interesse, refletido, por exemplo, em discussões na COP27 do Clima, realizada em novembro no Egito, que atraíram alguns dos maiores bancos privados do planeta.

O *blended finance* já é, por exemplo, a base do Fundo Global para Recifes de Corais, que tem entre as partes envolvidas as Nações Unidas, uma iniciativa inovadora que objetiva mitigar a degradação de áreas prioritárias, ao mesmo tempo que gera retorno financeiro em escala. Tem como foco o ODS 14, Vida na água.

No FUNBIO, somos parceiros da Natura e da Vert Consultoria e Assessoria Financeira numa pioneira iniciativa desse tipo, uma das selecionadas na primeira chamada pública de *blended finance* do BNDES, em 2022. O trabalho deverá beneficiar produtores da cadeia de sociobiodiversidade da Amazônia. Antes, por meio do fundo de oportunidades do Probio II, também já tínhamos trabalhado, no Pampa, nesse modelo híbrido, que tem o potencial de dar maior escala a iniciativas socioambientais.

Nos próximos anos, estaremos ainda mais focados nessa modalidade, que demanda um estimulante aprendizado tanto de organizações da sociedade civil quanto de bancos privados: entre outros, aprender e tornar-se fluente na língua do interlocutor, aprimorar avaliações e medidas de impacto (e, aí, cabe pensar em questões nem sempre unânimes, como a valoração da biodiversidade). Ouvir e falar para buscar pontos de convergência que promovam o maior impacto possível é outra etapa central em projetos dessa natureza.

No FUNBIO, inovação e atenção à dinâmica do financiamento socioambiental são parte indissociável do modo de pensar e trabalhar. Por isso, é natural que modalidades como o *blended finance* sejam foco de nossa atenção, voltada à conservação do futuro.

*https://www.undp.org/eurasia/blog/what-kind-blender-do-we-need-finance-sdgs

MISSÃO

Aportar **recursos estratégicos** para a **conservação da biodiversidade**

VISÃO

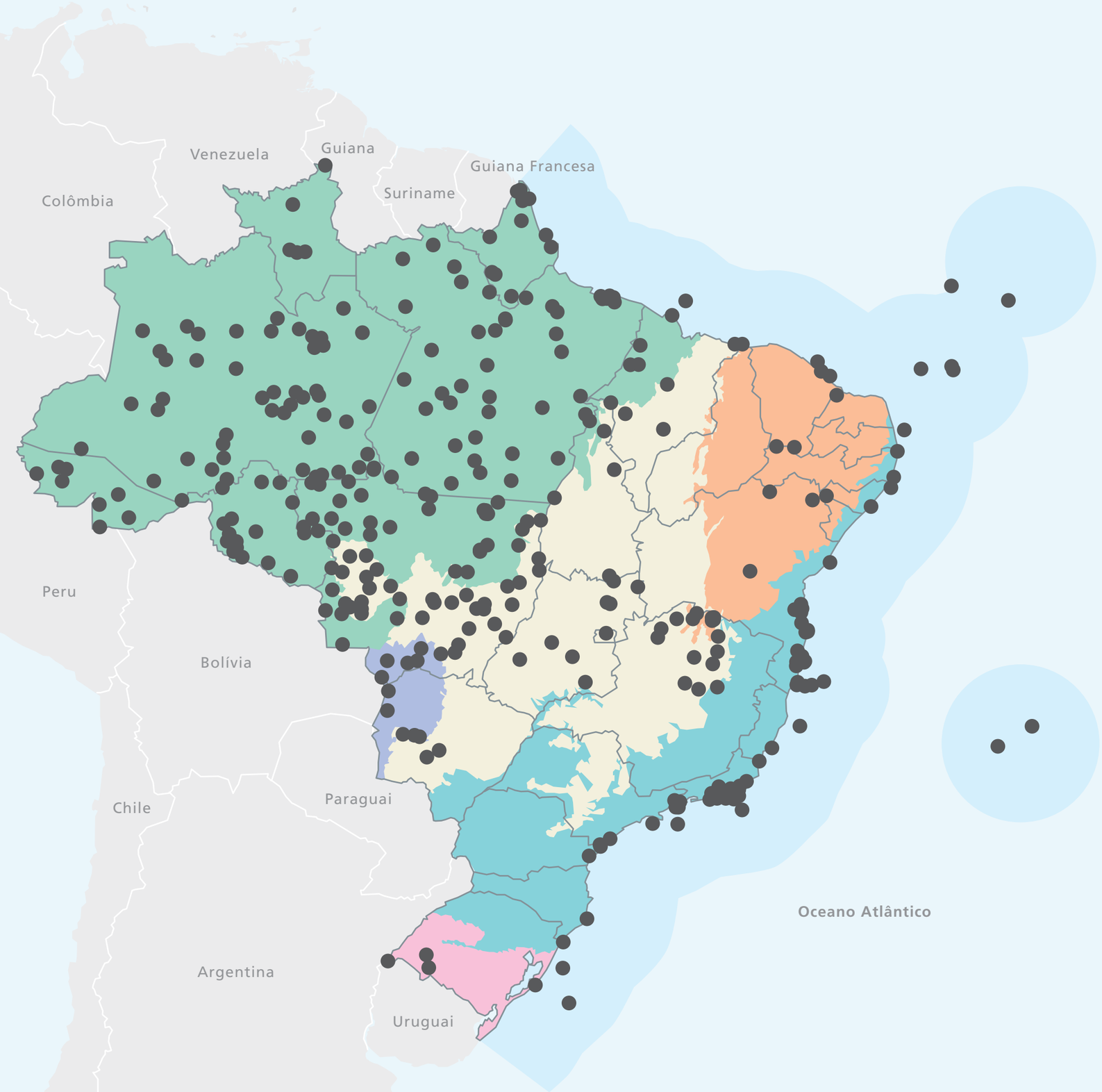
Ser referência na **viabilização de recursos estratégicos** e **soluções para a conservação da biodiversidade**

VALORES

O **FUNBIO** é guiado pelos **seguintes valores**:

- Transparência
- Ética
- Efetividade
- Receptividade
- Independência intelectual
- Inovação

NOSSOS PROJETOS*



BIOMAS

- AMAZÔNIA
- CAATINGA
- CERRADO
- MATA ATLÂNTICA
- PAMPA
- PANTANAL

ECOSSISTEMA

- COSTEIRO-MARINHO

*Dados cumulativos até dezembro de 2022.

EM NÚMEROS

426
UCs APOIADAS

MAIS DE
166
MILHÕES DE HECTARES DE UCs APOIADOS

356
INSTITUIÇÕES APOIADAS

479
PROJETOS APOIADOS

70
CHAMADAS DE PROJETOS

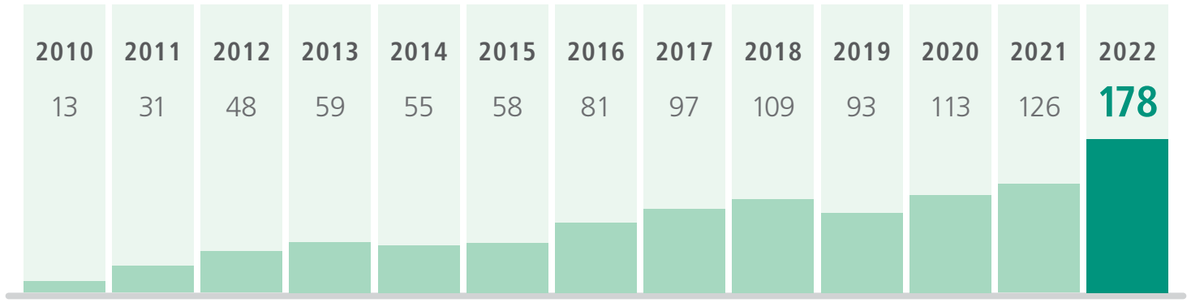
73
TERRAS INDÍGENAS APOIADAS

MAIS DE
24
MILHÕES DE HECTARES DE TERRAS INDÍGENAS APOIADAS

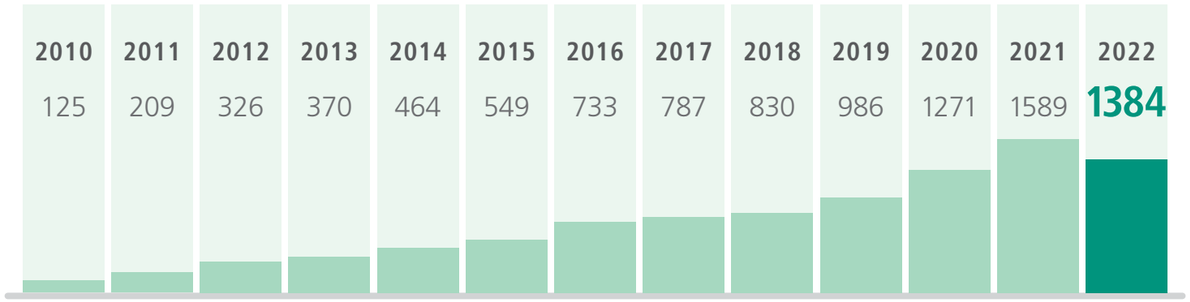
MAIS DE
50
ETNIAS INDÍGENAS APOIADAS

*Dados cumulativos desde o início das atividades do FUNBIO

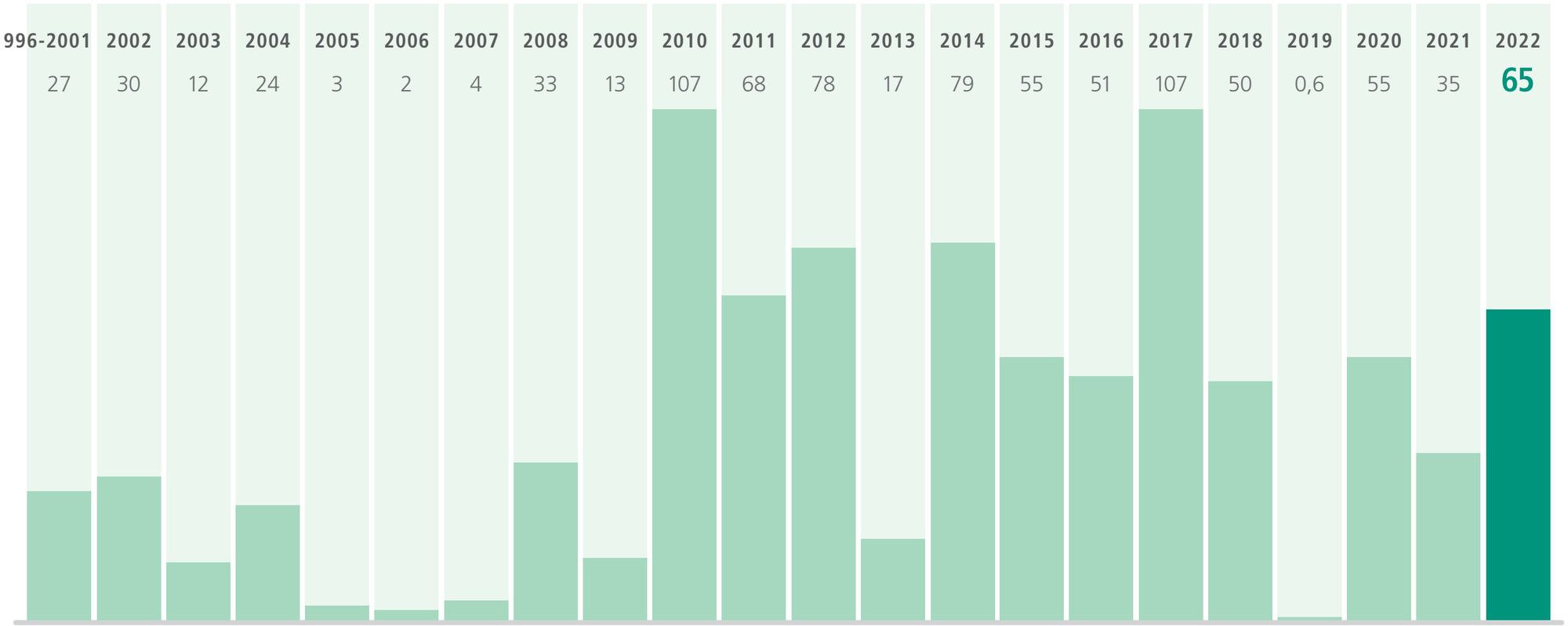
EM NÚMEROS



TOTAL EXECUTADO — EM MILHÕES DE R$



TOTAL DE ATIVOS SOB GESTÃO — EM MILHÕES DE R$



VALOR CONTRATADO POR ANO* — EM MILHÕES DE USD

*Valor do projeto convertido para dólar (último dia do mês do contrato). A partir de 2019, valores convertidos na data de assinatura do contrato

LINHAS TEMÁTICAS

	ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS	CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS	CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	EQUIDADE DE GÊNERO	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS	GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS	MANEJO DE ESPÉCIES	MECANISMOS FINANCEIROS	MUDANÇAS CLIMÁTICAS	RESTAURAÇÃO FLORESTAL
APOIO A UCs		✓	✓							
ARPA		✓	✓	✓					✓	
BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO		✓		✓			✓		✓	✓
CONSERVAÇÃO DA TONINHA					✓		✓			
CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL	✓	✓			✓			✓	✓	✓
COPAÍBAS	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	
CORAL REEF								✓	✓	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	✓	✓		✓	✓					
FLORESTA VIVA	✓	✓			✓				✓	✓
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR	✓		✓					✓		
FUNDO AMAPÁ	✓			✓	✓			✓		✓
FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL	✓	✓	✓		✓			✓	✓	✓
FUNDO KAYAPÓ	✓	✓		✓	✓	✓				
GCF TASK FORCE		✓							✓	
GEF MAR	✓	✓	✓		✓					
GEF TERRESTRE	✓	✓	✓		✓		✓		✓	✓
MATA ATLÂNTICA		✓	✓		✓				✓	✓
MICO-LEÃO-DOURADO (FASE II)					✓		✓			✓
MICO-LEÃO-DOURADO (FASE III)					✓		✓			✓
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA					✓		✓			
PRÓ-ESPÉCIES		✓		✓	✓		✓			
PROBIO II	✓	✓		✓			✓	✓	✓	✓
REDE OCEANO LIMPO	✓	✓								
REM MT	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓
RRF AMAZÔNIA	✓	✓			✓	✓			✓	✓
TAC ALSUB	✓		✓		✓					
TAC CORAL-SOL							✓			
TAJ PARANAGUÁ		✓	✓					✓		
TCSA PORTO SUL		✓	✓		✓				✓	✓
TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA	✓	✓		✓	✓	✓			✓	
UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU					✓				✓	✓

OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES

As iniciativas de conservação apoiadas pelo FUNBIO contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) e também para a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). Neste relatório, as páginas dos projetos trazem os ícones que sinalizam as relações com os ODS, a NDC do Brasil e a EPANB.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou a adoção por países membros de 17 ODS a fim de proteger o planeta, acabar com a pobreza e garantir a prosperidade para todos. Eles dão continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e contribuem para o alcance dos que não foram ainda atingidos. O conjunto de medidas vai orientar o Brasil e outros 192 estados membros da ONU nas políticas nacionais e nas atividades de cooperação internacional até 2030.

CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA (NDC)

No mesmo ano, o Brasil apresentou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), o compromisso do País com o Acordo de Paris. Ela foi revista em 2020, quando o Brasil se comprometeu a reduzir em 37%, até 2025, emissões de gases de efeito estufa, tendo como ano base 2005, de acordo com o Terceiro Inventário Nacional. A nova versão do inventário substitui a anterior, ambas produzidas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). E, até 2030, em 43%.

ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO NACIONAIS PARA A BIODIVERSIDADE (EPANB)

A Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) tem como missão promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com repartição equitativa de benefícios do uso genético. Foi criada pelo governo federal em conjunto com governos estaduais, os setores empresarial e acadêmico e a sociedade civil. Contribui para as metas de biodiversidade do País. Os projetos do FUNBIO contribuem para a EPANB.

OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES

	1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	3 SAÚDE E BEM-ESTAR	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	14 VIDA NA ÁGUA	15 VIDA TERRESTRE	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO		
APOIO A UCs													✓	✓	✓		✓	✓	✓
ARPA					✓	✓							✓		✓		✓	✓	✓
BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO				✓									✓	✓	✓		✓	✓	✓
CONSERVAÇÃO DA TONINHA														✓			✓		✓
CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL		✓							✓			✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓
COPAÍBAS		✓						✓					✓		✓		✓	✓	✓
CORAL REEF					✓									✓			✓	✓	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL		✓			✓									✓			✓		✓
FLORESTA VIVA						✓							✓		✓		✓	✓	✓
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR								✓				✓	✓	✓	✓		✓		
FUNDO AMAPÁ		✓						✓					✓		✓		✓	✓	✓
FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL		✓				✓	✓	✓				✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓
FUNDO KAYAPÓ		✓			✓								✓		✓		✓		✓
GCF TASK FORCE		✓					✓					✓					✓	✓	✓
GEF MAR		✓			✓			✓						✓			✓		✓
GEF TERRESTRE													✓		✓		✓	✓	✓
MATA ATLÂNTICA													✓		✓		✓	✓	✓
MICO-LEÃO-DOURADO (FASE II)								✓					✓		✓		✓	✓	✓
MICO-LEÃO-DOURADO (FASE III)								✓					✓		✓		✓	✓	✓
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA					✓							✓		✓			✓		✓
PRÓ-ESPÉCIES														✓	✓		✓		✓
PROBIO II		✓			✓	✓	✓					✓	✓		✓		✓	✓	✓
REDE OCEANO LIMPO			✓											✓			✓		✓
REM MT		✓			✓				✓			✓	✓		✓		✓	✓	✓
RRF AMAZÔNIA		✓	✓		✓		✓			✓		✓	✓			✓		✓	✓
TAC ALSUB								✓			✓	✓	✓	✓			✓		✓
TAC CORAL-SOL														✓			✓		✓
TAJ PARANAGUÁ														✓	✓			✓	✓
TCSA PORTO SUL						✓							✓	✓	✓		✓	✓	✓
TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA					✓								✓		✓		✓		✓
UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU					✓	✓							✓		✓		✓	✓	✓

EM 2022

JANEIRO

- **O FUNBIO é o gestor do TAC Coral-Sol, cujos recursos apoiarão o diagnóstico e o monitoramento** da biodiversidade da região e a implementação de procedimentos para detecção precoce da espécie invasora, especialmente na Estação Ecológica de Tamoios.

- **É anunciado o Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar (PEMALM)**, com foco inicial em Rio de Janeiro, Bahia, Amapá e Paraná. Os estudos ajudarão a combater o lixo no mar em todo o Brasil. Parceria entre FUNBIO, Instituto de Estudos Avançados (IEA), Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP) e Secretaria de Estado da Infraestrutura e Ambiente de São Paulo (SIMA).

- **É anunciada a assinatura do projeto Estratégia Articulada para Enfrentar Emergências Etnoambientais na Amazônia Brasileira – Rapid RESCUE Amazônia Brasileira**, que apoia áreas atingidas por queimadas e desmatamento na Amazônia.

FEVEREIRO

- **O FUNBIO estará à frente do componente de restauração florestal do FMA/RJ.** Criado em 2009 a partir de demanda do estado do Rio de Janeiro, o Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ) terá o FUNBIO como executor do componente de recomposição de cobertura florestal do bioma.

- **A área do Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís, no Maranhão, é conhecida como um dos maiores cemitérios de embarcações do mundo.** Pesquisadores encontraram a origem de três naufrágios anteriores à década de 1970, durante pesquisas para a criação do plano de manejo da Unidade de Conservação — apoiado pelo GEF Mar. Agora, o Salinas, o West Point e o Ilha Grande são sítios arqueológicos brasileiros reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

- **Com quase 15 metros de altura e 57 degraus, a torre de observação na sede da Associação Mico-Leão-Dourado, construída com apoio da ExxonMobil, é concluída.** Parte do Projeto de Implementação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado.

MARÇO

- **O Fundo da Amazônia Oriental (FAO), criado pelo Pará em 2019 para fomentar projetos que viabilizem a transição para uma economia carbono neutro a partir de 2036, receberá R$ 5 milhões,** com origem em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em fevereiro entre o Ministério Público Federal e a JBS. O TAC reconhece o FUNBIO como executor dos recursos e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) como orientadora das políticas públicas.

ABRIL

- **O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anuncia o FUNBIO como gestor do programa Floresta Viva, que destinará ao menos R$ 700 milhões para a restauração ecológica dos biomas brasileiros.** A iniciativa é anunciada com o apoio inicial de 11 instituições. É reconhecida como o maior *matchmaking* ambiental do Brasil, um modelo que propicia conexões entre diferentes pares para resultados mais efetivos.

MAIO

- **Em maio, o programa COPAÍBAS foi a campo para sua primeira missão de monitoramento nos parques estaduais de Caldas Novas (GO) e do Biribiri (MG), duas das 21 Unidades de Conservação (UCs) já apoiadas em quatro estados.** COPAÍBAS tem entre os objetivos o fortalecimento de UCs no Cerrado, savana mais biodiversa do planeta.

EM 2022

JUNHO

É lançada a 5ª edição do Programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, que, em parceria com o Instituto humanize, apoia pesquisas de campo de mestrandos e doutorandos em todos os biomas do País.

É iniciada a série *on-line* Diálogos pelo Clima, seis encontros para reunir advogados públicos (entre eles representantes de ministérios públicos e juízes) e a sociedade civil para trocar ideias e buscar soluções contra o desmatamento e as mudanças climáticas. A iniciativa faz parte do programa COPAÍBAS.

JULHO

A maior iniciativa de conservação de florestas tropicais do planeta chega a 20 anos de resultados efetivos e, para celebrar, a segunda reunião 2022 do Comitê do Fundo de Transição do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) reúne doadores em Santarém, no Pará, seguida de uma visita à RESEX Tapajós-Arapiuns. O programa, inspiração para países como Peru e Colômbia, já apoia 62,5 milhões de hectares em 120 Unidades de Conservação.

O GEF Terrestre realiza primeira visita de monitoramento em projetos na Caatinga: apoio a mais de 100 hectares no Parque Nacional da Furna Feia, além de técnicas inovadoras, capacitação de pessoal e fortalecimento de rede de sementes na Floresta Nacional de Açu.

O projeto Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira está fomentando a montagem de uma coleção marinha que fará parte de uma exposição permanente no Museu Nacional. A instituição perdeu quase 20 milhões de itens do acervo em incêndio em 2018.

AGOSTO

Pelo quarto ano consecutivo, a ExxonMobil renovou a parceria com a Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) e o FUNBIO, o que permitirá consolidar estruturas de apoio à visitação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado (PEMLD), em Silva Jardim (RJ). O projeto prevê a criação da Casa do Mico-Leão-Dourado, com ambientes interativos, a estruturação de novas trilhas e a manutenção do sistema de segurança.

SETEMBRO

O Projeto Mata Atlântica faz visitas de monitoramento a dois projetos no Mosaico Lagamar, no litoral do Paraná, onde 1.300 hectares já estão sendo restaurados. A previsão é de plantio de 15 mil mudas, além da construção de viveiros com capacidade de produção de 250 mil mudas por ano.

O FUNBIO marcou presença na segunda edição do Global Programming Conference, um evento do Green Climate Fund (GCF) que reúne governos e instituições para discutir novas formas de atuação do Fundo, além de melhores práticas para projetos ambientais. Desde 2018, o FUNBIO é uma agência nacional implementadora do GCF.

OUTUBRO

- **O primeiro encontro presencial de Diálogos pelo Clima, iniciativa do programa COPAÍBAS, ocorreu dia 25, em São Luís (MA).** Fruto do acordo entre o FUNBIO e o Ministério Público Estadual local, reuniu cerca de 30 convidados.

- **Estudo sobre o estoque de carbono nas cinco Terras Indígenas (TIs) Kayapó apoiadas pelo projeto Tradição e Futuro na Amazônia (TFA) no Pará e em Mato Grosso estima que, anualmente, as emissões evitadas pela proteção das TIs é de 3.500 toneladas de carbono.** O valor equivale às emissões de 750 viagens de avião entre Brasília e Tóquio.

NOVEMBRO

Foram 15 dias e mais de 45 mil participantes na COP27 do Clima, no Egito, onde:

- **A Fundação Gordon and Betty Moore anunciou o aporte ao Fundo da Amazônia Oriental (FAO) de mais de USD 3 milhões, prioritariamente em comunidades quilombolas.**

- **Foi lançado o primeiro edital da iniciativa Floresta Viva: Manguezais do Brasil tem apoio financeiro da Petrobras, e destinará mais de R$ 44 milhões a até nove projetos voltados à recuperação de manguezais e restingas — berços da vida marinha.**

- **Ainda na COP27 foi anunciado um memorando de entendimento entre o Acre e o FUNBIO, que prevê a gestão de futuros mecanismos de conservação da biodiversidade e mudanças climáticas, com destaque para a Coalizão LEAF.** O LEAF reúne doações de países e empresas e já tem mobilizado USD 1 bilhão para florestas tropicais.

- **A iniciativa Amazônia Viva, elaborada conjuntamente por Natura, FUNBIO e Vert, é selecionada pela chamada BNDES Blended Finance.** O mecanismo objetiva a captação inicial — de diferentes fontes — de quase R$ 89 milhões. A proposta objetiva impulsionar a participação de produtos amazônicos compatíveis com a floresta no mercado global.

- **A Suzano se torna parceira do Fundo de Oportunidades do Probio II.** O projeto, em comunidades no Maranhão, promoverá o extrativismo sustentável de açaí, babaçu, buriti, cajá e derivados por meio do fortalecimento da organização, da gestão, da produção e da comercialização por comunidades locais.

DEZEMBRO

- **A Fundação Renova assina contrato com o FUNBIO para a gestão financeira de cinco editais de pesquisa científica para a conservação da biodiversidade na bacia do Rio Doce.** O objetivo das chamadas será realizar ações de pesquisa, monitoramento, gestão da informação e proposição de políticas públicas para conservação de espécies terrestres e aquáticas que sofreram com o impacto na região.

- **É lançada a Rede Oceano Limpo, iniciativa apoiada pelo TAC Almoxarifados Submarinos (TAC ALSUB) em parceria com a Cátedra Unesco para Sustentabilidade do Oceano, vinculada à USP.** A Rede une esforços e traça estratégias de enfrentamento ao lixo no mar no estado do Rio de Janeiro, com possível extensão futura a outras regiões.

O FUNBIO

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é um mecanismo financeiro nacional privado, sem fins lucrativos, que trabalha em parceria com os setores governamental e empresarial e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade.

Desde o início das atividades, em 1996, o FUNBIO já apoiou mais de 400 projetos que beneficiaram número superior a 300 instituições em todo o País. Entre as principais atividades realizadas estão a gestão financeira de projetos, o desenho de mecanismos financeiros e estudos de novas fontes de recursos para a conservação, além de compras e contratações de bens e serviços. É o gestor financeiro do ARPA desde o lançamento do programa.

ACESSE O SITE DO FUNBIO

A ÁREA DE PROJETOS DO FUNBIO ESTÁ ESTRUTURADA EM DUAS UNIDADES:

UNIDADE DE DOAÇÕES

Recursos oriundos de doações privadas e acordos bi e multilaterais assinados com o governo brasileiro.

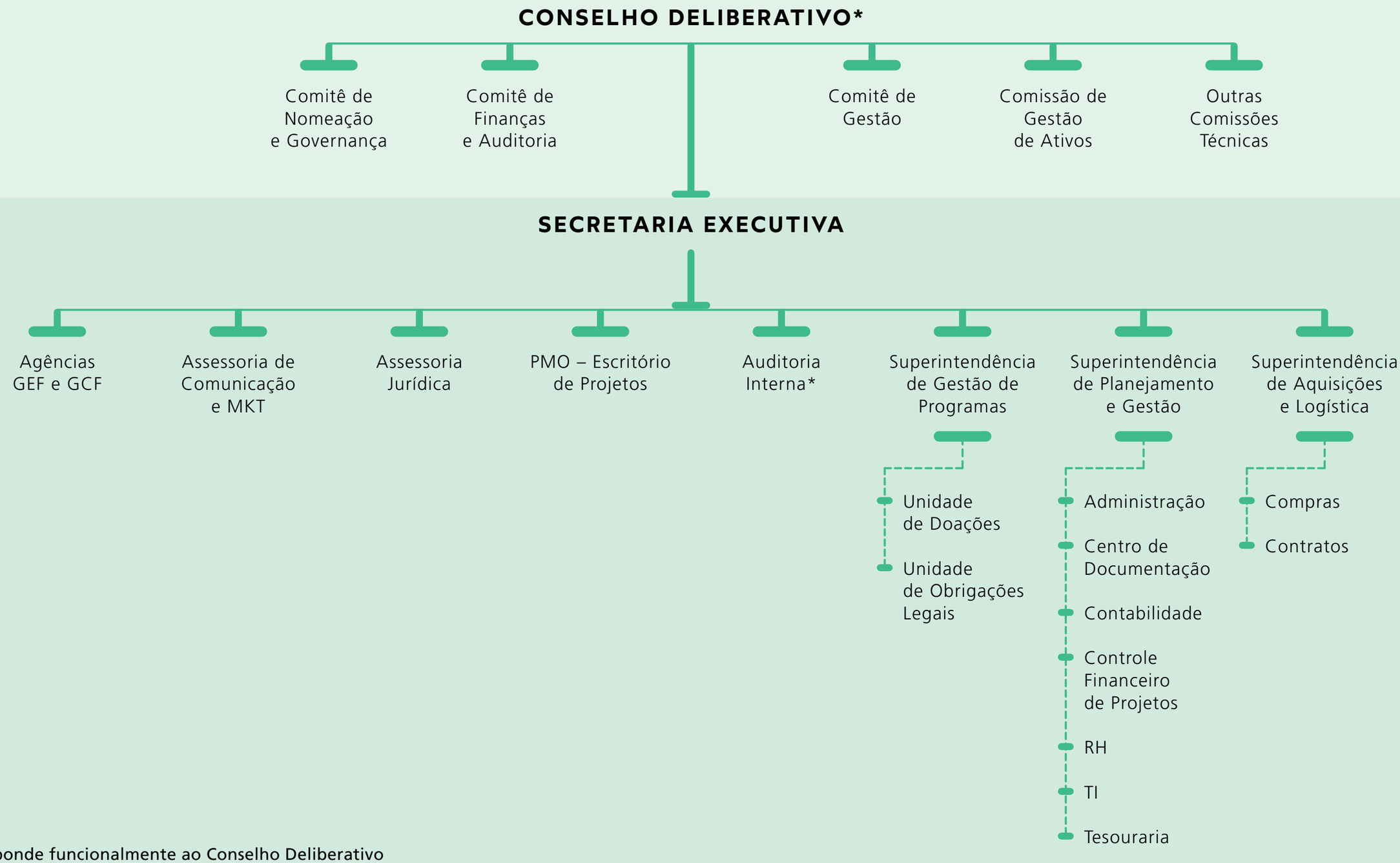
UNIDADE DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

Recursos com origem em obrigações legais, como compensações ambientais, medidas compensatórias, conversões de multas, condicionantes de licença ambiental, termos de compromisso ou de ajuste de conduta (TACs).

DOADORES 2022

- ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A.
- BAHIA MINERAÇÃO S.A.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES
- BP BRASIL LTDA.
- BUNDESMINISTERIUM FÜR UMWELT – BMU
- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL – CSN
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL – CI-BRASIL
- CONSERVATION INTERNATIONAL FOUNDATION
- ENEVA S.A.
- EXXONMOBIL QUÍMICA LTDA.
- EXXONMOBIL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA.
- FUNDAÇÃO RENOVA
- GLOBAL CONSERVATION FUND
- GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY – GEF
- GLOBAL FUND FOR CORAL REEFS
- GORDON & BETTY MOORE FOUNDATION
- GREEN CLIMATE FUND – GCF
- IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.
- INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE
- INSTITUTO HUMANIZE
- JBS S.A.
- KFW BANKENGRUPPE
- NATURA COSMÉTICOS S.A.
- NORWEGIAN AGENCY FOR DEVELOPMENT COOPERATION
- NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS
- O BOTICÁRIO FRANCHISING LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
- PETRO RIO JAGUAR PETRÓLEO LTDA.
- RE:WILD
- ROCK WORLD S.A.
- SECRETARIA DE NEGÓCIOS, ENERGIA E ESTRATÉGIA INDUSTRIAL DO REINO UNIDO – BEIS
- SERVIÇO DE COOPERAÇÃO E DE AÇÃO CULTURAL DA EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL
- UNIÃO EUROPEIA – EU
- WORLD BANK – BANCO MUNDIAL
- WWF-BRASIL
- WWF-US

ORGANOGRAMA



* Responde funcionalmente ao Conselho Deliberativo
----- Composição da área

GOVERNANÇA

O Conselho Deliberativo (CD) reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial e governamental. Ele é responsável pela direção estratégica do FUNBIO.

PRESIDENTE

JOSÉ DE MENEZES BERENGUER NETO

VICE-PRESIDENTE

DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA
[até dezembro de 2022]

MARIANNE VON LACHMANN

SETOR ACADÊMICO

ANA MARIA DE OLIVEIRA NUSDEO
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)

BERNARDO BAETA NEVES STRASSBURG
Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS)

DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

FABIO SCARANO
Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) [até agosto de 2022]

SETOR AMBIENTAL

ADRIANA DE CARVALHO BARBOSA RAMOS
Instituto Socioambiental (ISA)
[até dezembro de 2022]

MARIA DE LOURDES SILVA NUNES
Fundação Grupo Boticário

MARIA JOSÉ GONTIJO
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB)

VALMIR ORTEGA
Conexsus

SETOR EMPRESARIAL

FLAVIO RIBEIRO DE CASTRO
FSB Comunicação

JOSÉ DE MENEZES BERENGUER NETO
Banco XP

MARIANNE VON LACHMANN
Lachmann Investimentos Ltda.

WALTER SCHALKA
Suzano Papel e Celulose

SETOR GOVERNAMENTAL

MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET
Ministério do Meio Ambiente

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

MARCELO MOISÉS DE PAULA
Ministério da Economia

TRANSPARÊNCIA

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no link:

ACESSE AUDITORIAS

AUDITORIA EXTERNA

Desde o primeiro ano de atividade, o FUNBIO é auditado por empresas externas independentes. As demonstrações contábeis, todas sem ressalvas, acompanhadas pelos respectivos relatórios dos auditores independentes e de notas explicativas, estão disponíveis no site do FUNBIO.

AUDITORIA INTERNA

O FUNBIO conta desde 2013 com auditoria interna que se aprofunda em aspectos de controle, integridade dos dados contábeis e financeiros. É um instrumento que atravessa todos os níveis da organização, desenvolve adequada relação de trabalho entre as áreas, apoia e promove melhorias nos processos. É referência para a implantação e o engajamento nas melhores práticas de governança organizacional. As demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no site do FUNBIO.

COMITÊ DE ÉTICA

Criado em 2013, o Comitê de Ética do FUNBIO é constituído por quatro funcionários, responsáveis por desenvolver o Código de Ética, um documento que estabelece normas e é aprovado pelo Conselho Deliberativo. O mandato dos membros é de dois anos, renováveis por mais dois. O comitê também é responsável pelo treinamento anual dos funcionários. Canais para dúvidas e denúncias podem ser acessados pelo site.

ACESSE O SITE DO FUNBIO

ACESSE O COMITÊ DE ÉTICA

MEMBROS DO COMITÊ DE ÉTICA EM 2022

ALEXANDRA VIANA LEITÃO
Coordenadora
[até fevereiro de 2022, quando saiu para licença maternidade, retorno em setembro de 2022]

FLAVIA NEVIANI
Coordenadora
[até setembro de 2022]

HELOÍSA HELENA HENRIQUES

MANUELA MUANIS

RAFAELA GIONGO
[a partir de março de 2022]

EM 2022 O COMITÊ

se reuniu regularmente e realizou as atividades, todas detalhadamente expostas em seus registros internos e relatadas em seu Relatório Anual de Denúncias de 2022, bem como recebeu as seguintes consultas:

O treinamento anual em ética ocorreu em outubro de 2022 e contou com todos os funcionários do FUNBIO, sendo realizado de forma presencial nos dias 17 e 18 de outubro de 2022, acrescido de atividade interativa *on-line* (via Teams), que ocorreu no dia 7 de dezembro de 2022. O treinamento foi focado nos conceitos de ética, moral, no Código de Ética e nas práticas do FUNBIO.

Em fevereiro de 2022 a composição do Comitê de Ética passou a contar com Rafaela Giongo, em substituição a Alexandra Viana, que saiu em licença maternidade. O mandato de Flavia Neviani, com término previsto para março de 2022, foi estendido até o mês de setembro de 2022, quando Alexandra retornou e foi eleita coordenadora do Comitê. Com o término da extensão do mandato de Flavia Neviani, Rafaela passou a compor o Comitê de fato e não somente como substituta.

Em 2022, foram cinco casos avaliados pelo Comitê, sendo um comunicado, três consultas e uma denúncia. Os canais de denúncia permaneceram operacionais durante todo o período. As consultas e comunicados integram relatório em separado e as orientações adicionais devem integrar as capacitações periódicas da equipe do FUNBIO.

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA

Desde 2018, o FUNBIO adota as políticas de salvaguarda do IFC, International Finance Corporation, membro do Grupo Banco Mundial.

ACESSE AS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DE GÊNERO

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA AMBIENTAIS E SOCIAIS

Padrões de desempenho —
Performance Standards (PS):

PS1 — Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais

PS2 — Condições de Emprego e Trabalho

PS3 — Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

PS4 — Saúde e Segurança da Comunidade

PS5 — Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário

PS6 — Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos

PS7 — Povos Indígenas

PS8 — Patrimônio Cultural

AGÊNCIAS NACIONAIS FUNBIO

O FUNBIO é a única organização da sociedade civil no Hemisfério Sul credenciada como agência nacional implementadora tanto do GEF quanto do GCF.

ACESSE AGÊNCIA GEF

AGÊNCIA GEF

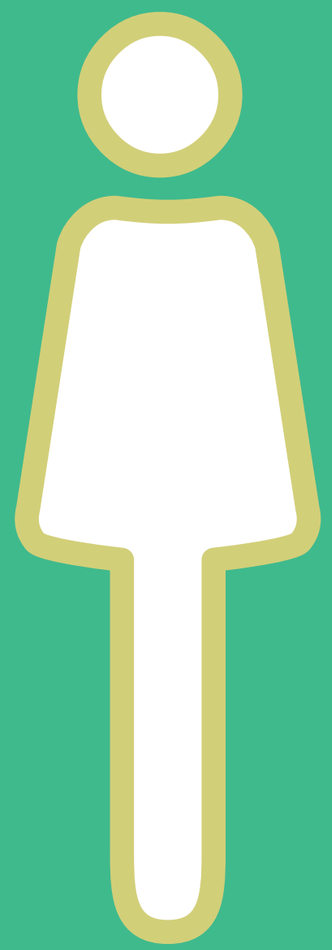
Em 1992, na Rio-92, foi estabelecido o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), para contribuir para a solução de algumas das maiores pressões sobre o meio ambiente. Desde então, o GEF já destinou USD 21,1 bilhões a mais de cinco mil projetos de conservação em 170 países. Hoje, há no mundo 18 agências implementadoras do GEF, que contribuem para o aumento e a diversidade do portfólio. Em 2015, após criteriosa avaliação, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional do GEF. Em 2018, teve início o projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies), primeiro projeto da Agência GEF FUNBIO.

ACESSE AGÊNCIA GCF

AGÊNCIA GCF

O Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês) foi estabelecido em 2010 para apoiar projetos de enfrentamento às mudanças climáticas. Desde então, já apoiou mais de 100 projetos, que totalizam mais de USD 2 bilhões. Em 2018, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional implementadora do GCF. O FUNBIO, a Caixa Econômica Federal e o BNDES são as primeiras instituições brasileiras credenciadas como agências implementadoras do GCF no Brasil.

QUEM SOMOS*



63%

37%

FUNCIONÁRIOS E ESTAGIÁRIOS

63%

37%

GESTORES

*A relação inclui funcionários e estagiários que fizeram parte da equipe do FUNBIO em 2022.

QUEM SOMOS*

SECRETARIA EXECUTIVA
Rosa Maria Lemos de Sá
Secretária-geral
Bruna Luyane Souza Santos Ribeiro
Assistente

AGÊNCIAS GEF E CCF
Fábio Heuseler Ferreira Leite
Gerente

EQUIPE:
Maria Vitória Elicher Alentejano
Fernanda de Oliveira Lana

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING
Helio Yutaka Hara
Gerente

EQUIPE:
Ana Clara Dias Gualda Pereira
Ana Gabriela Silva de Carvalho Nascimento
Isabelle Pereira da Costa
Luan Crispim de Andrade

ASSESSORIA JURÍDICA
Flavia de Souza Neviani
Gerente

EQUIPE:
Paulo Miranda Gomes
Rafaela Luiza Pontalti Giongo

AUDITORIA INTERNA
Alexandra Viana Leitão

PMO – ESCRITÓRIO DE PROJETOS
Mônica Aparecida Mesquita Ferreira Gerente

EQUIPE:
Julia Annarumma Rocha de Aguiar Coelho

SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS
Manoel Serrão Borges de Sampaio
Superintendente

DOAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS 1
Fernanda Figueiredo Constant Marques
Gerente do Portfólio
Alexandre Ferrazoli Camargo
Gerente de Projetos
Fabio Ribeiro Silva
Gerente de Projetos
Paula Cavalcanti Ceotto
Gerente de Projetos
Paula Vergne Fernandes
Gerente de Projetos
Rodolfo Cabral Costa Gomes Marçal Gerente de Projetos

EQUIPE:
Ana Claudia Francisco Salomão
Andre de Freitas Pimentel dos Anjos
Andre Luiz Ferreira Lemos
Artur Nonato Vieira Cereto
Conrado Von Brixen Rodrigo Octavio
Fernanda Abduche Correa de Paiva Estrella
Gustavo Menezes Cobelo Lima
Maiara Duarte de Souza Soriano
Michelle Tosetti Dantas
Pedro Alberto Dantas da Silva
Renato Tenan de Barros Almeida
Tereza Cristina da Silva Trindade
Thales Fernandes do Carmo
Vivian Saddock da Silva

DOAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS 2
Clarissa Scofield Pimenta
Gerente de Projetos
Dante Coppi Novaes
Gerente de Projetos
João Ferraz Fernandes de Mello Gerente de Projetos

EQUIPE:
Amanda Camargo Heinrich Carrara
Ana Beatriz de Lima Santana
Bruna Valença Godinho
Gabriella Furtado
Lívia Antunes
Mariana Melo Gogola
Mary Elizabeth Lazzarini Teixeira

OBRIGAÇÕES LEGAIS
Manuela Mosse Muanis
Gerente de Portfólio
Ana Helena Varella Bevilacqua Gerente de Projetos
Daniela Torres Ferreira Leite
Gerente de Projetos
Laura Pires de Souza Petroni
Gerente de Projetos
Mayne Assunção Moreira
Gerente de Projetos

EQUIPE:
Dante Coelho de Andrade
Mariana Gonçalves Tavares
Renan Alves Conceição
Renato Yoshimine Vieira
Thiago da Fonseca Martins

PROJETOS ESPECIAIS
Andréia de Mello Martins
Gerente de Projetos

EQUIPE:
Heliz Menezes da Costa

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Aylton Coelho Costa Neto
Superintendente

ADMINISTRAÇÃO
Flávia Mól Machado
Coordenadora

EQUIPE:
Bruna Luyane Souza Santos Ribeiro
Cláudio Augusto Silvino
Fernanda Luiza Silva de Medeiros
Marcio de Vasconcelos Maciel
Matheus Duarte Ramos

CEDOC
EQUIPE:
Ana Maria Rodrigues Martins
Bruno Miceli Parede Pinheiro
Natália Corrêa Santos

CONTABILIDADE
Daniele Soares dos Santos Seixas Coordenadora

EQUIPE:
Ericka Cardozo Paulino
Flavia Fontes de Souza
Guilherme Brito da Silva
Lucas Silva Costa
Mariana Ribeiro de Amorim Cabral
Mylena Costa Barbosa Milesi
Nara Anne Brito do Nascimento
Suellen Pereira de Freitas
Thais dos Santos Lima

CONTROLE FINANCEIRO DE PROJETOS
Marilene Viero Coordenadora

EQUIPE:
Ana Paula França Lopes
Camila da Costa Golfetto
Dalissa Granja Villa Nova
Elizangela da Conceição Santos
Felipe Augusto de Araujo Camello
Felipe Dias Mendes Serra
Fernando Mateus Cabral
Igor Santos da Silva
Juliana Siqueira da Silva Schuler
Luciana Bernardes Natal
Mayara do Valle Bernardes de Lima
Natalia de Sousa Freire
Nemesia Maria Santos Barbosa Lucena
Priscila Ribeiro Larangeira Freitas
Vanessa Guimarães Ribeiro de Barros
Vanessa Ravaglia Cohen
Vitor da Silva Vieira

RECURSOS HUMANOS
Andrea Pereira Goeb Gerente

EQUIPE:
Fernanda Monsores Lopes
Heloisa Helena Henriques
Leticia Cristina Ferreira

TESOURARIA
Roberta Alves Martins
Coordenadora

EQUIPE:
Amanda Pereira Costa Gonçalves
Thais de Oliveira Medeiros

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Vinicius de Souza Barbosa
Coordenador

EQUIPE:
Alessandro de Assis Denes
Caroline Cavalcanti de Oliveira Jacobina
Deywid Carvalho Dutra
Igor de Veras Coutinho Soares

SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E LOGÍSTICA
Henrique Yokoyama
Superintendente

COMPRAS
Fernanda Alves Jacintho Rodrigues da Silva
Coordenadora

EQUIPE:
Alessandro Jonady Oliveira
Allan da Silva Cabral
Ana Lucia Oliveira dos Santos
Aroldo Linares do Nascimento
Denise Tavares Fernandes da Silva
Flavia Avelar Teixeira
Flavio do Sacramento Miguel
Hugo Martins Gomes
Jeanne Caroline Silva Alves
José Mauro de Oliveira Lima Filho
Julia Oliveira dos Santos
Luiza de Andrade Lima
Marcelo Moreira dos Santos
Maria Eduarda dos Santos Domingues
Renata da Luz Leandro
Tatiane Tito Rodrigues
Vinicius Chavão da Cunha de Souza
Viviane dos Santos da Silva
Viviane Ferreira da Costa
Willian dos Santos Edgard

CONTRATOS
Suzana Amora Ramos
Coordenadora

EQUIPE:
Icaro Matheus Xavier dos Santos
Thais Mariano da Silveira de Brito
Thayane Martins Kury Ferreira

*A relação inclui funcionários e estagiários que fizeram parte da equipe do FUNBIO em 2022.

DIVERSIDADE NA CONSERVAÇÃO

Jackeline Rocha, gestora da RESEX Tapajós-Arapiuns/ICMBio, Pará. Foto: Thomaz Pedro

Seja aos pés do Museu de Arte Contemporânea (MAC), em Niterói, no Rio de Janeiro, seja entre rios, igarapés e milhares de hectares, em Santarém, no Pará, ou entre mudas e árvores restauradas da Mata Atlântica, em Miguel Pereira, também no Rio, três mulheres (re)afirmam seus papéis na conservação da biodiversidade. São protagonistas. Com roteiros de vida distintos, mas objetivos em comum, são pontes entre saberes ancestrais e valorização de seus territórios.

Iraci Conceição. Foto: Juliana Quintino

Neste Relatório Anual de 2022, apresentamos as histórias da marisqueira Iraci Cândido da Conceição, da engenheira florestal Jackeline Rocha e da viveirista Rejane Duarte da Costa. Elas fazem parte da maioria da população brasileira. São quase cinco milhões de mulheres a mais que homens no Brasil. E ainda hoje a presença delas em lugares de destaque na conservação da natureza é aquém das suas lutas, riquezas imateriais e conhecimentos que compartilham com generosidade com toda a humanidade.

Rejane da Costa. Foto: ITPA

GESTORA AMAZÔNIDA

Ser mulher e gestora de Unidade de Conservação (UC) em grotões da Amazônia é um desafio que acompanha a rotina da engenheira florestal Jackeline Rocha desde os tempos à frente da Floresta Nacional de Balata-Tufari, no Sul do Amazonas. Lá, praticamente sozinha, cuidava de um milhão de hectares de área protegida. De baixa densidade demográfica, ela se localiza em municípios com os piores índices de pobreza e condições sociais da região, e precisava ser preparada para a sua principal finalidade: o manejo florestal para exploração econômica.

JACKELINE ROCHA

Foto: Ana Colla

> O desafio é conciliar a agenda da família com a da UC, que é bastante intensa devido às complexidades do território e às várias reuniões e articulações institucionais necessárias ao trabalho.”

“Com a chegada da gravidez e as dificuldades que teria para cuidar da criança em lugar tão isolado, foi necessário mudar os rumos”, conta a manauara, também técnica em contabilidade, com passagem pela agência de fomento de atividades produtivas do governo amazonense.

O plano foi buscar transferência para setor administrativo do ICMBio, órgão responsável pela gestão das UCs federais — e, assim, em 2013, o seu destino foi a Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, no Pará. Inicialmente, para trabalhar nos escritórios em Santarém, mas não foi possível escapar das atividades de campo em área bastante povoada, com acesso basicamente fluvial.

Ao ser convocada pela chefia para coordenar o cadastramento dos moradores visando aos benefícios do Bolsa Verde, programa federal de transferência de renda para extrativistas existente à época, Jackeline não teve dúvidas: nas expedições de 15 dias pelos rios e comunidades ribeirinhas, levou junto a filha bebê de oito meses, com berço e babá a bordo.

Hoje, aos 10 anos, a menina Otávia está integrada à rotina da mãe junto às comunidades. Mais que isso, a presença de mãe e filha contribuiu para uma relação de empatia e confiança mútua com os comunitários e lideranças locais, essenciais ao trabalho da engenheira florestal, após assumir a chefia da RESEX em 2021.

“O desafio é conciliar a agenda da família com a da UC, que é bastante intensa devido às complexidades do território e às várias reuniões e articulações institucionais necessárias ao trabalho”, explica Jackeline, hoje à frente de um time de dez pessoas para fazer a área cumprir o seu papel na conservação ambiental.

Além da presença do ICMBio, a região concentra relevantes projetos socioambientais de organizações da sociedade civil, em cenário que recebe apoio de recursos geridos pelo FUNBIO por meio do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). A iniciativa do Ministério do Meio Ambiente é a maior de conservação de florestas tropicais do mundo **[página 37]**.

Com 647 mil hectares, a RESEX Tapajós-Arapiuns é a mais populosa do País, reunindo cerca de 4,8 mil famílias e aproximadamente 23 mil habitantes, em 72 comunidades e aldeias indígenas.

Em cenário de grande relevância biológica e existência de conflitos pelo uso econômico sustentável da área, lidar com a cultura machista já não é uma barreira tão grande para a gestora da RESEX:

“Antes, quando a gente chegava em uma comunidade, logo perguntavam pelo ‘chefe homem’ [que já não estava no cargo], mas agora a relação é bem diferente”.

O exemplo engrossa o caldo de referências para que as mulheres ribeirinhas sigam caminhos diferentes, com respeito a direitos e autonomia. “Hoje, as reuniões comunitárias são conduzidas também por elas, e não somente por homens”, ilustra Jackeline, agora dedicada a um projeto desafiador no campo da educação.

O trabalho envolve atividades com cerca de 100 professores e professoras, em 30 escolas na RESEX, para formação em temas não presentes nos currículos escolares, como legislação ambiental, mudanças climáticas, movimento indígena e manejo de fogo, por exemplo. Após oficinas de capacitação, os educadores desenvolvem projetos pedagógicos junto aos alunos ribeirinhos e, no fim do ano, uma gincana premia as melhores escolas com viagem cultural a Santarém.

VIDA DE MARISQUEIRA*

*Texto originalmente publicado na edição de outubro de 2022 da *newsletter* Linhas do Mar

Quando o famoso Museu de Arte Contemporânea (MAC) se ergueu pomposo na ponta da Praia de Boa Viagem, em Niterói, já fazia tempo que Iraci Cândido da Conceição percorria diariamente aquelas areias. Com 68 anos de idade, faz mais de 40 que ela vive como marisqueira. E é com as mãos nos mexilhões que ela e suas companheiras silenciosamente preservam suas tradições, enquanto resistem à histórica marginalização num território que se tornou grande ponto turístico da cidade.

IRACI CÂNDIDO DA CONCEIÇÃO

Foto: Juliana Quintino

CLIQUE PARA CONHECER MAIS SOBRE IRACI

> Eu já estou aposentada, mas gosto muito de trabalhar. Boto na cabeça o tabuleiro de mexilhão, descasco, cozinho, embalo, vendo... Me sinto feliz assim. E é engraçado que não sinto cansaço. Nesta idade que eu estou, fazendo o que eu faço, eu acho uma coisa linda."

"Eu vim trabalhar aqui com 23 anos. Fico preocupada de não poder continuar, porque estão querendo transformar ainda mais esse lugar", diz ela, referindo-se às propostas do poder público local de 'revitalizar' a área. "Mas, se Deus quiser, vai dar certo!", profetiza.

Parte dessa esperança está depositada na iniciativa Pesca Solidária, que apoia as mulheres marisqueiras de Boa Viagem na estruturação e consolidação de uma cooperativa. Por meio de apoio jurídico e oficinas de cooperativismo e associativismo, o projeto pretende fortalecer institucionalmente o grupo, para que as catadoras de marisco ganhem autonomia no processo produtivo e de comercialização. Além da regularização do coletivo, a ideia é que elas tenham também um espaço físico onde possam se reunir e se organizar com mais facilidade.

"Tinha muitas pessoas paradas aqui. Então eu vejo o projeto como uma coisa boa, um meio de ajudar a gente a arrumar um dinheirinho para viver", diz dona Iraci — ou melhor, dona Jura, como é conhecida no Morro do Palácio, onde vive, há décadas, com vista para a praia que sempre a sustentou.

"Se você for onde eu moro, você não acredita. Chega ali e pergunta por mim: todo mundo me conhece", diz. Afinal, dona Jura é puro movimento. Com disposição de garota nova, o corpo não fica quieto um dia sequer: acorda antes do sol, levanta e, entre um bom-dia e outro para os vizinhos, cata as lenhas que irão cozinhar os mariscos mais tarde. Antes do almoço, já está com os pés na areia para arrancar das pedras seu ganha-pão.

"Eu já estou aposentada, mas gosto muito de trabalhar. Boto na cabeça o tabuleiro de mexilhão, descasco, cozinho, embalo, vendo... Me sinto feliz assim. E é engraçado que não sinto cansaço", diz. O que não significa de jeito algum que o trabalho é fácil: há tantos anos raspando as conchas nas mãos calejadas, ela já perdeu parte das suas digitais. Mas nenhum desafio, de tantos que já atravessou, parece desmotivá-la no seu ofício.

É com ele, afinal, que dona Jura conseguiu construir sua casa e pagar suas contas. Hoje, já tem até uma "pequena poupancinha" e sempre que pode ajuda os netos com a renda que traz do mar. "Eu chego no mercado e compro arroz, feijão, macarrão. Quem me deu isso? O dinheiro do marisco. Foi a praia que deu. Então eu tenho que agradecer", diz ela, orgulhosa de sua trajetória.

Só na semana passada, conta, jogou nas costas nove sacos carregados de mexilhão que trouxe das rochas. Se ela tem intenção de parar? "Não aguento ficar parada dentro de casa. Tenho que sair, me movimentar", avisa, enquanto se arruma para mais uma jornada na Boa Viagem. "Nesta idade que eu estou, fazendo o que eu faço, eu acho uma coisa linda", diz.

ROCAMBOLES QUE GERAM ÁRVORES

Depois que os pais, pequenos agricultores em Paty do Alferes (RJ), precisaram vender o sítio devido à decadência da demanda por tomate e pimentão, a família migrou para a cidade e começou a produzir em casa mudas em saquinhos, para venda na beira da estrada. Daí a participar de grandes projetos de restauração florestal foi um pulo natural para a viveirista Rejane Duarte da Costa, que começou em 2011 como auxiliar de campo, no duro trabalho até então restrito ao universo masculino.

REJANE DUARTE DA COSTA

Foto: ITPA

> “Tudo o que tenho de conhecimento vem da conservação. Entramos para fazer mudinhas e aprendemos que há muitas necessidades por trás delas, como os cuidados com adubação, irrigação e propagação, e depois o monitoramento do plantio.”

A coleta de sementes ou o controle de fogo como brigadista, além de longas trilhas no mato ou riscos de cobras e aranhas, faziam parte de sua rotina, até que surgiu a oportunidade de trabalhar no viveiro do Instituto Terra de Proteção Ambiental (ITPA), que abastece iniciativas de plantio de árvores na Mata Atlântica fluminense.

Atualmente, a viveirista lidera um time de dez mulheres na produção de mudas, em que palavras do mundo da cozinha são transplantadas para o universo das técnicas que fazem as futuras árvores vingarem. “Rocambole”, por exemplo, é o mix de 40 mudas de várias espécies enroladas em plástico especial para melhorar o rendimento, reduzir o custo e aumentar a rapidez dos plantios. O método é utilizado nos projetos de reflorestamento do ITPA — organização que cuida de 30 milhões de árvores, parte delas com apoio do FUNBIO por meio do projeto Mata Atlântica **[página 50]**.

“Entramos para fazer mudinhas e aprendemos que há muitas necessidades por trás delas, como os cuidados com adubação, irrigação e propagação, e depois o monitoramento do plantio”, ressalta Rejane, orgulhosa pelo trabalho em mutirões de educação ambiental com escolas. A trajetória da viveirista ilustra o crescente protagonismo feminino na restauração de ecossistemas, com expansão de investimentos no mundo e no Brasil. Um dos destaques desse trabalho é a restauração florestal da antiga Fazenda Rocha Negra, onde se localizava o lixão do município de Miguel Pereira (RJ), hoje transformado em área de lazer — o Parque dos Dinossauros.

“Tudo o que tenho de conhecimento vem da conservação”, observa Rejane, para quem o trabalho de repor floresta é muito gratificante, diante da realidade no campo: “Dizer para o proprietário rural não desmatar e plantar árvores é sempre um grande desafio”. Entre as atividades atuais, está o trabalho de reflorestar 15 hectares na Área de Proteção Ambiental (APA) Palmares, responsável por 70% do abastecimento de água em Paty do Alferes. E novos projetos virão no rastro da expressiva demanda por restauração, como os preparativos em curso para o plantio de 300 mil árvores na Fazenda das Antas, também nesse município.

BOLSAS FUNBIO

CONSERVANDO
O FUTURO

humanize

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

A vida do pesquisador brasileiro é marcada pela resiliência. A natureza, igualmente, se renova, transforma e renasce, mesmo em meio às adversidades. Para seguir sua missão de aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade, O FUNBIO lança anualmente o programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro. A data tem simbolismo: dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente e dia do aniversário da organização. Voltado a pesquisas de campo de mestrandos e doutorandos, em 2022 chegou à quinta edição.

Desde 2018 já foram 164 bolsistas selecionados, somando 96 mulheres e 68 homens, com trabalhos de 134 doutorandos e 30 mestrandos apoiados. Como o da bióloga Flávia Weber de Souza, que segue o rastro dos quatis (*Nasua nasua*), espécie carnívora que precisa de grandes áreas florestadas para sobreviver. No estudo de doutorado, Flávia acompanha a movimentação desses animais nas agroflorestas de cacau, no Sul da Bahia. O projeto é pioneiro no uso do movimento animal como indicador da conexão entre paisagens florestais com diferentes graus de impacto.

Já os pesquisadores Felipe Nóbrega e Gustavo Guedes lançam olhares atentos para as águas. O primeiro estuda a mistura genética entre diferentes linhagens e espécies de tucunaré, o que pode levar à extinção desse peixe, inicialmente encontrado em águas na Amazônia. Já o segundo se debruça sobre os ciclos de vida dos peixes sazonais ou anuais, presentes em brejos e pântanos que secam no período de estiagem. Mas, antes de morrerem na falta de chuvas, eles reproduzem e depositam ovos que sobrevivem durante meses, e por vezes anos, mesmo sem água, no solo. Nas próximas chuvas, eclodem, dando origem a uma nova população de peixes, sem que os pais conheçam os filhos. Assim como os peixes sazonais, a pesquisa científica brasileira se reinventa.

Confira aqui a lista de projetos selecionados na edição 2022.

164 BOLSISTAS

96 MULHERES

68 HOMENS

134 DOUTORANDOS

30 MESTRANDOS

49 INSTITUIÇÕES

22 ESTADOS + DF

PROJETOS SELECIONADOS 2022

PARCEIROS

ACADEMIA

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

EQUIDADE DE GÊNERO

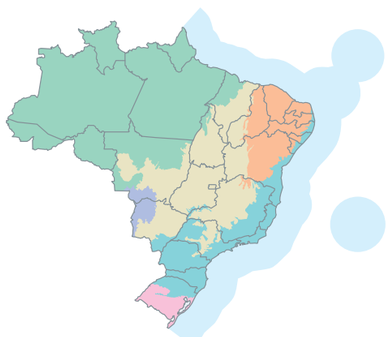
MANEJO DE ESPÉCIES

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia
– Caatinga
– Cerrado
– Costeiro-marinho
– Mata Atlântica
– Pampa
– Pantanal



NDC **ODS**

Foto: Arquivo Pessoal

GUSTAVO GUEDES
é doutorando em Biologia Animal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

A VEZ DOS "INVISÍVEIS"

Os peixes sazonais ou anuais, presentes em brejos e pântanos que secam no período de estiagem, são verdadeiros símbolos de resiliência. Antes de morrer na falta de chuvas, eles se reproduzem e depositam ovos que sobrevivem no solo durante meses, e por vezes anos, mesmo sem água. Nas próximas chuvas, eclodem, dando origem a uma nova população, sem que os pais conheçam os filhos. O que essas espécies têm a ensinar para a ciência? Qual o papel das áreas protegidas na sua conservação?

A busca por respostas em torno desse intrigante ciclo de vida inspira o biólogo Gustavo Guedes, bolsista do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, na pesquisa de doutorado que desenvolve na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

"Devido à peculiar condição na natureza, essas espécies ficaram conhecidas no imaginário popular como peixes das nuvens, pois acreditava-se que caíam do céu junto com as chuvas", conta o pesquisador, para quem a melhor classificação seria, na verdade, "peixes invisíveis".

Ele explica: "Os peixes são pequenos, a maioria não ultrapassa 7 cm. E os ovos permanecem enterrados no solo durante meses, sem ser detectados, em ambientes inóspitos, historicamente negligenciados por pesquisadores, agências de fomento e políticas no setor".

A família Rivulidae, que representa os peixes anuais, é a que possui maior número de espécies ameaçadas de extinção entre todos os vertebrados que ocorrem no Brasil, segundo o biólogo. Em território nacional, são 120 espécies desses peixes "invisíveis", cerca da metade do total existente no mundo. Grande parte está sob ameaça, a começar pelas condições hostis do próprio ambiente onde vivem, com baixa dispersão.

E há lacunas de conhecimento científico para a conservação: ou seja, esses animais podem ser perdidos antes mesmo de serem conhecidos. "Soma-se a pressão de atividades humanas em brejos e pântanos, com perda de hábitat, principalmente pela expansão imobiliária e agrícola", aponta Guedes, cujo objetivo é avaliar esses impactos nos diferentes biomas.

Além da análise da literatura acadêmica, o trabalho prevê a coleta de dados comparativos dentro e fora de Unidades de Conservação (UCs). Com o apoio do programa, serão comprados drones, câmeras e outros equipamentos para pesquisas de campo com os rivulídeos, com possível descoberta de novas espécies ou novas áreas de ocorrência. O objetivo do trabalho com esses peixes que sobrevivem sem água como nenhum outro é mapear os padrões de riqueza, endemismo e espécies ameaçadas.

"Buscamos avaliar a efetividade das políticas de conservação e proteção como primeiro passo para novas estratégias, em conexão com os órgãos ambientais", ressalta o biólogo, também integrante do grupo de especialistas que subsidiam a revisão da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção, junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Foto: Gustavo Guedes

CLIQUE PARA CONHECER MAIS SOBRE A PESQUISA DE GUSTAVO

Foto: Arquivo Pessoal

FLÁVIA WEBER DE SOUZA
é doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ecologia e Conservação da Biodiversidade da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

NO RASTRO DOS QUATIS

O complexo trabalho de restabelecer conexões entre fragmentos de Mata Atlântica ganha um novo aliado: o quati (*Nasua nasua*), espécie carnívora que precisa de grandes áreas florestadas para sobreviver. Acompanhar a movimentação desses animais nas agroflorestas de cacau, no Sul da Bahia, é o objetivo da bióloga Flávia Weber de Souza, no estudo de doutorado que busca descobrir a estratégia mais efetiva a favor da biodiversidade para cada paisagem da região.

"A maior parte da Mata Atlântica foi desmatada e substituída por diversos usos da terra, mas alguns permitem o trânsito animal entre trechos de floresta remanescente, embora na maioria dos casos isso seja ainda desconhecido", explica a pesquisadora. Apoiado pelo programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro na aquisição de materiais e logística de campo, o trabalho investigará como as agroflorestas de cacau permitem esse fluxo da fauna em diferentes paisagens, com mais ou menos floresta. Os dados poderão subsidiar tomadores de decisão para uso desse novo conhecimento em projetos de restauração florestal e planejamento de corredores biológicos.

Seis quatis receberão coleiras-GPS e serão monitorados à distância por receptores, com coordenadas coletadas a cada trinta minutos, durante quatro meses. Como resultado, a expectativa é demonstrar a existência de conexão em grandes áreas sob diferentes usos da terra. Serão pesquisadas para comparação regiões de cacau de realidades distintas — no município de Una (BA), com mais mata conservada próxima a uma reserva biológica; e em Belmonte (BA), com predominância de pastos.

"Esperamos que as agroflorestas de cacau sejam mais relevantes para a movimentação animal quanto menos floresta houver nas paisagens da região", revela a bióloga. Ela realiza o trabalho de doutorado na Universidade Estadual de Santa Cruz, na Bahia, sob o guarda-chuva do projeto Economia das Cabrucas — os sistemas de cacau sombreado por árvores da Mata Atlântica, no Sul da Bahia.

Monitorar o vaivém dos quatis em áreas de diferentes coberturas ajuda na validação das estratégias de conectividade. "Os dados são importantes na sensibilização dos fazendeiros", completa a pesquisadora, ao lembrar que o projeto é pioneiro no uso do movimento animal como indicador da conexão entre paisagens florestais com diferentes graus de impacto. Os passos de tamanduás e preguiças já foram monitorados por cientistas no passado, porém com outros objetivos de pesquisa.

Foto: Lucas Barros

CLIQUE PARA CONHECER MAIS SOBRE A PESQUISA DE FLÁVIA

Fotos: Arquivo Pessoal

FELIPE NÓBREGA
é doutorando em Ciências Biológicas com ênfase em Biodiversidade Neotropical pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGBIO-UNIRIO)

TUCUNARÉS NA BERLINDA

Apreciado na pesca esportiva e na alimentação de muitos brasileiros, o tucunaré deixou há décadas de ser um peixe exclusivamente amazônico e hoje povoa lagos e açudes em todas as regiões do País, com características preocupantes. Uma delas é a hibridização e suas ameaças, ou seja, a mistura genética entre diferentes linhagens e espécies de tucunaré, com o objetivo de induzir diferentes colorações e valorizar a pesca, o que pode agravar impactos. Um risco está na alta capacidade, como voraz predador, de aniquilar peixes nativos e causar desequilíbrios ecológicos.

"Esse cruzamento entre linhagens causa mudanças biológicas no comportamento que podem levar à perda da espécie", ressalta o pesquisador Felipe Nóbrega, bolsista do FUNBIO com trabalho de doutorado sobre o tema na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Com apoio para a logística de coleta de peixes e análises genéticas em laboratório, a pesquisa avalia os efeitos da hibridização entre tucunarés em ambientes nativos na Amazônia e em reservatórios do Sudeste. Além do sequenciamento do DNA, são realizados estudos comparativos sobre padrões de cores, tamanhos dos indivíduos e outros parâmetros biológicos, com o objetivo de descobrir em quais ambientes há maior frequência de hibridização e com quais impactos.

"Esperamos contribuir para o entendimento sobre o que acontece nessas populações e emitir um sinal de alerta para subsidiar ações de manejo, monitoramento e conservação da espécie", revela Nóbrega. Introduzidos em lagos com finalidade econômica, os tucunarés híbridos podem representar, no longo prazo, prejuízos à própria pesca esportiva e aos aquaristas. "A manutenção da espécie interessa a todos", reforça o pesquisador, membro do Laboratório de Biodiversidade e Evolução Molecular da UNIRIO.

CLIQUE PARA CONHECER MAIS SOBRE A PESQUISA DE FELIPE

Fotos: Reprodução YouTube

ANA FLÁVIA AUGUSTIN

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Biologia de Fungos, Algas e Plantas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Estudo de novas plantas da Mata Atlântica para conservar bioma

Recentemente a família das plantas Myrtaceae ganhou novos integrantes. *Myrceugenia basicordata* F.C.S. Vieira, Molz & Sobral e *Myrceugenia joinvillensis* F.C.S. Vieira, descobertas em 2019 e 2020, são duas espécies arbóreas que vivem em áreas de floresta da Mata Atlântica, próximas a grandes zonas urbanas do estado de Santa Catarina. Sem tempo a perder, Ana Flávia Augustin desenvolve um projeto com o objetivo de analisar a diversidade genética de populações dessas espécies e propor medidas efetivas de conservação para elas. Esse estudo pode auxiliar os tomadores de decisões e gestores públicos na criação de novas áreas de proteção ambiental e ainda auxiliar na preservação de outras espécies que vivem no mesmo espaço que elas.

ANDERSON MENDONÇA CONCEIÇÃO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da Universidade Federal de Sergipe (PPEC-UFS)

Um roedor em extinção na Caatinga

De biodiversidade extensa, a Caatinga tem vários grupos de animais ainda pouco estudados. A partir dessa lacuna, no seu projeto de pesquisa de doutorando, Anderson Conceição estuda a espécie de roedor conhecida como mocó, *Kerodon rupestris* (Wied-Neuwied, 1820). Esse animal herbívoro, de pequeno porte (com adultos pesando até 1 kg), é especialista no uso de afloramentos rochosos. Com ocorrência endêmica para o Brasil, esse animal é encontrado no semiárido desde o Piauí ao Norte de Minas Gerais e está ameaçado de extinção pela caça e destruição de seus hábitats. Anderson investigará a influência de fatores atuantes na ocupação e detecção do mocó, e também em sua atividade e dieta em diferentes localidades da Caatinga de Sergipe.

ANTÔNIO NETO

Mestrando em Ecologia e Conservação da Biodiversidade na Universidade Estadual de Santa Cruz

Informações para combater o tráfico de aves na Bahia

A Bahia de muitos encantos e belezas é também a casa do trinca-ferro-verdadeiro (*Saltator similis*). Mas o tráfico de animais silvestres é uma pedra no caminho dessa ave, que pode ser vista no estado. Com interesse especial no combate a esse comércio ilícito, o biólogo Antonio Neto pesquisa o avanço de técnicas relacionadas ao rastreamento de fauna silvestre. Uma delas, a análise de isótopos estáveis, pode apontar o local de origem de animais apreendidos a partir da composição atômica dos seus tecidos biológicos. A ideia é aplicar essa técnica para determinar a origem dos *Saltator similis* apreendidos na Bahia. Os resultados esperados podem servir de base para ações mais precisas e efetivas de fiscalização e reintrodução da fauna apreendida.

GUILHERME GAMA DE OLIVEIRA

Mestrando em Ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Palmito juçara e estratégias para evitar sua extinção

Nos meandros da Mata Atlântica uma palmeira nativa e famosa está vulnerável à extinção. Guilherme Gama dedica-se às influências de estresse ambiental na reprodução e na demografia do palmito juçara (*Euterpe edulis*), palmeira presente nas Unidades de Conservação Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), Parque Nacional de Itatiaia (PNI), Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PARNARJ) e Reserva Biológica de Poço das Antas (REBIO Poço das Antas), locais onde o estudo está sendo desenvolvido. Com o estudo, será possível desenvolver estratégias de conservação para populações vulneráveis, além de identificar estratégias reprodutivas alternativas em ambientes limitantes, para reduzir o risco de extinção local.

RAYSSA SILVA DO CARMO

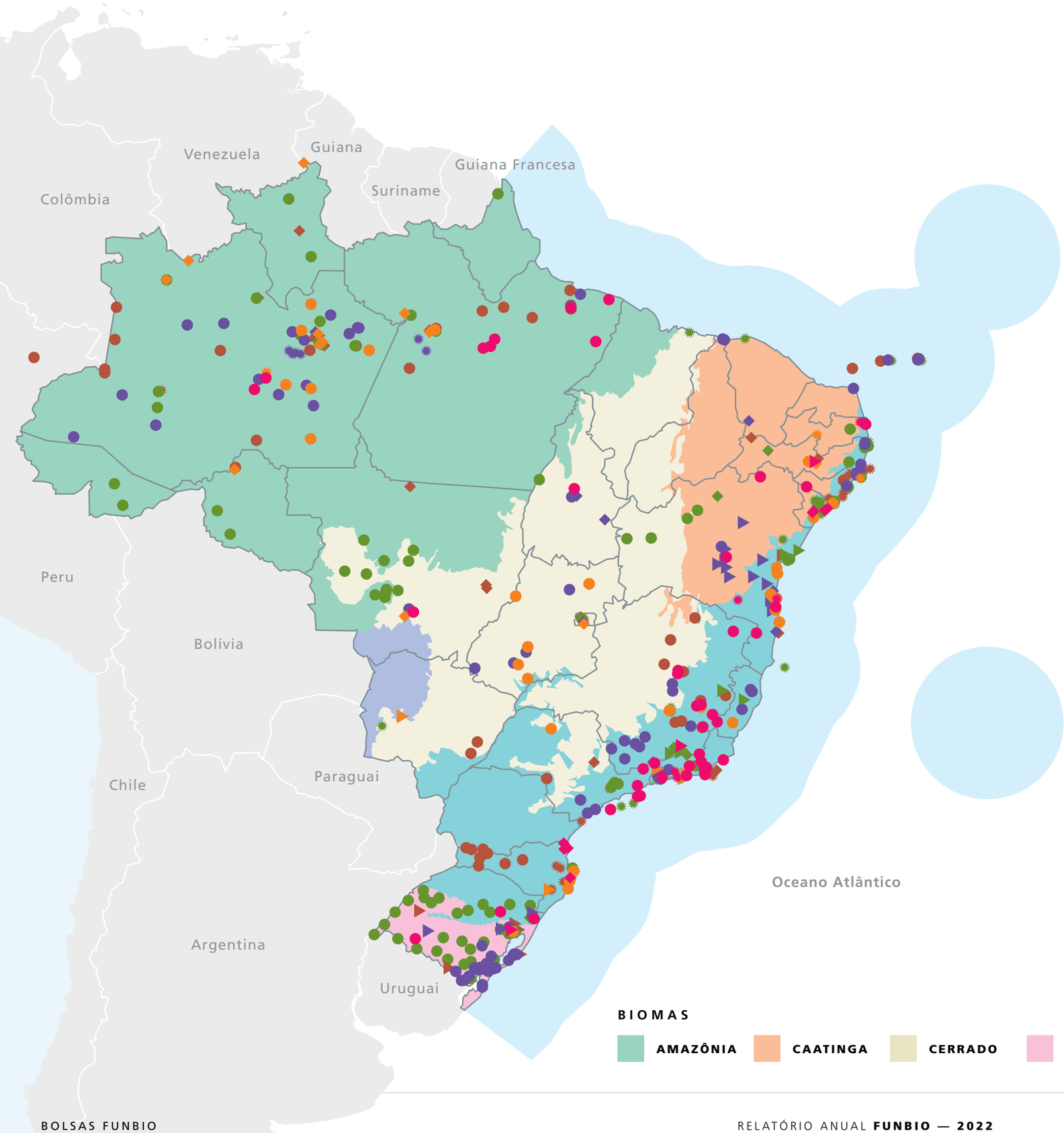
Mestranda em Ecologia pela Universidade Federal do Pará

Plantas aquáticas indicadoras de poluição na Amazônia

Atividades de mineração geram vários distúrbios ambientais com crescente degradação ecológica, com destaque para a extração de alumínio. Para comprovar e entender as consequências dessas atividades em águas na Amazônia, Rayssa do Carmo pesquisa as respostas bioquímicas de *Montrichardia linifera* a concentrações de alumínio, em riachos na Amazônia. A pesquisadora pretende mostrar como essa planta aquática, macrófita nativa, responde de forma fisiológica aos ambientes com diferentes concentrações de alumínio. A utilização dessa planta pode tornar-se uma opção viável e econômica para os múltiplos efeitos dentro dos ambientes alterados por minérios, visto que a macrófita detém potencial para ser considerada como bioindicadora de ambientes contaminados.

O Instituto humanize tem orgulho de fazer parte da história do Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, programa que é um sucesso porque consegue atingir pessoas e espaços que podem ser realmente propulsores de algumas das mudanças mais caras para o Brasil. A iniciativa apoia mestrandos(as) e doutorandos(as) que se revelam lideranças notáveis para colaborar com o presente e o futuro do trabalho de conservação no País. É um grupo que vem mostrando, a cada edição, o resultado do fomento à pesquisa e o grande diferencial que há em contribuir para uma formação que apoia a ida de pesquisadores a campo e que possibilita que a pesquisa científica chegue mais longe."

GEORGIA PESSOA, diretora executiva do Instituto humanize em 2022



PROJETOS APOIADOS*

2018 2019** 2020 2021 2022

92 CONSERVAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DE FAUNA E FLORA

19 GESTÃO TERRITORIAL PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

35 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

18 RECUPERAÇÃO DE PAISAGENS E ÁREAS DEGRADADAS

*Há projetos com atividades de campo em mais de um território. Por essa razão, o número de pontos no mapa é superior ao de projetos apoiados.

**Em 2019, o eixo temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade passou a integrar o eixo Conservação e Manejo Sustentável de Fauna e Flora.

BIOMAS

AMAZÔNIA · CAATINGA · CERRADO · PAMPA · PANTANAL · MATA ATLÂNTICA

ECOSSISTEMA

COSTEIRO-MARINHO

PROJETOS COM RECURSOS DE

DOAÇÕES

37 ARPA

42 FLORESTA VIVA NOVO

43 GEF TERRESTRE

45 COPAÍBAS

48 REM MT

50 MATA ATLÂNTICA

52 PROBIO II

53 CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL

54 GCF TASK FORCE

55 FUNDO AMAPÁ

57 GEF MAR

59 CORAL REEF NOVO

60 FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR

61 TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA

64 UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU

65 FUNDO KAYAPÓ

67 RRF AMAZÔNIA

68 REDE OCEANO LIMPO NOVO

69 MICO-LEÃO-DOURADO (FASE II)

70 MICO-LEÃO-DOURADO (FASE III) NOVO

ARPA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. Foto: Victor Moriyama/ FUNBIO

Iniciado em 2014 sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e a gestão financeira do FUNBIO, o ARPA está na sua terceira fase, marcada pela operação do Fundo de Transição com a execução de recursos de doações para atividades que visam ao alcance de metas para a consolidação e a eficiência de gestão das UCs até 2039, quando está previsto o encerramento do programa.

PARCEIROS

EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · EQUIDADE DE GÊNERO · MUDANÇAS CLIMÁTICAS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia

NDC **ODS**

20 ANOS EM 2022

120 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO APOIADAS

60 DE USO SUSTENTÁVEL

60 DE PROTEÇÃO INTEGRAL

62,5 MILHÕES DE HECTARES APOIADOS

15% DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

ARPA Programa Áreas Protegidas da Amazônia · WWF · cooperação alemã · KFW · Banco Mundial · gef · Fundo Amazônia · BNDES · BID · Margaret A. Cargill Foundation · Gordon and Betty Moore Foundation · AngloAmerican · Fundo Brasileiro para a Biodiversidade FUNBIO · Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins · ICMBio · Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima · Governo Federal Brasil União e Reconstrução

ARPA

Fotos: Thomaz Pedro

As ações são financiadas com recursos de doadores internacionais e nacionais — o Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), o Global Environment Facility (GEF) por meio do Banco Mundial, a Fundação Gordon and Betty Moore, o WWF e a AngloAmerican. O Fundo de Transição conta também com recursos do programa Amazon Sustainable Landscapes (ASL).

Com o propósito de promover a conservação e a proteção permanente de 60 milhões de hectares ou 15% da Amazônia brasileira nesse período, a iniciativa chegou ao final de 2022 com o apoio a 62,5 milhões de hectares entre as áreas que já se consolidaram ou buscam atingir as metas de consolidação, com eficiência de gestão. Atualmente, 46 estão consolidadas e 35 no chamado estágio de potencial (prévio) de consolidação. A estimativa é de que todas as 120 áreas do programa estejam consolidadas até 2026.

Num total de 14 metas conforme o grau de complexidade da UC, o conjunto de diretrizes abrange pontos chaves, como planos de manejo em execução e conselhos gestores formados e ativos. Em 2022, na caminhada para o objetivo maior de 2026, foram realizadas pela primeira vez de maneira virtual cinco oficinas de planejamento relativas ao ciclo de investimentos dos próximos dois anos para todas as áreas apoiadas na Amazônia. Diante dos bons resultados em eficiência e menor custo de logística para as oficinas, a metodologia inédita terá continuidade nos planejamentos dos biênios seguintes.

O ano passado foi marcado pela retomada de atividades em campo, com recorde na execução de recursos do ARPA, após o freio imposto pela pandemia de covid-19. Foi um ano também de reflexões em grupo de trabalho sobre o futuro do programa, diante da crescente demanda por investimentos e da necessidade de manter até 2039 a estratégia bem-sucedida, com atualização de custos.

Ainda em 2022, pela primeira vez, o FUNBIO realizou um treinamento de procedimentos do programa na ponta, com 80 participantes de 50 UCs. O treinamento foi muito bem avaliado pelos participantes e entrega para um público novo no programa as condições para que possam operacionalizá-lo via FUNBIO.

Ao celebrar 20 anos de resultados efetivos, a iniciativa brasileira — que inspira países como Peru e Colômbia — organizou a segunda reunião 2022 de doadores do Comitê do Fundo de Transição em Santarém (PA), seguida de uma visita à RESEX Tapajós-Arapiuns. A área representa um exemplo de sucesso entre as unidades do programa, pela gestão eficiente dos recursos com olhar na qualidade de vida das comunidades.

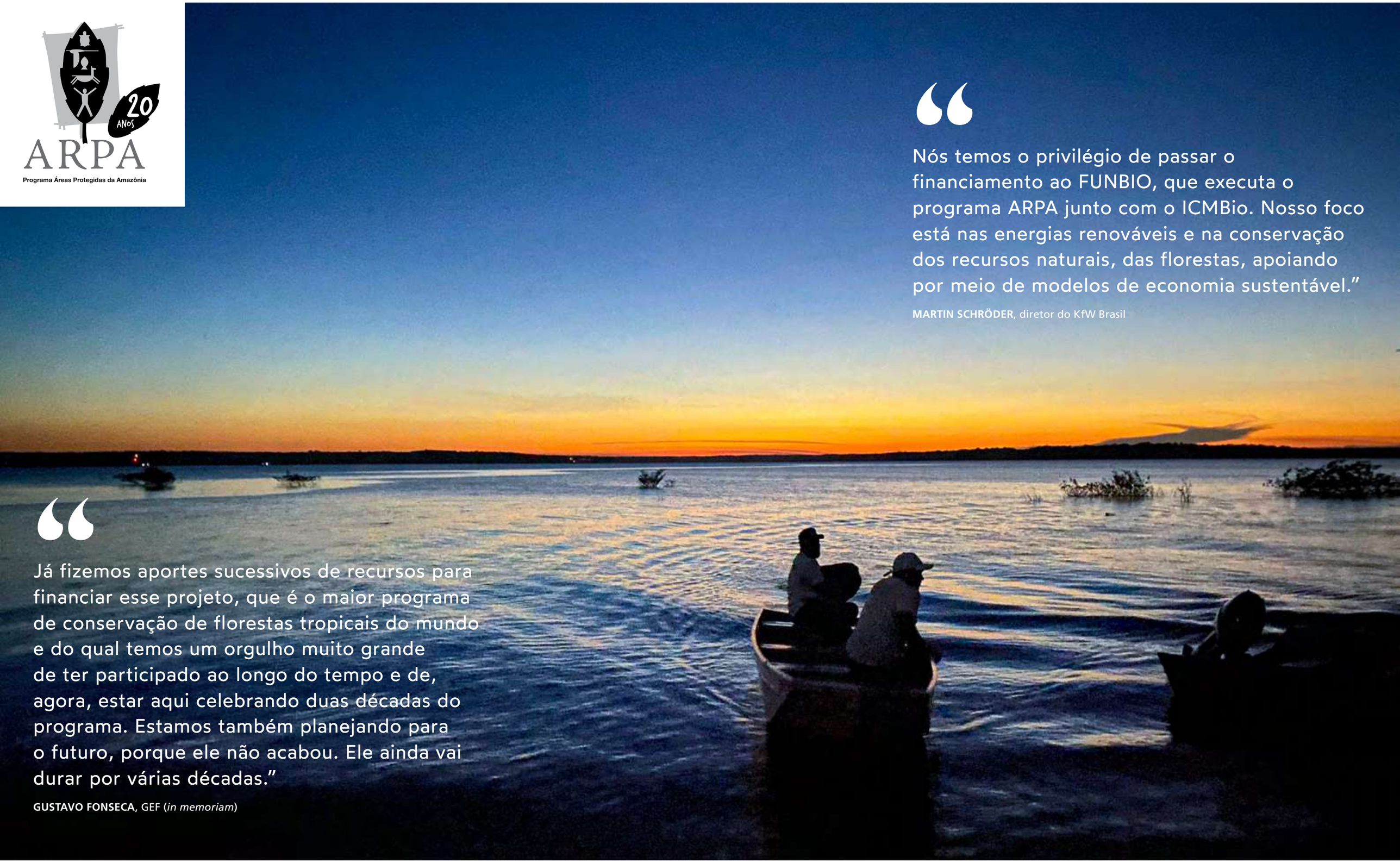
Em ano emblemático, além da intensificação das medidas visando às metas de consolidação das áreas já estabelecidas, foi efetivada a criação de uma nova UC apoiada pelo ARPA: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Xeriuini, em Roraima, de acordo com a Lei 1.704 de 15 de julho de 2022. Além disso, a Área de Proteção Ambiental do Baixo Rio Branco foi recategorizada em Parque Estadual das Nascentes, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itapará-Boiaçu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campina. O trabalho de diagnósticos e consultas públicas que resultaram na lei foi realizado com apoio do programa.

ARPA REDUZ EMISSÃO DE CO_2

Um estudo coordenado pelo pesquisador Britaldo Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com contribuições do FUNBIO, do WWF-Brasil e da Universidade de Bonn, traz dados sobre o impacto do ARPA na redução do desmatamento e das emissões de CO_2 de 2008 a 2020. Estima-se que, no período, as áreas protegidas (que incluem, além das UCs, Terras Indígenas) reduziram em 21% o desmatamento no bioma: cerca de 264 mil hectares correspondem a UCs apoiadas pelo ARPA. Com isso, aproximadamente 104 milhões de toneladas de CO_2 deixaram de ser emitidas, volume correspondente ao total de emissões pela aviação doméstica americana no ano de 2020, a qual responde por cerca de 17% das emissões pelo setor de aviação doméstica mundial.

"O estudo traduz em dados os resultados de mais de duas décadas de uma iniciativa brasileira que é hoje modelo para programas semelhantes em outros países, como Colômbia e Peru. Os resultados mostram como, ao conservar a floresta, o ARPA dá início a uma reação em cadeia, beneficiando clima, biodiversidade e os mais de 20 milhões de habitantes da região, também gerando impacto positivo além dos limites do bioma", diz Fernanda Marques, coautora do estudo e gerente de Portfólio do FUNBIO.

EM 20 ANOS, ARPA CRIA LEGADO DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA



"Nós temos o privilégio de passar o financiamento ao FUNBIO, que executa o programa ARPA junto com o ICMBio. Nosso foco está nas energias renováveis e na conservação dos recursos naturais, das florestas, apoiando por meio de modelos de economia sustentável."

MARTIN SCHRÖDER, diretor do KfW Brasil

"Já fizemos aportes sucessivos de recursos para financiar esse projeto, que é o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo e do qual temos um orgulho muito grande de ter participado ao longo do tempo e de, agora, estar aqui celebrando duas décadas do programa. Estamos também planejando para o futuro, porque ele não acabou. Ele ainda vai durar por várias décadas."

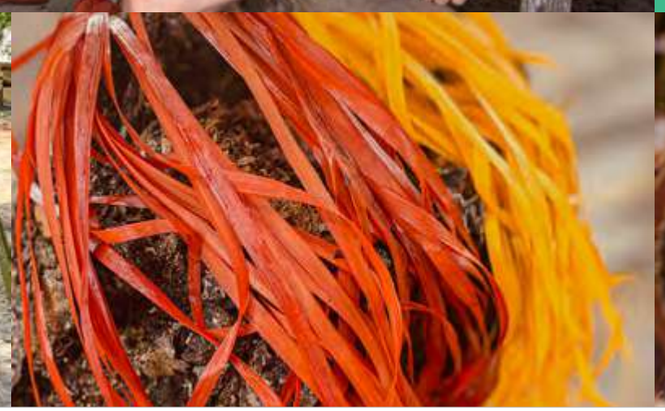
GUSTAVO FONSECA, GEF (*in memoriam*)

EM 20 ANOS, ARPA CRIA LEGADO DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

Duas décadas após o lançamento, o programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) inspira arranjos similares em Colômbia, Peru e Bolívia e, só entre 2008 e 2020, reduziu o desmatamento na Amazônia brasileira em 264 mil hectares. Em julho, pela primeira vez, a reunião do Comitê do Fundo de Transição do ARPA aconteceu na Amazônia (Santarém, PA), seguida de visita à RESEX Tapajós-Arapiuns, com apoio do ICMBio.

Nas comunidades de Anã e São Marcos, líderes locais ressaltaram a importância de fazer parte do ARPA, que contribuiu para frear a exploração predatória de madeira e dar maior robustez institucional às comunidades. Participaram, entre outros, representantes do KfW, da Fundação Gordon and Betty Moore, do GEF, da Anglo American e do WWF.

> O ARPA é um exemplo para poder dar sustentabilidade para áreas protegidas. Ele foi um modelo para o Peru, que tem um programa que se chama Patrimônio do Peru, parecido com o ARPA, com um alcance e ambição muito grandes.”
>
> **AVECITA CHICCHÓN**, diretora de programas da Fundação Gordon and Betty Moore



> É um projeto bandeira, estamos tratando de replicar em outros países da Amazônia.”
>
> **MEG SYMINGTON**, diretora gerente da Amazônia na WWF-EUA

NOVO

FLORESTA VIVA

Reserva Extrativista de São João da Ponta, PA. Foto: Victor Moriyama/ FUNBIO

PARCEIROS

EMPRESAS · GOVERNO · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MUDANÇAS CLIMÁTICAS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

- Amazônia
- Caatinga
- Cerrado
- Mata Atlântica
- Pampa
- Pantanal

ODS

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO · 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA · 15 VIDA TERRESTRE · 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

"Investir no Floresta Viva materializa nosso compromisso com a mitigação da mudança do clima, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento humano. Os projetos aprovados no Manguezais do Brasil — primeiro edital dessa parceria entre Petrobras, BNDES e FUNBIO — vão reforçar nossa atuação em carbono azul, recuperando importantes áreas de transição entre o mar e a terra, enquanto percorremos o caminho da geração de créditos de carbono de alta qualidade e integridade. Nos manguezais armazenamos carbono, conservamos espécies, evitamos a erosão do solo, geramos renda. Juntos, transformamos realidades."

GREGÓRIO ARAÚJO, gerente de Reflorestamento e Projetos Ambientais em Responsabilidade Social da Petrobras

Inovação é palavra chave no desafio da restauração ecológica, não somente quanto às técnicas e metodologias utilizadas, como também em modelos financeiros e potencial do mercado de carbono, no contexto da mitigação das mudanças climáticas.

1 EDITAL EM 2022

ATÉ R$ **44,4** MILHÕES

PARA ATÉ **9** PROJETOS DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA

Na iniciativa Floresta Viva, lançada pelo BNDES em 2021, tendo o FUNBIO como parceiro gestor desde abril de 2022, o objetivo geral é atrair e catalisar investimentos em patamares inéditos para o setor no País. A estratégia soma recursos do banco e de empresas e outras organizações, de modo a destravar gargalos e aumentar a escala da atividade nas várias regiões brasileiras.

Após o anúncio, o arranjo inovador recebeu expressiva adesão de apoiadores com intenções de investimentos 50% superiores em relação às estimativas iniciais, sinal de uma resposta positiva ao mecanismo.

A expectativa é de restauração de 20 mil a 30 mil hectares, com a retirada de 7 milhões a 10 milhões de toneladas de dióxido de carbono da atmosfera, considerando um ciclo de crescimento da vegetação de 25 anos. Até o fim de 2022, estimava-se uma mobilização de recursos da ordem de R$ 700 milhões.

O esforço está em linha com a Década da Restauração de Ecossistemas, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o propósito de prevenir, interromper e reverter a degradação dos ambientes naturais em todos os continentes até 2030. Ao abrigar a maior floresta tropical do planeta sob o impacto do desmatamento e reunir grandes extensões de áreas degradadas passíveis de recuperação, o Brasil possui significativo potencial de oportunidades na agenda.

O Floresta Viva tem o diferencial de construir pontes entre governo, empresas e sociedade civil para mobilização de capital, gestão financeira e atividades no campo com monitoramento dos resultados. O mecanismo prevê editais de seleção pública para projetos com pautas e territórios definidos com apoio do FUNBIO, BNDES e as instituições apoiadoras. Há, ainda, a modalidade de fomento estruturado, por meio da qual são apoiados projetos aderentes aos objetivos e finalidades do Floresta Viva, mas que, em razão de sua complexidade ou singularidade, requerem a estruturação prévia em conjunto pelo FUNBIO, BNDES e as instituições apoiadoras.

O primeiro contrato foi formalizado em 2022 junto à Petrobras e resultou no lançamento do edital Manguezais do Brasil, que disponibilizará R$ 44,4 milhões para apoio à restauração de manguezais e restingas do Brasil, incluindo suas bacias contribuintes. Por meio do edital, espera-se apoiar até nove projetos, cada um com uma área de pelo menos 200 hectares a ser restaurada ao longo de 48 meses.Em paralelo, começou a ser articulado um edital com investimentos da Eneva, voltado à restauração no interior e entorno de Unidades de Conservação no estado do Amazonas.

Além da maior abrangência, o Floresta Viva fomenta o monitoramento das ações de identificação de lacunas e soluções, dentro de um processo de aprendizado em restauração ecológica. O aporte de maior volume de recursos financeiros, com aumento da escala e da capacidade produtiva da cadeia de fornecimento de mudas, sementes e outros insumos, pode reduzir os custos e aumentar o engajamento de produtores rurais.

A iniciativa possibilita retorno financeiro via modelos de Sistemas Agroflorestais (SAF), o que pode fazer diferença na equação financeira para cobrir os custos da restauração. Além disso, com esses aportes maiores, é possível somar projetos de novas florestas na mesma paisagem, de modo a viabilizar áreas maiores para possíveis ganhos em créditos de carbono com participação do banco e instituições parceiras.

GEF TERRESTRE

Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal

PARCEIROS

ACADEMIA · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MANEJO DE ESPÉCIES · MUDANÇAS CLIMÁTICAS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Caatinga
– Pampa
– Pantanal

NDC **ODS**

“São necessárias ações estruturantes de longo prazo, para além das técnicas de plantio e restauração, com empoderamento de comunidades locais na Caatinga.”

JOAQUIM NETO, coordenador da SOS Sertão

Paisagem no Caminho do Pampa, na APA do Ibirapuitã, RS. Foto: Pró-APA Sustentável

29
PROJETOS APOIADOS

8
CHAMADAS

3
BIOMAS

Iniciado em 2019 com foco na Caatinga, Pampa e Pantanal, o GEF Terrestre apoia a criação, sustentabilidade financeira e fortalecimento de Unidades de Conservação (UCs), além de restauração ecológica, conservação de espécies ameaçadas, comunicação e engajamento. Desde o início do projeto, em 2018, até o momento, as atividades estiveram centradas na recuperação de áreas degradadas, por meio de sete chamadas públicas que selecionaram 25 iniciativas. No total, as iniciativas objetivam a restauração de 6,5 mil hectares nesses biomas, acima da meta inicial de 5 mil hectares.

GEF TERRESTRE

Equipe a caminho de área de plantio na RPPN Sesc Pantanal. Foto: Aline Lira

Mais de quatro mil pessoas foram capacitadas em 400 oficinas ou cursos, do plantio de mudas e sementes ao manejo integrado de fogo, o que permitiu evoluir nas iniciativas de campo de forma madura e tecnicamente balizada, ao longo do projeto. Foi realizado o mapeamento de áreas prioritárias de restauração nos três biomas, além da plataforma WebAmbiente, desenvolvida pela Embrapa para auxiliar tomadas de decisão no processo de adequação ambiental. O sistema contempla o maior banco de dados já produzido no Brasil sobre espécies vegetais nativas e estratégias para recomposição da paisagem rural.

No ano passado, teve início o componente de criação e fortalecimento de UCs federais. Em junho, foi lançado edital que selecionou projetos para criação de nove Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) na Caatinga e no Pantanal.

A partir de setembro, 14 UCs começaram a ser articuladas para apoio na infraestrutura, elaboração ou atualização de planos de manejo, monitoramento da fauna, combate e prevenção de fogo e desenvolvimento de cadeias produtivas.

No tema da restauração ecológica, a estratégia é contemplar os biomas historicamente menos favorecidos com investimentos nesse setor. É o caso da recuperação ambiental de áreas do Sesc Pantanal, com ênfase no manejo do fogo e na recomposição de matas ciliares na beira dos rios.

Na Caatinga, tanto a Área de Proteção Ambiental (APA) como o Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul, no município de Curaçá (BA), são palco de iniciativas voltadas para reconstruir o ambiente que protege indivíduos dessa espécie reintroduzidos na área com o objetivo de conservação da ave na natureza. As ações em 200 hectares são coordenadas pelo Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental (Nema) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). A espécie, descrita pela primeira vez no século XIX, é considerada extinta na natureza desde 2020, e os primeiros exemplares criados em cativeiro foram reintroduzidos em 2022.

No Parque Nacional da Furna Feia e entorno, criado em 2012 com 8,5 mil hectares, nos municípios de Baraúna e Mossoró (RN), o GEF Terrestre apoia o plantio de mudas nativas em aproximadamente 100 hectares de áreas degradadas, com técnicas inovadoras de restauração e capacitação de comunidades. Realizado pela SOS Sertão, o trabalho partiu de um diagnóstico socioambiental sobre a disponibilidade de água, existência de comunidades, fontes de renda, condições do solo e hábitos culturais, como a caça praticada para subsistência. A zona adjacente à UC e suas cavernas está inserida em perímetro de fruticultura irrigada que compete em mão de obra e recursos hídricos com o desafio de recuperar a vegetação nativa.

Em 2022, foi finalizado o plantio de um total de 100 mil mudas nativas, além da elaboração de um plano de recuperação para servir de base a ações futuras. Em região marcada pelo estresse hídrico, o trabalho aplicou 12 diferentes métodos de restauração, no esforço de testar alternativas para repor a vegetação em terreno e clima hostis. O índice de sucesso das mudas foi de 70%, contra 15% na média da região, e agora o plano é ampliar o monitoramento para a validação das técnicas, com participação de produtores locais. A área recuperada com nova cobertura vegetal contribui com a infiltração de água que abastece poços artesianos usados na irrigação dos cultivos e na criação de animais.

Homens trabalham na Caatinga. Foto: Nema/Univasf

Mulher faz plantio no Pantanal. Foto: Jeferson Prado

COPAÍBAS

Voltado à conservação do Cerrado e da Amazônia, com efetiva redução do desmatamento, o programa COPAÍBAS lançou em 2022 as primeiras quatro chamadas para apoio à criação e elaboração de planos de manejo de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), gestão ambiental e territorial indígena e capacitação socioprodutiva, com auxílio à geração de renda a partir da sociobiodiversidade.

EM PAUTA

07/06/22 – *FOLHA DE SP* (COLUNA DA MÔNICA BERGAMO)
Presidente da associação de procuradores participa de debate sobre metas climáticas

13/06/22 – *VEJA*
COPAÍBAS abre nesta semana ciclo de debates sobre mudanças climáticas

14/06/22 – *O ECO*
'Diálogos pelo Clima' discute ação frente às mudanças climáticas

21
UCs APOIADAS

4
ESTADOS PARCEIROS

1,5
MILHÃO DE HECTARES APOIADO

4
CHAMADAS DE PROJETOS

30
PROJETOS CONTRATADOS,

DOS QUAIS

10
EM ANDAMENTO

PARCEIROS

GOVERNO
POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS
CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS
CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
EQUIDADE DE GÊNERO
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS
GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

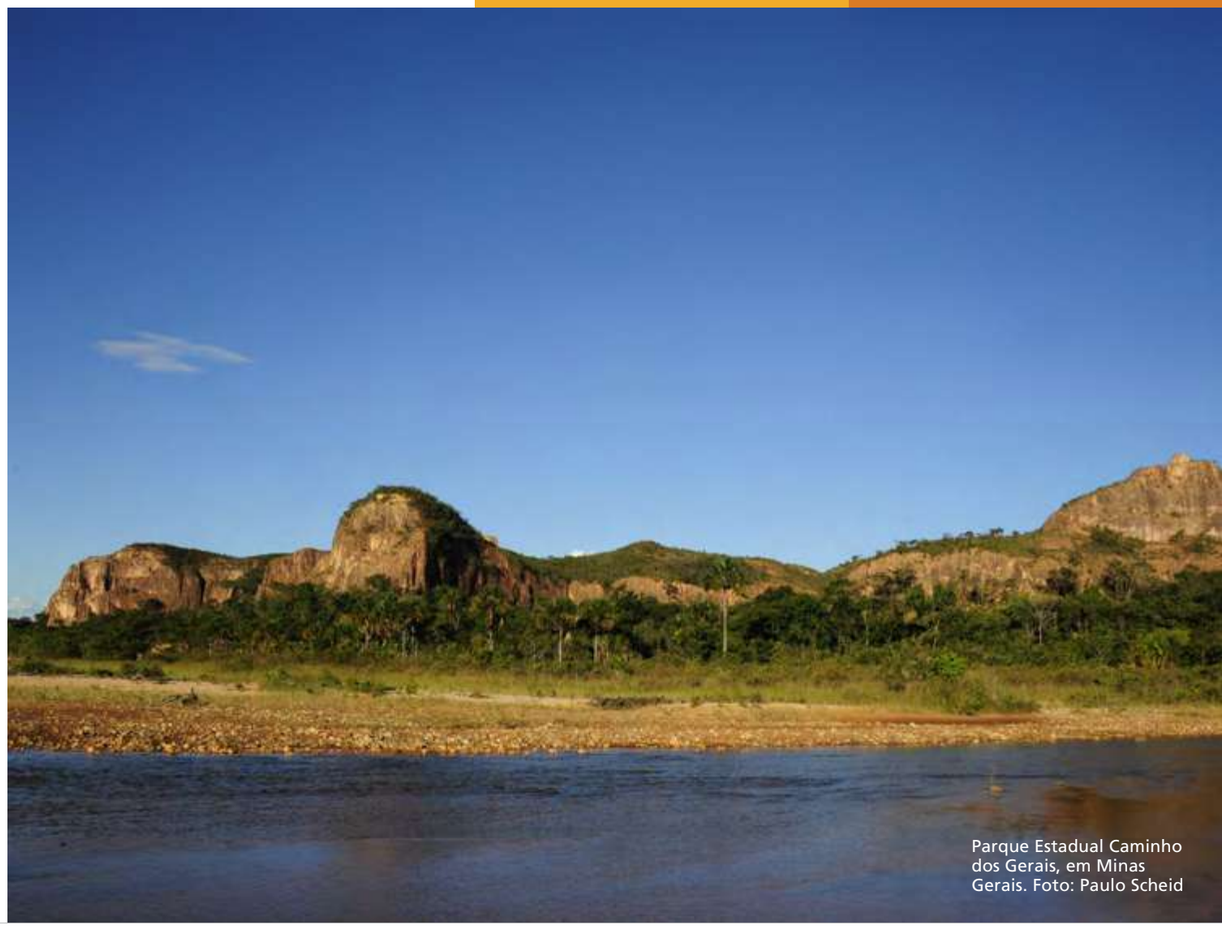
BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia
– Cerrado

NDC **ODS**

Nesse eixo específico, foram selecionadas 17 iniciativas, em fase inicial de atividades, a exemplo do projeto Jovens Cuidando do Cerrado e Resgatando a Vida, que busca valorizar produtos extrativistas e conhecimentos tradicionais associados à coleta e beneficiamento de plantas do Cerrado. O projeto, em implementação pelo Grupo Semente, beneficiará o coletivo Jovens Vivendo no Campo, que reúne 27 pessoas, entre jovens, mulheres e homens de uma comunidade rural tradicional.

As atividades do projeto pretendem contribuir para o diagnóstico das atividades extrativistas, com foco principal no cumaru e no jatobá, a condução de estudos de viabilidade econômica e a construção de planos de ação para a potencialização da atividade extrativa e comercialização dos produtos. Em outra iniciativa, o COPAÍBAS apoia a Nova Guarita, cooperativa mista de agricultura familiar e extrativista que atua no bioma Amazônia. Com duração de 18 meses, a estratégia é fortalecer a gestão e a assessoria técnica oferecida pela organização, para garantir qualidade aos processos de articulação e às etapas produtivas junto aos grupos de sementes envolvidos em atividades de restauração florestal do Território Portal da Amazônia, no Norte de Mato Grosso.



Parque Estadual Caminho dos Gerais, em Minas Gerais. Foto: Paulo Scheid

COPAÍBAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS, POVOS INDÍGENAS E ÁREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS AMAZÔNIA E CERRADO

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO
Governos Estaduais: Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais
NICFI Norway's International Climate and Forest Initiative

EM PAUTA

14/06/22 – *FOLHA DE SP*
Falta de olhar da sociedade está na origem dos conflitos na Amazônia, diz procurador

11/07/22 – *CONEXÃO BOA VISTA*
Conselho Indígena de Roraima elabora plano de enfrentamento às mudanças climáticas na TI Raposa Serra do Sol

15/08/22 – *JOTA*
MPF em defesa das Unidades de Conservação

16/08/2022 – *CORREIO 24 HORAS*
Diálogos pelo Clima discute conservação de biomas baianos

13/09/2022 – *JOTA*
Danos climáticos: apontamentos sobre o dever de indenizar

04/10/2022 – *NETZERO*
"Desmatar está mais barato do que replantar: é preciso subir este custo para as empresas", defende procuradora

FORTALECIMENTO INDÍGENA

Entre os primeiros 13 projetos indígenas apoiados pelo COPAÍBAS está a iniciativa Ipa'wã, realizada pela Associação Indígena do Povo Xipaya (AIPHX) para o mapeamento de copaibais da Terra Indígena Xipaya, em Altamira, no Pará. A atividade inicial é a limpeza dos igarapés Cupinaré e Jaboti, para permitir o acesso de pequenas embarcações das comunidades às áreas de interesse para extração de óleo de copaíba.

Com execução pelo FUNBIO, o programa COPAÍBAS é mantido com recursos da Iniciativa Internacional da Noruega para Clima e Florestas (NICFI), por meio do Ministério das Relações Exteriores da Noruega. Em maio, o programa foi a campo para sua primeira missão de monitoramento nos parques estaduais de Caldas Novas (GO) e do Biribiri (MG), duas das 21 Unidades de Conservação (UCs) já apoiadas em quatro estados. O COPAÍBAS tem como um dos objetivos o fortalecimento de UCs no Cerrado — savana mais biodiversa do planeta — mediante suporte à infraestrutura, planos de uso público e manejo de fogo, por exemplo.

Um diferencial é a construção de pontes entre representantes de ministérios públicos, juízes e sociedade civil no debate sobre temas que envolvem a justiça climática. Nesse sentido, a iniciativa Diálogos pelo Clima, que faz parte do programa, realizou seis encontros virtuais de junho a novembro de 2022. A iniciativa promoveu ainda um encontro presencial em 25 de outubro, em São Luís (MA), fruto do acordo entre o FUNBIO e o Ministério Público Estadual local.

No campo da comunicação estratégica, o COPAÍBAS iniciou investimentos no desafio inovador de integrar ferramentas de Inteligência Artificial (AI) à bioeconomia e sociobiodiversidade, com coleta e análise de dados das mídias sociais, de modo a subsidiar ações de engajamento na temática em maior escala, refletindo-se na articulação de atores e saltos da geração de renda nas cadeias produtivas da Amazônia e do Cerrado.

Parque Estadual do Biribiri, em Minas Gerais. Foto: Thales do Carmo/ FUNBIO

Encontro, em Brasília, em dezembro de 2022. Foto: José Zenildo Trajano

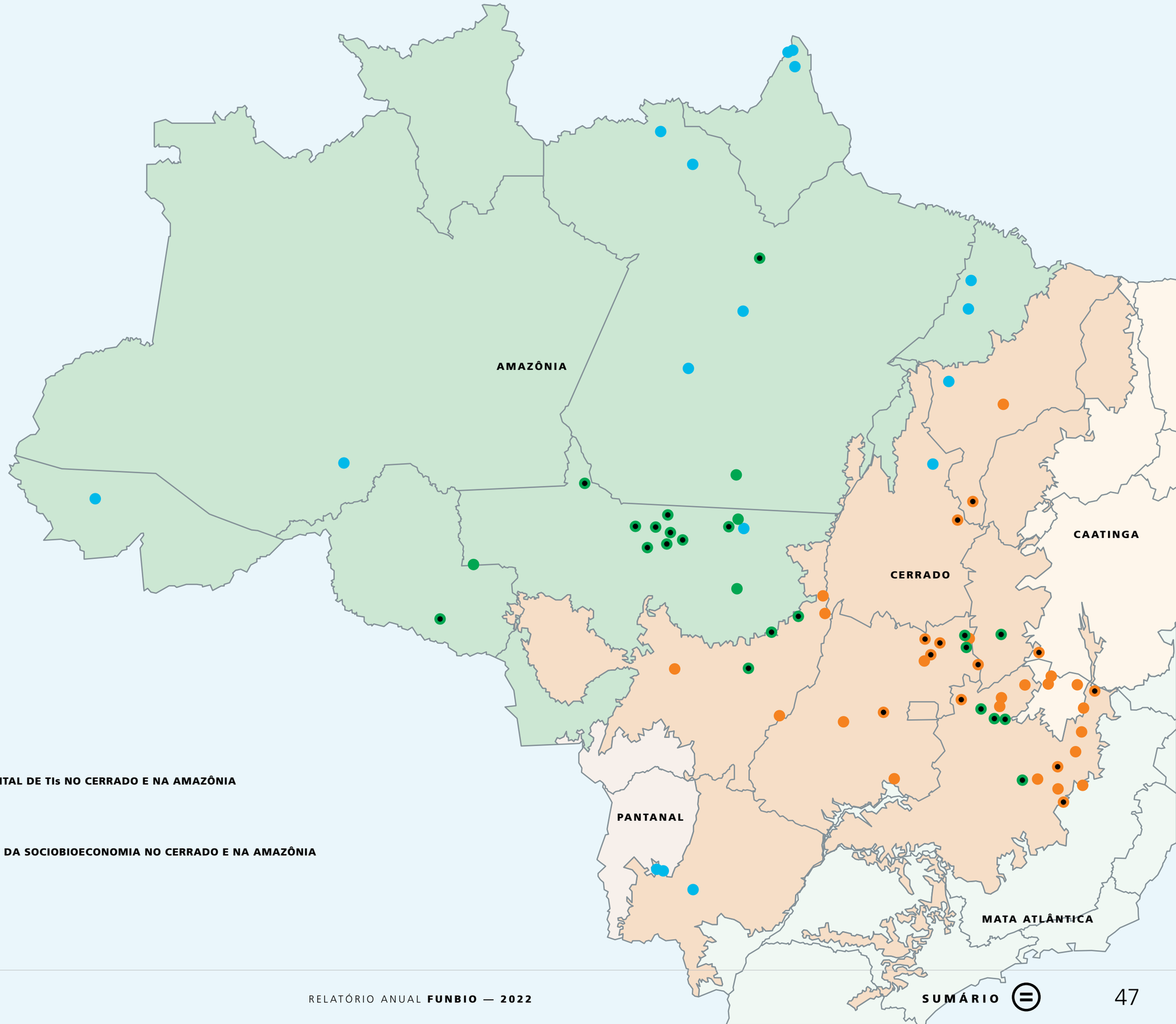
DIÁLOGOS PELO CLIMA PROMOVE TROCAS DE EXPERIÊNCIAS

Entre junho e novembro, o programa COPAÍBAS promoveu o ciclo *on-line* Diálogos pelo Clima, com encontros mensais para debater, com diferentes profissionais do sistema de Justiça brasileiro e da área de meio ambiente, o tema das mudanças climáticas e o combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Com assuntos variados e participação de procuradores, juízes, promotores e representantes da sociedade civil, os eventos mobilizaram cerca de 258 pessoas. Em novembro, São Luís, no Maranhão, recebeu o primeiro evento presencial.

Na pauta, assuntos como a busca por instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio às metas climáticas assumidas pelo Brasil; mensuração do dano ambiental no âmbito das mudanças climáticas; estoque de carbono; alternativas econômicas para populações tradicionais, indígenas e quilombolas e estratégias de proteção das Unidades de Conservação para o alcance do Acordo de Paris. Dezoito convidados falaram de diferentes perspectivas e apresentaram casos de sucesso, sempre com a mediação de Andréia Mello, coordenadora do ciclo.

Entre os casos de sucesso apresentados ao longo do ciclo, vale destacar a iniciativa do procurador Fernando Merloto Soave, coordenador da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas (Catrapoa). Vencedora do prêmio Innovare na categoria Ministério Público, a comissão construiu uma solução para dois problemas: a dificuldade de alimentos chegarem às escolas indígenas, devido a questões de acesso e distância, e a falta de alternativa econômica para a venda da produção de alimentos locais. A Convenção 169 da OIT, promulgada no Brasil em 2004, permitiu ao Ministério Público Federal emitir nota técnica permitindo aos povos indígenas da Amazônia vender sua produção para a merenda escolar local. "Com isso, conseguimos avançar em três pontos: alimentação adequada, economia de recursos públicos e geração de renda — que, inclusive, reduz a cooptação para atividades de desmatamento, como a exploração madeireira ilegal", explicou Merloto.

COPAÍBAS



LEGENDAS

FORTALECIMENTO DE UCs ESTADUAIS NO CERRADO

- UCs EM CONSOLIDAÇÃO
- MUNICÍPIOS EM QUE HÁ RPPNs APOIADAS

FORTALECIMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TIs NO CERRADO E NA AMAZÔNIA

- TIs APOIADAS

FORTALECIMENTO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA SOCIOBIOECONOMIA NO CERRADO E NA AMAZÔNIA

- TIs EM QUE HÁ ATIVIDADES APOIADAS
- MUNICÍPIOS EM QUE HÁ ATIVIDADES APOIADAS

REM MT

Programa Global REDD Early Movers (REM) – Mato Grosso

PARCEIROS

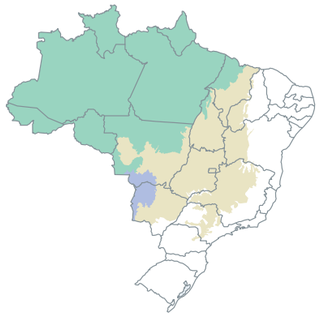
ACADEMIA · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · EQUIDADE DE GÊNERO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS · MANEJO DE ESPÉCIES · MUDANÇAS CLIMÁTICAS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia
– Cerrado
– Pantanal



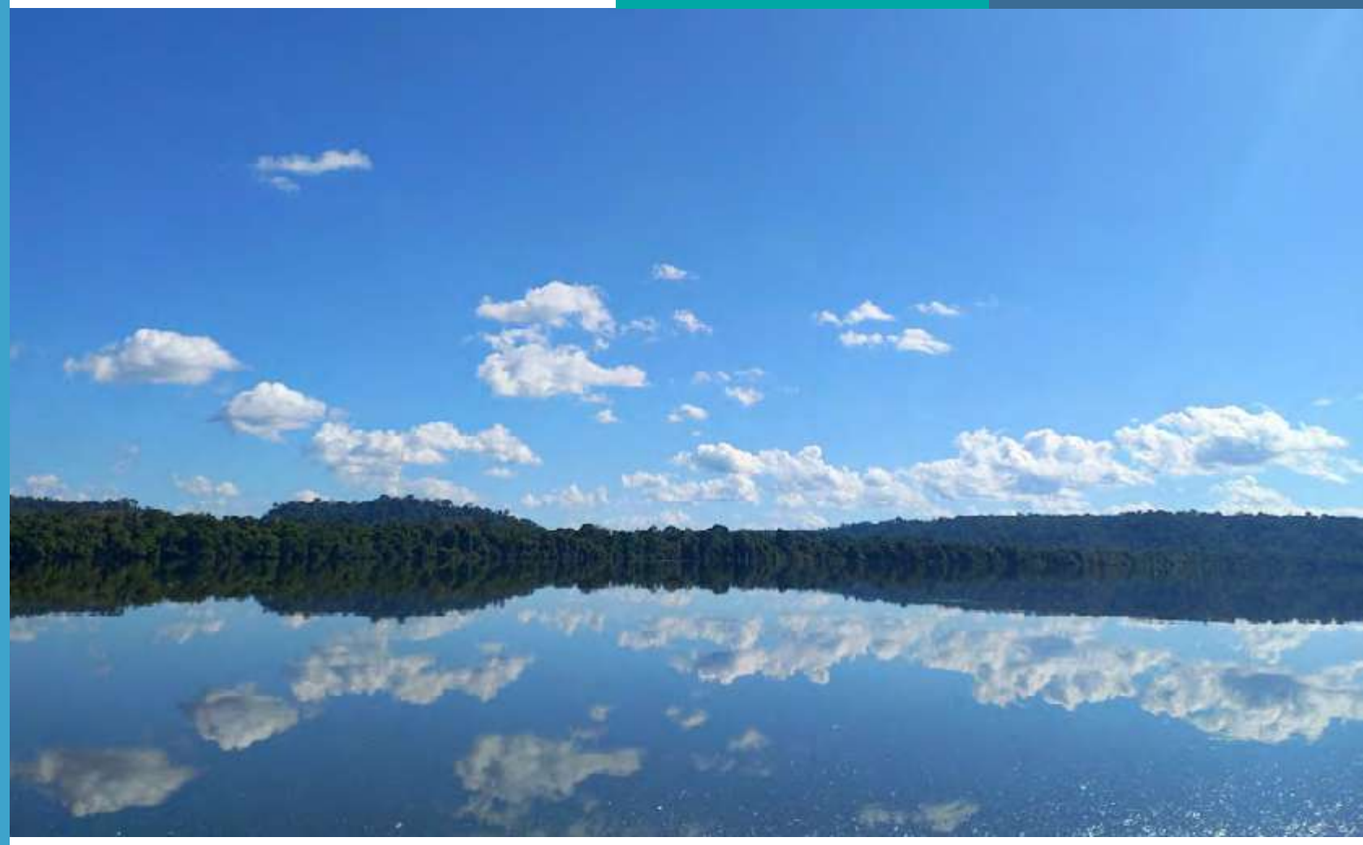
NDC **ODS**

O estado de Mato Grosso, maior produtor nacional de ***commodities***, concilia a estratégia de produção sustentável e manutenção da floresta em pé, com redução de emissões de carbono pelo desmatamento evitado. O Programa REDD Early Movers (REM), mantido com recursos dos governos alemão e britânico, sob gestão do FUNBIO, destina-se à remuneração de serviços ambientais baseada em resultados alcançados.

O Rio Teles Pires é um curso de água que banha os estados de Mato Grosso e Pará, no Brasil. Foto: João Mello/FUNBIO

62
PROJETOS APOIADOS

60
TIs BENEFICIADAS



Os recursos financeiros são destinados a ações previstas na Estratégia de Repartição de Benefícios com foco na agricultura familiar e em povos e comunidades tradicionais na Amazônia, Cerrado e Pantanal, territórios indígenas e produção, inovação e mercado sustentáveis, além do fortalecimento institucional e políticas públicas estruturantes. O REM MT foi assinado em novembro de 2017.

Em 2022, foram realizadas duas chamadas de projetos, uma para iniciativas de instituições indígenas em seus territórios e uma para ações na agricultura familiar e estruturação das suas principais cadeias de valor, como o projeto Cutiando, que visa à construção de uma planta de beneficiamento de castanha-do-brasil em Juruena (MT) para aumentar a produção, agregar valor e acessar mercados. Na Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola da Mutuca-Acorquirim, no município de Nossa Senhora do Livramento (MT), o objetivo do projeto selecionado é a produção de mel com marca local e selo de qualidade.

No ano passado, também foram assinados os contratos referentes à chamada realizada em 2022, que selecionou

REM MT

Agrofloresta Caité, na Agrovila das Palmeiras. Foto: João Mello/FUNBIO

Alimentos produzidos no Assentamento Olga Benário. Foto: João Mello/FUNBIO

Indígenas em uma casa de farinha e em atividade de pesca na Aldeia Kururuzinho. Fotos: João Mello/FUNBIO

16 projetos indígenas, 22 de agricultura familiar nas principais cadeias produtivas, como açaí, borracha, café e sementes florestais, e sete iniciativas estruturantes de apoio institucional e de governos locais, com ênfase na participação social e inclusão de jovens e mulheres nas tomadas de decisão.

Até o momento, as ações contemplam 387 mil hectares já apoiados para o baixo carbono em todos os eixos temáticos do subprograma Agricultura Familiar e PCT. No caso do apoio a pequenos e médios produtores de *commodities* locais, como gado, soja e madeira, foram alcançadas 1,5 mil propriedades de até 15 módulos fiscais. A meta do estado é atingir 10,5 mil, com 82 mil hectares sob manejo de baixo carbono até 2030. Especificamente na agricultura familiar, foram beneficiadas 14 mil famílias até o fim de 2022, com meta de chegar a 26,9 mil no fim de década.

Como resultado já alcançado pelo estado de MT, foram remuneradas cerca de 11 milhões de toneladas de carbono que deixaram de ser emitidas pelo desmatamento até dezembro de 2022. No entanto, devido ao enfraquecimento das instituições ambientais, as metas de redução de desmatamento não foram atingidas no período. Com base nos anos de referência de 2015 a 2019, o compromisso foi reduzir o desmatamento em 3% ao longo dos quatro anos de vigência do programa, mas o percentual aumentou 26% na média anual até 2022.

MATA ATLÂNTICA

Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica

Guaricia (*Vochysia bifalcata*), no Paraná, em área de atuação do projeto da SPVS. Foto: Rodolfo Marçal/ FUNBIO

Por seu histórico de degradação, grande diversidade biológica e alto grau de endemismo, a Mata Atlântica é considerada prioridade global para restauração de ecossistemas. Com apoio de recursos do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), por intermédio do FUNBIO, o bioma brasileiro mais populoso é alvo de dez projetos que iniciaram atividades em 2022, após aprovação em edital em dezembro do ano anterior. São três no Rio de Janeiro, um em São Paulo, três no Paraná e três na Bahia.

PARCEIROS

GOVERNO

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Mata Atlântica

ODS

EM PAUTA

26/05/22 – *O ECO*
A proposta de restaurar 900 campos de futebol de Mata Atlântica em dois anos

28/05/22 – *SÓ NOTÍCIA BOA*
Indígenas ajudam a restaurar floresta do Parque Nacional no PR

Mata Atlântica
Biodiversidade e Mudanças Climáticas

Por ordem do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da República Federal da Alemanha

KFW

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MATA ATLÂNTICA

“Os investimentos que estamos fazendo na região do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia, por intermédio do projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica, serão estratégicos para o desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva da restauração florestal no coração do Corredor Central da Mata Atlântica, considerado pelos cientistas como uma das áreas mais relevantes para a proteção e recuperação do bioma. Além dos quase 200 hectares de áreas que estão sendo recuperadas, em parceria com uma cooperativa e duas associações indígenas Pataxó, a realização de um programa de treinamento e regularização dos agentes da cadeia produtiva e a formação de uma comunidade de aprendizagem terão impacto positivo para acelerar e ampliar a escala da restauração na região. Para o CICLOS, este projeto tem sido uma excelente oportunidade para o aperfeiçoamento dos nossos processos de gestão, além de nos qualificar para novos e maiores desafios.”

BETO MESQUITA, presidente do Instituto CICLOS de Sustentabilidade e Cidadania, uma das instituições apoiadas pelo projeto Mata Atlântica

O projeto Mata Atlântica promove iniciativas voltadas à restauração florestal, prioritariamente em Unidades de Conservação, incluindo Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), inseridas em três regiões estratégicas: o Mosaico do Extremo Sul da Bahia, o Mosaico Lagamar (São Paulo e Paraná) e o Mosaico Central Fluminense.

No Rio de Janeiro, onde a recuperação da paisagem tem alto potencial ambiental e econômico, o objetivo é restaurar 750 hectares, conectando RPPNs, com fortalecimento da cadeia produtiva florestal e do turismo sustentável.

Na Bahia, três instituições se uniram para o planejamento conjunto das ações que englobam os Parques Nacionais do Pau-Brasil, Monte Pascoal e Descobrimento, com sobreposição de Terras Indígenas, RPPNs e outras propriedades privadas. Em junho, o grupo, incluindo associações indígenas, se reuniu para a definição da estratégia que prevê a criação de Sistemas Agroflorestais (SAF) e viveiros de mudas para aumentar a escala da restauração e conexão dos fragmentos de floresta.

As atividades de capacitação de pessoas e plantio de árvores nativas, desenvolvidas por diversas instituições em parceria com o Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), ocorrem ao longo do Caminho da Mata Atlântica: uma trilha de 4.270 km que percorre toda a Serra do Mar e parte da Serra Geral, entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, planejada por um conjunto de organizações no intuito de promover contato com a natureza e renda para comunidades locais.

No Mosaico Lagamar, em que há 52 Unidades de Conservação com diferentes finalidades e objetivos, o projeto Mata Atlântica concentra iniciativas para a recuperação ecológica de 1,3 mil hectares. Em junho de 2022, a equipe do FUNBIO realizou visitas de monitoramento dos projetos com previsão de plantio de 15 mil mudas, além da construção de viveiros com capacidade de produção de 250 mil mudas por ano.

Além dessas ações empreendidas no Lagamar pelo Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), a região abriga o trabalho do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC) para restauração da cobertura florestal de uma antiga fazenda de exploração madeireira dentro do Parque Nacional Guaricana (PR), em área de interesse da UC e da comunidade indígena Tupã Nhe’é Kretã.

Entre outros projetos que começaram as atividades em 2022, está o trabalho da Iniciativa Verde visando a recuperar a vegetação nativa em 200 hectares no Parque Estadual do Rio Turvo, em São Paulo, e fomentar sistemas agroflorestais em áreas do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC), no mesmo estado, com incentivo à produção de sementes por dez grupos apoiados na região.

Processo de produção de mudas nativas da Mata Atlântica, beneficiamento de sementes. Foto: Gabriel Marchi/Acervo SPVS

5
UCs APOIADAS NO MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO EXTREMO SUL DA BAHIA

14
UCs APOIADAS NO MOSAICO CENTRAL FLUMINENSE (RJ)

23
UCs APOIADAS NO MOSAICO LAGAMAR (SP, PR)

Cuidado com as mudas no viveiro Horto 2, apoiado pelo CMA-MCF, na Fazenda Cordeiros, Casimiro de Abreu, RJ. Foto: ISS

Preparo da terra para o plantio de mudas. Foto: Gabriel Marchi/Acervo SPVS

PROBIO II

Fundo de Oportunidades do
Projeto Nacional de Ações Integradas
Público-privadas para Biodiversidade

PARCEIROS

EMPRESAS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

EQUIDADE DE GÊNERO

MANEJO DE ESPÉCIES

MECANISMOS FINANCEIROS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia
– Mata Atlântica
– Pampa

NDC **ODS**

Formalizada em novembro de 2022, com recursos financeiros do Probio II, recursos de contrapartida da empresa de papel e celulose Suzano e execução da ONG local Agência de Desenvolvimento Extensão Amazônia, a iniciativa Do extrativismo ao empreendedorismo social: fortalecendo a bioeconomia nas comunidades tradicionais do Maranhão investe em ações socioambientais em florestas naturais no entorno de plantações de eucalipto no Sudoeste do Maranhão, na Amazônia Legal.

5
ESTADOS

8
INICIATIVAS APOIADAS

Coco do babaçu (no Maranhão). Foto: André Pessoa

Projetos como este, que utilizam o extrativismo sustentável como foco, fortalecem a vocação da comunidade local, incentivam a conservação do meio ambiente e colaboram com a mitigação de vulnerabilidades sociais. Com a iniciativa, queremos reforçar nosso compromisso de retirada de pessoas da pobreza por meio do estabelecimento de parcerias estruturantes nas nossas regiões de atuação."

FABIAN BRUZON, diretor de Operações Florestais da Suzano GEMARS

É um exemplo de recursos do setor privado mobilizados para a biodiversidade em escala territorial — no caso, a região de influência da unidade industrial da empresa localizada em Imperatriz (MA), com o desafio de engajar comunidades tradicionais no processo de desenvolvimento local.

Com duração prevista de dois anos, o plano é beneficiar 12 comunidades, num total de 500 famílias em cinco municípios, por meio da geração de renda no beneficiamento e comercialização de produtos regionais como açaí, buriti, cajá e coco babaçu, fruto que é alvo do conhecimento tradicional de mulheres extrativistas, geração após geração.

A tradição das quebradeiras do coco babaçu é fonte de renda para famílias extrativistas que retiram do fruto óleos para cozinhar e fazer cosméticos, entre outros produtos vendidos no mercado. No Maranhão, onde estão as maiores concentrações da árvore, a atividade sustenta cerca de 300 mil famílias.

Em Imperatriz, o antigo processo de desmatamento para agropecuária reduziu os estoques naturais de babaçu — cenário que além de tudo dificultou o acesso das mulheres extrativistas à floresta dentro de propriedades rurais, causando conflitos. É preciso ir cada vez mais longe para coletar os frutos caídos no chão, realidade que tem inspirado soluções para manter a tradição viva.

Os recursos repassados com a gestão do FUNBIO priorizam a mobilização social, suporte à organização comunitária e ao empoderamento de gênero. Entre as atividades produtivas, está prevista a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAF), com foco dos trabalhos em duas áreas específicas: a floresta nativa mantida conservada na Fazenda Eldorado, onde a Suzano cultiva eucalipto para a produção de celulose, e as reservas extrativistas da Mata Grande, no município de Imperatriz, e do Ciriaco, em Cidelândia (MA).

PROBIO II

BANCO MUNDIAL

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal

PARCEIROS

EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MECANISMOS FINANCEIROS · MUDANÇAS CLIMÁTICAS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia

NDC **ODS**

Criado em 2019 pelos nove governadores da Amazônia Legal, numa iniciativa inédita para a Amazônia, o Consórcio Amazônia Legal atua em diferentes assuntos interligados e complementares. Na temática ambiental, 2022 se destacou pelo compromisso de desenvolver e fortalecer estratégias regionais de combate ao desmatamento, com sinergia para além das divisas dos territórios estaduais. Para isso, o Consórcio Amazônia Legal compartilha inteligência, tecnologias e outros esforços em áreas estratégicas de desafios comuns.

Hub Amazônia Legal promove encontros na COP27. Foto: Helio Hara/ FUNBIO

9
ESTADOS

4
EIXOS PRINCIPAIS DE ATUAÇÃO

2
INICIATIVAS APOIADAS

NA COP27, UM ESPAÇO DE CONVERGÊNCIA E COOPERAÇÃO

Em novembro, em pouco menos de duas semanas, o *Hub* Amazônia Legal, espaço de 120 metros quadrados na COP27 do Clima, no Egito, foi palco de 40 painéis temáticos e ponto de convergência de governos estaduais, grandes doadores, empresas e sociedade civil. No *hub*, organizado pelo Consórcio Amazônia Legal, houve mais de 70 reuniões bilaterais e foram assinados documentos voltados à cooperação em projetos socioambientais no bioma. Entre eles, a doação de mais de USD 3 milhões da Fundação Gordon and Betty Moore a um projeto quilombola no Pará **[pagina 89]**. O FUNBIO foi anfitrião de um debate sobre financiamento ambiental que reuniu no *hub* alguns dos mais significativos doadores globais.

A atuação conjunta resultou no Programa Regional de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas na Amazônia Legal, que teve o apoio da Embaixada da França para a elaboração dos estudos preliminares. O FUNBIO é o gestor financeiro-operacional das ações ambientais do Consórcio.

Outro destaque no ano foi o apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS), Instituto Arapyaú e Instituto humanize, com execução realizada pela Fundação Dom Cabral, para o fortalecimento institucional do Consórcio. Com vistas a apoiar a estruturação dos processos e procedimentos, foi realizado um sincronismo organizacional, cujo passo inicial foi identificar os desafios das atividades realizadas e facilitar o processo de trabalho entre os vários órgãos de gestão ambiental da região. O objetivo: alcançar velocidade e capacidade de resposta compatíveis com as demandas em eixos como a economia verde, a integração regional, a governança territorial e a gestão de serviços públicos prioritários.

A iniciativa tem como visão tornar-se referência global em articulação, estratégia e governança para transformar, até 2030, a Amazônia Legal em uma região competitiva, integrada e sustentável. Para isso, o FUNBIO apoia as atividades desenvolvidas, que têm o Plano de Recuperação Verde (PRV) como o documento que consolida a atuação do Consórcio e prevê mudanças capazes de combater o desmatamento ilegal e reduzir a emissão de CO_2, utilizando-se do potencial da floresta em pé para a geração de emprego e renda, com incorporação de tecnologias e soluções sustentáveis.

O Consórcio foi destaque em dezembro do ano passado na COP27 do Clima, no Egito, onde organizou um *stand*, palco de encontros e trocas de ideias e ações entre governos, doadores, academia e sociedade civil.

GCF TASK FORCE

Força-tarefa para o Clima e Florestas

PARCEIROS

GOVERNO

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia

NDC **ODS**

Com recursos destinados ao enfrentamento das mudanças climáticas e olhando para governos subnacionais, a Força-tarefa de Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force) — criada no mundo em 2008 e desde 2022 sob liderança da Universidade da Califórnia (EUA) — abrange 39 estados em 10 países, entre os quais o Brasil, com foco na Amazônia Legal.

Debate durante a COP27.
Foto: Divulgação

O principal objetivo é fortalecer instâncias de debate visando à construção coletiva de soluções entre poder público estadual, órgãos de controle, comunidades tradicionais e setores da sociedade relacionados aos desafios socioambientais amazônicos. Atrair investimentos para jurisdições subnacionais e melhorar a capacidade de avaliação de impactos são destaques na agenda.

Em 2022, além da participação de secretários estaduais ou representantes na COP27 do Clima, no Egito, foi realizado o Fórum de Procuradores de Estado do Meio Ambiente da Amazônia Legal (FOPEMA), para criar a oportunidade de amplificar o diálogo sobre questões emergentes na região. Um dos principais pontos é a preocupação com o contínuo avanço do crime organizado em áreas de proteção ambiental e a sua relação com o desmatamento. O FUNBIO é o gestor financeiro do GCF Task Force.

Os governos estaduais estão na linha de frente da luta contra as mudanças climáticas e o desmatamento em florestas tropicais. No ano passado, o GCF Task Force lançou o Plano de Ação de Manaus para uma Nova Economia Florestal, com a retomada da meta de reduzir até 2030 o desmatamento em pelo menos 80%, em relação aos níveis atuais, em linha com os compromissos já assumidos pelos governos estaduais.

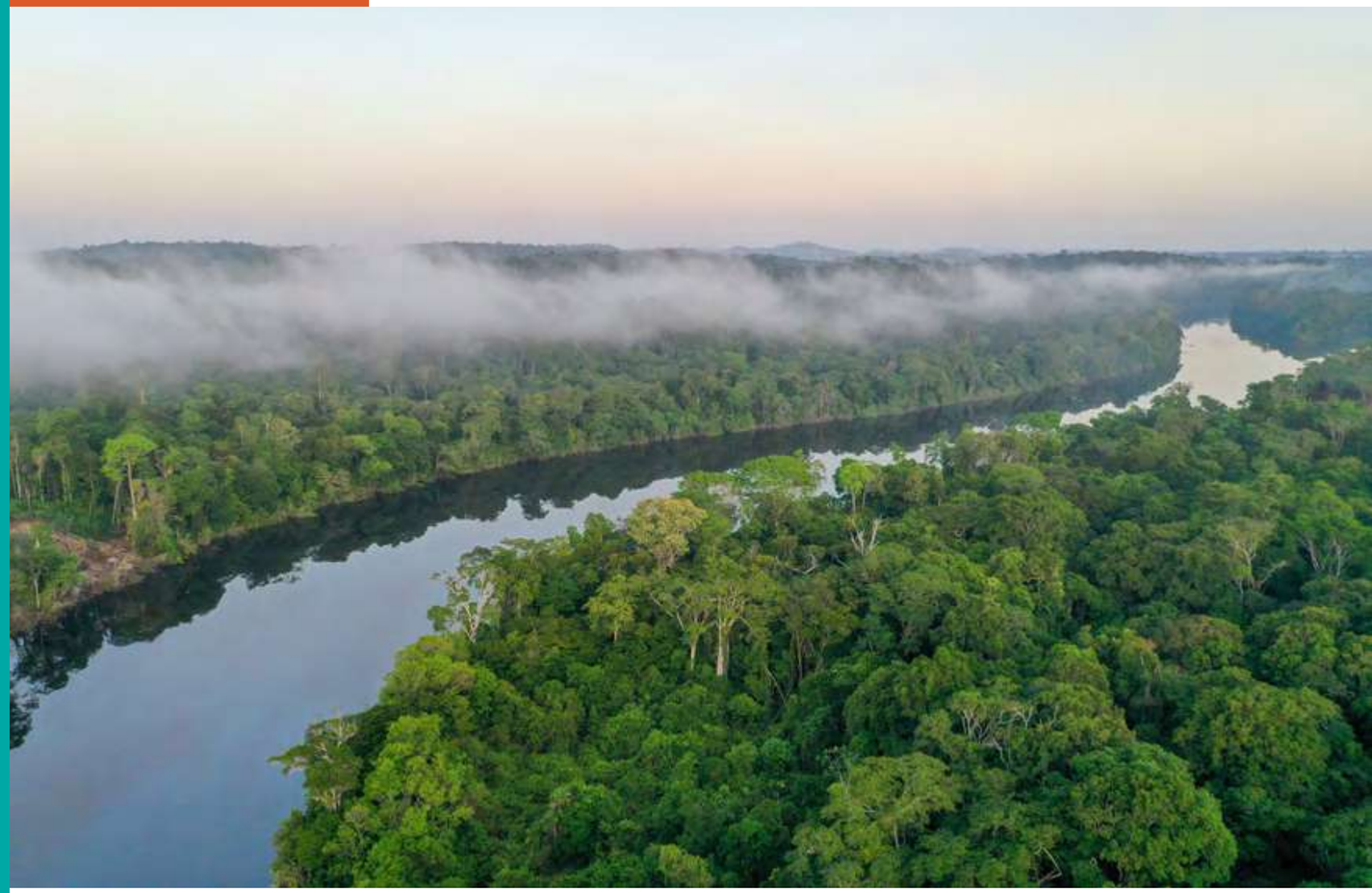
A ambição foi renovada após a meta para 2020, que tinha sido acordada em 2014 na Declaração de Rio Branco, não alcançada devido à pandemia de covid-19 e a outros fatores. O atual objetivo inclui aumentar os esforços de restauração e resiliência climática das florestas via financiamentos de longo prazo, com pagamento por desempenho para povos indígenas e comunidades locais dos estados.

GCF task force

FUNDO AMAPÁ

O Amapá se destaca por guardar um dos mais importantes estoques de floresta da Amazônia brasileira, que deve ser integrado ao desenvolvimento econômico. As árvores tropicais cobrem 80% do estado. Dos 142.815 km² correspondentes ao total do território estadual, mais de 70% estão destinados a Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), em grande parte abertas a atividades de renda por meio do manejo florestal e da extração de açaí, castanha-do-brasil e outros insumos da biodiversidade.

2
PROJETOS APOIADOS



Floresta Nacional (Flona) do Amapá. Foto: Décio Yokota

É o caso de duas áreas situadas no centro desse grande mosaico verde: a Floresta Nacional (Flona) do Amapá e a Floresta Estadual (Flota) do Amapá, essa instituída em 2006, com 2,3 milhões de hectares, visando a fomentar o uso sustentável dos recursos florestais. Na região, comunidades ribeirinhas estavam associadas à exploração ilegal de ouro e, com o processo de retirada dos garimpos após a criação da UC, foi necessário apoio para achar novos meios de sustento baseados na floresta em pé.

O cenário motivou um conjunto de iniciativas para o desenvolvimento da exploração sustentável de produtos não madeireiros com melhorias de infraestrutura e técnicas mecanizadas no contexto do Fundo Amapá, sob gestão do FUNBIO e mantido com recursos da Conservação Internacional. O objetivo do mecanismo é apoiar a consolidação e manutenção das UCs federais, estaduais, municipais e TIs do estado do Amapá.

PARCEIROS

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

EQUIDADE DE GÊNERO

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

MECANISMOS FINANCEIROS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia

NDC **ODS**

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL Brasil

ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES DE MMA

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

FUNDO AMAPÁ

Mulheres. Foto: Décio Yokota

Paisagem. Foto: Andrew Schatz/Conservação Internacional

> Foi necessário sair da realidade dos garimpos e desenvolver atividades econômicas compatíveis com Unidades de Conservação. Isso pode beneficiar as populações locais no contexto da concessão das áreas para manejo florestal."
>
> **DÉCIO YOKOTA**, coordenador de gestão de informação do IEPÉ

Os primeiros dois projetos foram aprovados por uma câmara técnica em 2022, com base nas chamadas realizadas no ano anterior. Entre os destaques está a melhoria da infraestrutura da fábrica de beneficiamento e produção de óleo de castanha-da-amazônia, da Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru – COMARU, como também a extração e beneficiamento de óleo de copaíba, andiroba e pracaxi por comunidades ribeirinhas na Flona Amapá, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ) e instituições técnicas apoiadoras.

Na região, a Associação das Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari, produtora de biocosméticos no município de Porto Grande (AP), protagoniza o desenvolvimento de boas práticas, desde o mapeamento de árvores até as oficinas de coleta de óleo e o processamento de sementes com secador solar e prensagem a frio, sob supervisão técnica da Embrapa. A nova prensa, voltada à extração de óleos de pracaxi e andiroba, garante melhor qualidade, preservação dos compostos bioativos e integridade da matéria-prima, além de ser mais sustentável.

O objetivo de agregar tecnologia é o aumento da escala de produção de sabonetes, velas e outros itens à base de extratos da biodiversidade, com controle de qualidade e apoio à comercialização. Como resultado, em 2022, os biocosméticos das mulheres extrativistas do Rio Araguari foram reconhecidos pelo Selo Amapá – Produto do Meio do Mundo, que valoriza o consumo de produtos de origem local para o fortalecimento da economia.

Andiroba, copaíba, breu-branco e fava, espécies conhecidas há gerações pelos benefícios à saúde, são fonte de renda que tem transformado vidas das comunidades na Floresta Nacional e na Floresta Estadual do Amapá. Essas Unidades de Conservação, que pertencem à categoria de uso sustentável, estão sob regime de concessão para o manejo de madeira por empresas e a expectativa é de que o mapeamento da floresta e o trabalho lá realizado com espécies não madeireiras possam resultar em parcerias com a abertura das áreas ao uso pelas comunidades.

Entre as possibilidades, além dos óleos vegetais, destaca-se a produção de orquídeas amazônicas, que podem ser acessadas pelos ribeirinhos na floresta após o corte das árvores para madeira nas áreas de manejo. O projeto está sendo trabalhado com apoio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA).

GEF MAR

Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas

Conjunto de corais no Parque Estadual Marinho (PEM) do Parcel de Manuel Luís. Foto: Bio Teia Estudos Ambientais

> O reconhecimento de naufrágios como patrimônio cultural poderá ajudar na conservação da área contra a pressão da pesca ilegal e blocos para exploração de petróleo no entorno.”
>
> **FRANCISCO CARVALHO JÚNIOR**, Superintendência de Biodiversidade e Áreas Protegidas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho

ODS

115 BOLSISTAS APOIADOS

4 PROJETOS APOIADOS

30 UCs APOIADAS

93 MILHÕES DE HECTARES

12 ESTADOS ALCANÇADOS

A 80 km da costa maranhense, o Parcel de Manuel Luís — com seus gigantescos bancos de corais bem próximos à superfície — é famoso por abrigar o maior cemitério de naufrágios do País. Num total de 45 mil hectares, a área reúne mitos seculares sobre o número de navios e galeões que lá sucumbiram, a ponto de ser chamada “Triângulo das Bermudas brasileiro”.

GEF MAR

> Com as experiências apoiadas pelo FUNBIO, comunidades se encontram preparadas para os atuais e futuros desafios nas áreas costeiras, aprendizado que proporciona o acesso a outros projetos e servem de referência para outras associações."
>
> **PAULA FERNANDES**, GEF Mar/FUNBIO

Grande parte das lendas se deve às limitações para pesquisas em lugar de difícil acesso que protagonizou, em 2022, um fato inédito: o reconhecimento oficial de três naufrágios como sítios arqueológicos, ou seja, patrimônio cultural legalmente protegido.

O título, conferido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é resultado de um processo que vem desde 2016 com o edital do GEF Mar para apoio à gestão do Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís, antes limitada pela falta de recursos estaduais. Após a criação do conselho gestor, em 2018, foi elaborado o plano de manejo com aquisição de equipamentos, estudos arqueológicos e novos dados sobre o meio físico e biótico, que permitiram, mais tarde, a validação dos naufrágios.

Com base em levantamento bibliográfico, especialistas em arqueologia subaquática chegaram a uma lista de 13 naufrágios de possível ocorrência na área. Desses, quatro foram localizados e identificados por expedições de mergulho: o barco Salinas (1904), o West Point (1946), o Ilha Grande (1962) e o Ana Cristina (1984), sendo que o Iphan reconheceu os três primeiros como sítios arqueológicos.

Mantido desde 2014 com recursos do Banco Mundial geridos pelo FUNBIO, o programa GEF Mar já se mostra consolidado como instrumento voltado à conservação de áreas protegidas marinhas e costeiras no País. Do total de 120 pesquisadores bolsistas, 46 foram contemplados em 2022 em diversas áreas, como educação ambiental, auxílio ao conselho consultivo de UCs e monitoramento. Em 2022, foi também assinado um Acordo de Contribuição Financeira Não Reembolsável junto à Petrobras, no valor de R$ 40 milhões, que serão destinados ao GEF Mar.

No ano passado, iniciou-se o planejamento da iniciativa Ecopescatum, que busca subsidiar a pesca sustentável do atum, mediante acordo de cooperação com o governo federal, prevendo ações nos arquipélagos de Fernando de Noronha e de São Pedro e São Paulo/Trindade e Martim Vaz, assim como em Itajaí (SC), com monitoramento embarcado por câmeras, registro de pesca acidental e capacitação de pescadores.

O ano de 2022 marcou, também, a entrega da reforma do Navio de Pesquisa Soloncy Moura, pertencente ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL), do ICMBio, em Itajaí (SC). A embarcação desenvolve estudos em biologia, oceanografia e engenharia de pesca, com pesquisas sobre estoques de espécies marinhas essenciais à indústria pesqueira, mas estava há três anos inativa devido à falta de recursos para manutenção. A última grande expedição do navio foi para avaliação dos danos que o rompimento da barragem de Mariana (MG) causou à biodiversidade marinha, do Espírito Santo à Bahia.

CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS

Desde 2020, o Sul da Bahia tem mobilizado maior atenção na interlocução com comunidades de pescadores em reservas extrativistas, devido aos impactos da pandemia de covid-19, além da poluição por óleo e enchentes — apoio que teve continuidade em 2022, diante da situação emergencial que perdura até hoje. Entre as realizações, foram desenvolvidos estudos mais aprofundados das cadeias produtivas locais, com fortalecimento de lideranças e organizações sociais contra impactos da especulação imobiliária.

Ao longo dos últimos anos, foram mapeadas oportunidades na cadeia do turismo de base comunitária, no intuito de mudanças socioambientais positivas na região de Cumuxuratiba (BA). Já em Caravelas (BA), o investimento direto do FUNBIO deu suporte à coleta de sementes para restauração de manguezais e construção de um centro de beneficiamento de frutas, colhidas nos quintais dos comunitários e direcionadas à merenda escolar.

Fotos: Paula Fernandes/ FUNBIO

NOVO

CORAL REEF

Criado em 2020, o Fundo Global para Recifes de Corais (GFCR na sigla em inglês) é a primeira e única iniciativa de *blended finance* dedicada a recifes de corais em escala global. A coalizção público-privada é composta por, entre outros, agências das Nações Unidas, governos e fundações.

Mergulho nas águas do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Foto: Fernando Repinaldo/ ICMBio

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

MECANISMOS FINANCEIROS · MUDANÇAS CLIMÁTICAS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho

NDC **ODS**

Tem como foco promover soluções financeiras de escala e a transição para a economia azul, a fim de promover a resiliência dos recifes e das comunidades que deles dependem aos impactos das mudanças climáticas. Quando a temperatura ambiente aumenta por longo tempo, os corais perdem as suas zooxantelas — microalgas fotossintetizantes que dão cor aos seus tecidos e são sua principal fonte de energia, mas que passam a produzir compostos nocivos quando sobe a temperatura da água — e são forçados a expeli-las. Com isso, os corais ficam brancos e incapazes de se alimentar via fotossíntese durante esse período. É como se as folhas de uma árvore perdessem seus cloroplastos (estruturas em que fica a clorofila), com a ressalva de que os corais são animais e não plantas. Dependendo da intensidade e do tempo que durar esse branqueamento, o coral pode voltar ao normal ou morrer.

A iniciativa, que tem o FUNBIO como agência executora dos recursos no Brasil, apresenta como diferencial a abordagem de *blended finance*, que combina recursos de doações com investimentos de retorno financeiro em negócios de impacto socioambiental positivo capazes de desenvolver as economias locais e ajudar na conservação dos recifes de corais. No modelo, as doações têm o papel de fomentar os preparativos iniciais das áreas para a chegada de parcerias e capital de fundos privados com olhar no uso sustentável dos recursos naturais.

Como resultado das emissões de gases de efeito estufa, os recifes de corais são impactados por águas mais quentes em oceano cada vez mais ácido, sem contar as ameaças locais pela poluição e sobrepesca. Segundo relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), alguns desses ecossistemas podem sofrer danos irreversíveis se o planeta aquecer mais de 1,5°C em relação ao período pré-industrial. No caso de 2°C ou mais, de acordo com os alertas da ciência, 99% de todas as espécies de corais que constroem recifes poderiam ser perdidos, devido à gravidade dos eventos de branqueamento, além dos desequilíbrios causados nesses ambientes marinhos por tempestades mais intensas que aumentam o fluxo de sedimentos do continente, entre outros pontos de preocupação.

Com 8 mil km de extensão, o litoral brasileiro se destaca no mapa dos riscos — e, também, de oportunidades para uma nova abordagem de conservação. Após a aprovação inicial do Fundo Global para Recifes de Corais para o desenvolvimento do programa no Brasil, o objetivo é articular e capacitar os diversos atores locais, entre ONGs, governos, pesquisadores e comunidades, para avanços no zoneamento dos usos e identificação de potenciais arranjos de negócios em cadeia, como por exemplo turismo de baixo impacto, pesca sustentável e tecnologias de gestão de resíduos.

GLOBAL FUND FOR CORAL REEFS

FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR

PARCEIROS

GOVERNO

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

MECANISMOS FINANCEIROS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho
– Mata Atlântica

ODS

O Fundo Abrolhos Terra e Mar foi criado em 2016 e tem como objetivo principal apoiar a criação, consolidação, manutenção e fortalecimento institucional de Unidades de Conservação (UCs) federais localizadas no Sul da Bahia e no Norte do Espírito Santo. Na região encontram-se os maiores remanescentes de Mata Atlântica do Nordeste brasileiro e um total 89 milhões de hectares de ecossistemas marinhos e costeiros. No território há 19 UCs federais, que totalizam cerca de 48 milhões de hectares de áreas protegidas, das quais oito são beneficiárias do projeto.

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos recebe apoio do FUNBIO desde 2016. Foto: Guilherme Duarte

Com ações voltadas especialmente ao uso público das UCs, o fundo apoia a iniciativa denominada Turismo + Sustentável, coordenada pela Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) em parceria com o FUNBIO. Em 2022, além de melhorias em infraestruturas de UCs, foi criada, para interação entre instituições e pessoas que atuam com o turismo na região, uma rede cujo intuito é incentivar práticas sustentáveis relacionadas à visitação de baixo impacto com aumento de renda para as comunidades locais. Dentre os produtos gerados, destaca-se o lançamento do Manual de Boas Práticas Sustentáveis no Turismo e do *website* da Futuri – Aliança pelo Futuro Regenerativo, nome dado à rede que se formou.

Considerando a importância dessas ações para a conservação da biodiversidade e a valorização da região nas perspectivas ambiental, social e econômica, no final de 2022 foi aprovada a continuidade do apoio à iniciativa Turismo + Sustentável por mais dois anos. Com isso, para 2023 estão previstos novos aportes que beneficiem as UCs e fortaleçam a aliança Futuri.

O projeto conta com apoio financeiro do Global Conservation Fund (GCF) da Conservação Internacional e constituiu um mecanismo aberto a recursos de outros doadores ou fontes (ONGs, agências bilaterais e multilaterais, organismos e empresas nacionais e internacionais, bem como pessoas físicas).

TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA

Estudo realizado nas cinco Terras Indígenas (TIs) Kayapó apoiadas pelo projeto Tradição e Futuro na Amazônia (TFA) no Pará e em Mato Grosso estima um estoque de cerca de 900 mil toneladas de carbono na floresta. Anualmente, as emissões evitadas pela proteção das TIs são de 3,5 mil toneladas de carbono, o que abre perspectivas para futuras operações no mercado climático com retorno financeiro para investimentos em atividades produtivas e proteção do território.

12
MILHÕES DE HECTARES

57
ALDEIAS APOIADAS

650
INDÍGENAS BENEFICIADOS

> Com o apoio do TFA, da Petrobras e das organizações indígenas, pensamos no futuro que queremos construir, partindo do fortalecimento da nossa cultura e das nossas tradições."
>
> **DOTO TAKAK-IRE**, relações públicas do Instituto Kabu

PARCEIROS

EMPRESAS · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · EQUIDADE DE GÊNERO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS · MUDANÇAS CLIMÁTICAS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia

ODS

5 IGUALDADE DE GÊNERO · 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA · 15 VIDA TERRESTRE · 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

EM PAUTA

11/06/22 – *METRÓPOLES*
Obras de arte da cultura Kayapó serão expostas em três cidades

16/11/2022 – *FATO AMAZÔNICO*
Ações do TFA buscam a conservação da Amazônia através do resgate às tradições Kayapó

18/11/2022 – *JORNAL DIA A DIA*
Ações de educação ambiental do TFA buscam a conservação da Amazônia através do resgate de tradições Kayapó

Projeto valoriza a cultura Kayapó. Foto: Instituto Kabu

Tradição e Futuro na Amazônia · FUNBIO · Conservação Internacional Brasil · Associação Floresta Protegida · Instituto Kabu · Instituto Raoni · Petrobras · Governo Federal Brasil

TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA

Mulheres.
Foto: Instituto Raoni

Foto aérea.
Foto: Instituto Kabu

Realizado em parceria com três organizações indígenas de representação do povo Kayapó, com patrocínio do programa Petrobras Socioambiental e gestão financeira e operacional do FUNBIO, o projeto atua nos eixos ligados ao fortalecimento institucional, gestão territorial e ambiental, produção sustentável e valorização cultural, com ênfase na participação de jovens e mulheres. Além do trabalho inédito que mediu os estoques de carbono e da capacitação comunitária para aproveitar esse potencial, foram realizadas ações para a assimilação de temas relativos aos direitos voltados para os povos indígenas, com a realização de oficinas e a tradução para a língua Mebengokrê da Constituição Federal, da Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Os materiais produzidos foram idealizados pela liderança feminina Kayapó Maial Paiakan e os resultados foram veiculados como *podcast*, junto a cursos e debates sobre direitos humanos.

No ano passado, teve início a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Menkragnoti, a maior do bloco Kayapó, com mais de cinco milhões de hectares. Foram também realizadas oficinas para implementação de Sistemas Agroflorestais (SAF), ações de educação ambiental com crianças e jovens e os preparativos para a exposição que ocorrerá em 2023 no Museu de Arte Contemporânea do Rio de Janeiro com obras de jovens cineastas Kayapó do Coletivo Beture.

O TFA EM 2022

1090 PARTICIPANTES DIRETOS MOBILIZADOS

1012 PARTICIPANTES EVENTUAIS

16 OFICINAS TEMÁTICAS PARA JOVENS E MULHERES (DIREITOS INDÍGENAS, RESGATE DA CULTURA TRADICIONAL, GRAFISMOS)

10 AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA JOVENS E CRIANÇAS

1 OFICINA GERAL DO PGTA

2 OFICINAS REGIONAIS DO PGTA

1 OFICINA E **1** ESTUDO SOBRE ESTOQUES DE CARBONO

24 AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E DE IMPLANTAÇÃO/FORTALECIMENTO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFs)

7 AÇÕES DE MANEJO DE SAFs

1 INTERCÂMBIO INDÍGENA

TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA

Foto: Reprodução Spotify

O *PODCAST* AJRÃ, KAYAPÓ ("FALA AÍ, KAYAPÓ")

é resultado da parceria entre o projeto Tradição e Futuro na Amazônia e Maial Paiakan, mulher Kayapó e bacharel em Direito. Nele, Maial compartilha com o seu povo as primeiras traduções já feitas para a língua Kayapó de três importantes marcos legais para os indígenas. O acesso a leis e resoluções em suas línguas garante cidadania aos povos originários e está previsto em Declaração da ONU.

OUÇA O *PODCAST* AJRÃ, KAYAPÓ

Foto: Reprodução Instragram

GRAVAR PARA MANTER TRADIÇÕES

Os Kayapó usam câmeras para capturar e documentar suas tradições. A chegada do projeto agrada aos anciãos, como Baiu Kayapó, que gravou um depoimento sobre a importância de registrar a cultura e as tradições do seu povo. "Existem vários projetos que nos dão apoio para gravar depoimentos e fortalecer, cada vez mais, a nossa cultura."

CLIQUE PARA CONHECER MAIS SOBRE O PROJETO

Foto: Agência Febre

EXPOSIÇÃO NA PETROBRAS

De novembro a dezembro de 2022, ficou em cartaz a exposição Mẽ tũm nhõ kukràdjà atũmã (Tradição e Futuro, em português), no edifício da Petrobras, no centro do Rio de Janeiro. A mostra pôde ser vista por funcionários e visitantes do prédio.

Os indígenas saíram das Terras Indígenas Kayapó e Menkragnoti (PA) para conferir de perto a mostra, que busca difundir aspectos da cultura e da história desse povo. Entre eles, Mydjere, professor do Instituto Kabu (foto). Eles também entoaram um canto tradicional dos guerreiros no dia da inauguração, registrado no perfil do projeto no Instagram.

CLIQUE PARA CONHECER MAIS SOBRE A EXPOSIÇÃO

UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU

PARCEIROS

EMPRESAS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia

NDC **ODS**

Na fala popular, a palavra muvuca significa grande concentração ou frenético vai e vem de muita gente, como nos grandes festivais de música. No campo da restauração florestal, o termo representa algo semelhante: o punhado de diferentes sementes nativas, tudo junto, misturado, para trazer a floresta de volta a lugares que foram degradados e precisam de restauração como forma de garantir água, solo saudável e biodiversidade, além da captura de carbono da atmosfera.

> A iniciativa do Rock in Rio subsidiou aprendizados da ciência na agenda da restauração. Há potencial de replicação para novos parceiros e outros grandes eventos, com visibilidade para promover transformações socioprodutivas para além das árvores e sementes.”
>
> **RODRIGO JUNQUEIRA**, secretário executivo do ISA

Sementes para restauração florestal no Xingu. Foto: Rede Sementes do Xingu

O casamento entre os dois mundos — o dos grandes eventos e o da conservação ambiental — pode ter efeito multiplicador, como no projeto Um Milhão de Árvores para o Xingu, com o repasse de doações do Rock in Rio, geridas pelo FUNBIO, para a recuperação de florestas por meio da semeadura direta, a chuva de sementes, na região do Xingu, em Mato Grosso.

Após a primeira fase, em 2017, visando ao plantio de 1 milhão de árvores, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e a Rede de Sementes do Xingu, o projeto teve continuidade por meio de campanhas adicionais que captaram doações do público durante o evento, nos anos seguintes. Até o fim de 2022, foi plantado um total de 1,3 milhão de árvores nas cabeceiras do Rio Xingu, onde o agronegócio convive com a crescente demanda da restauração florestal contra riscos aos recursos naturais e à segurança alimentar de comunidades rurais e indígenas.

Além do ganho ambiental, as doações do evento promovem distribuição de renda e inclusão socioprodutiva, com o desenvolvimento da cadeia da restauração florestal — da coleta de sementes ao plantio e monitoramento no campo, realizados pela Rede de Sementes do Xingu. A organização, criada com apoio do ISA, é reconhecida como referência na técnica da muvuca e no modelo dos coletivos de sementes que se disseminam no País em resposta aos desafios da restauração de ecossistemas. Com uma vantagem adicional: o custo, inferior ao do plantio de mudas.

Com o diferencial do empoderamento comunitário e engajamento de produtores rurais, a Rede comercializa 20 toneladas de sementes por ano, de 150 espécies vegetais, o que já viabilizou a restauração de 8 mil hectares no Cerrado e na Amazônia, com renda anual de R$ 1 milhão para os elos da cadeia produtiva.

FUNDO KAYAPÓ

As famosas pulseiras produzidas pelo povo Kayapó. Foto: Instituto Kabu

Nos anos mais recentes, a demanda tem priorizado tecnologias de monitoramento, protagonismo feminino e engajamento de jovens — incluindo atividades audiovisuais, com vínculo ao território protegido e valorização dos modos de vida e conhecimentos tradicionais.

Em 2022, foi encerrado o quarto ciclo de apoio mantido pelo Fundo de Conservação Global (GCF, na sigla em inglês) da Conservação Internacional, e do Fundo Amazônia, por intermédio do BNDES. O FUNBIO é o gestor financeiro e exerce a secretaria executiva da Comissão de Doadores e da Comissão Técnica.

No ano passado, destacou-se o projeto que envolve estratégias para enfrentamento de crescentes pressões e invasões do território Kayapó por atividades ilegais, implementado pela Associação Floresta Protegida (AFP). Foram capacitados agentes ambientais e realizadas expedições de monitoramento e melhorias da estrutura das bases de vigilância. Nas atividades produtivas, o foco foi fortalecer cadeias agroextrativistas, principalmente do cacau, e fornecer apoio técnico

PARCEIROS

GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · EQUIDADE DE GÊNERO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia

ODS

Desde 2011, quando foi criado, o Fundo Kayapó contribuiu de forma relevante para o amadurecimento institucional das organizações indígenas da etnia, no Pará e em Mato Grosso, por meio de repasses financeiros alocados via chamadas de projetos.

Vídeo conta a história e a importância do Fundo Kayapó

FUNDO AMAZÔNIA · CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL Brasil · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

FUNDO KAYAPÓ

Colheitas do açaí (à esquerda) e do cumaru (à direita). Fotos: Instituto Raoni

Instalação de energia solar em aldeia do povo Kayapó. Foto: Instituto Kabu

e administrativo à cooperativa COOBÂ-Y. No intercâmbio com o povo Kaingang, no Rio Grande do Sul, jovens Kayapó compartilharam técnicas de produção audiovisual com fortalecimento da identidade indígena, em região da Amazônia historicamente impactada pelo desmatamento.

O Arco do Desmatamento, que se estende do Pará ao Acre, representa, segundo o Ministério do Meio Ambiente, cerca de 70% da degradação da Amazônia Legal. A chegada de estradas, hidrelétricas e exploração de minério e madeira são causas da pressão na biodiversidade dos Kayapó, com cerca de 11 milhões de hectares, no Sul do Pará e Norte de Mato Grosso.

Em 2022, com recursos do Fundo Kayapó, o Instituto Kabu iniciou ações em defesa do território Menkragnoti contra o desmatamento, no Sudoeste do Pará, além da implementação de um projeto modelo de energia solar em comunidades indígenas, para a troca de matriz energética.

Sob demanda das comunidades, foi iniciado o monitoramento da contaminação por mercúrio de garimpos no Rio Pixaxá, no Pará, importante para a pesca de subsistência. Ao mesmo tempo, jovens foram capacitados para uso de plataformas digitais, como MapBiomas e Google Earth, no monitoramento territorial, além de iniciativas para coleta de sementes, produção de mudas e fortalecimento do artesanato. Por meio do Instituto Raoni, o projeto Më Anodjá promove atividades de gestão ambiental e estruturação de cadeias produtivas prevendo agrofloresta com castanha-do-brasil e cumaru. A iniciativa inclui, ainda, a formação de brigadistas contra incêndios florestais e a capacitação de lideranças femininas.

11
PROJETOS APOIADOS

6
TERRAS INDÍGENAS APOIADAS

12
MILHÕES DE HECTARES BENEFICIADOS

RRF AMAZÔNIA

Estratégia Articulada para o Apoio a Emergências Etnoambientais na Amazônia Brasileira

PARCEIROS

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia

NDC **ODS**

Foto: Projeto Saúde e Alegria

Foto: Projeto Saúde e Alegria

Foto: Instituto Centro de Vida

Iniciados em janeiro de 2022, os projetos da iniciativa financiada pelo programa Rapid Rescue Facility (RRF) por meio de recursos da União Europeia e operacionalizado pela organização ambientalista Re:wild são voltados para o apoio emergencial a comunidades tradicionais, agricultores e povos indígenas impactados pela pandemia de covid-19 e pelos incêndios florestais na Amazônia brasileira.

Em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV), em Mato Grosso, e com o Projeto Saúde e Alegria (PSA), no Pará, as ações se destinam à implementação de estratégias voltadas para o desenvolvimento de ações que possibilitem a geração de renda, o fortalecimento da segurança alimentar e a conservação da biodiversidade nas áreas de atuação, com atividades que vão desde acesso a mercados, etnoturismo, coleta e beneficiamento de sementes, produção de mudas e capacitações, entre outras.

Ao longo de 2022, o Instituto Centro de Vida (ICV) focou suas ações em atividades de capacitação junto a famílias agricultoras: apoiou capacitações e a implementação de agroecossistemas sustentáveis, forneceu assistência técnica contínua e também facilitou a inclusão dos agricultores em sistemas de microcrédito e rotas de escoamento produtivo para o mercado consumidor de produtos orgânicos.

O projeto Saúde e Alegria (PSA) desenvolveu diferentes ações voltadas ao fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis na região da bacia do Rio Tapajós, no Pará. Como destaques, a instituição realizou, junto às populações extrativistas, ribeirinhos e povos indígenas, a identificação de áreas de interesse para a coleta e beneficiamento da andiroba, capacitou e acompanhou 190 famílias na produção de mel de abelhas nativas sem ferrão, implementou seis viveiros para a produção de mudas e avançou com a construção de dois centros comunitários voltados para etnoturismo e atividades de produção sustentável, entre outras artesanato, produção de óleos vegetais, polpas e derivados da biodiversidade amazônica.

Fundado por um grupo de cientistas conservacionistas e pelo ator Leonardo DiCaprio, o Re:wild é um multiplicador de forças que reúne povos indígenas, comunidades locais, líderes influentes, organizações não governamentais, governos, empresas e o público, para proteger e recuperar a vida selvagem na escala e velocidade necessárias. No mundo, a iniciativa contribuiu até o momento para a conservação de 73 milhões de hectares de ambientes naturais.

NOVO

REDE OCEANO LIMPO

PARCEIROS

ACADEMIA

GOVERNO

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho

ODS

Após a experiência bem-sucedida no estado de São Paulo, o Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar (PEMALM) foi retomado em 2022 com foco no Rio de Janeiro, Bahia, Amapá e Paraná. Executada pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo em parceria com o FUNBIO, com recursos da Embaixada da Noruega, a iniciativa mapeará atores chaves regionais junto às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, na perspectiva de relacionar as ações do plano a políticas públicas de resíduos sólidos.

5
ESTADOS

Amontoados de resíduos na Baía de Guanabara, RJ. Foto: Isabelle Costa/FUNBIO

No ano passado, começou a ser desenvolvida uma plataforma colaborativa, com pesquisas e material bibliográfico, para concentrar indicadores sobre lixo marinho no âmbito do plano de São Paulo, realizado entre 2019 e 2020. O resultado do trabalho representa a contribuição de diversos setores da sociedade para responder à necessidade de compreender o problema do lixo no mar no estado e então buscar formas de combatê-lo.

No Brasil não há valores de referência ou uma base de dados nacional com informações sobre o lixo no mar. A realização de um diagnóstico das principais fontes de resíduos que são carreados do continente até o oceano, em uma determinada escala geográfica, além da harmonização de diversas metodologias, é o ponto de partida para medidas de combate cientificamente embasadas. Programas de monitoramento e avaliação da eficácia das ações em campo são essenciais para reduzir as incertezas associadas ao problema.

REDE OCEANO LIMPO

Embaixada da Noruega
Brasília

Cátedra UNESCO para a Sustentabilidade do Oceano

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

MICO-LEÃO-DOURADO (FASE II)

Parceria para a Implementação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado

PARCEIROS

EMPRESAS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

MANEJO DE ESPÉCIES

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Mata Atlântica

NDC **ODS**

Torre da restauração e observação da fauna e flora e mico com filhote. Fotos: Luiz Thiago de Jesus

EM PAUTA

13/05/22 – G1 REGIÃO DOS LAGOS
Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado será inaugurado neste sábado em Silva Jardim, no RJ

Com 237 hectares, o Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado (PEMLD), no município de Silva Jardim (RJ), começou a ser estruturado em meados de 2020, após projeto anterior com objetivo de restaurar 14 hectares de áreas degradadas de Mata Atlântica em uma antiga fazenda de cavalos.

Essas ações foram viabilizadas por meio da doação de recursos financeiros da empresa ExxonMobil, com gestão do Funbio. O início da implementação do PEMLD envolveu ações de monitoramento e manutenção da restauração florestal que havia sido realizada em 2019, com o plantio de aproximadamente 20 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica. O objetivo dessa restauração foi conectar fragmentos de mata nativa e criar um ambiente ecológico propício à sobrevivência da fauna e, especificamente, do mico-leão-dourado, com impactos positivos também na qualidade da água que abastece as cidades do entorno.

O mico-leão-dourado é uma espécie de primata endêmica na região — ou seja, só existe nessa área da bacia hidrográfica do Rio São João e em nenhuma outra do planeta. Cuidados especiais foram planejados para aliar conservação, pesquisas científicas e acesso de visitantes. A propriedade, adquirida pela Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) com apoio de uma organização internacional, é contígua à Reserva Biológica Poço das Antas, onde historicamente vinha sendo realizado o trabalho de conservação do mico em parceria com o ICMBio, sem a possibilidade de visitação do público, devido à categoria da Unidade de Conservação (UC).

Além do monitoramento da restauração, estavam previstas nesse primeiro ano de apoio a construção de dois *decks* destinados à observação da fauna e da paisagem e a aquisição de equipamentos para suporte à futura visitação pelo público.

NOVO

MICO-LEÃO-DOURADO (FASE III)

Parceria para a Implementação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado

PARCEIROS

EMPRESAS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

MANEJO DE ESPÉCIES

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Mata Atlântica

NDC **ODS**

O mico-leão-dourado, primata símbolo da conservação da fauna no Brasil, ganha uma nova estrutura que coroa três décadas de pesquisas e ações para salvá-lo da extinção: um parque ecológico, inaugurado em maio de 2022, em Silva Jardim (RJ), com o propósito de aproximar o público à biodiversidade e mostrar como é possível conservar, conectar fragmentos da floresta e reconstruir o hábitat natural para manter a população da espécie saudável.

Foto: Vinicius Chavão

Nessa segunda etapa de apoio à infraestrutura e implementação da área, com duração de um ano, entre meados de 2021 e 2022, foi construída uma torre de observação ecológica de 15 metros de altura, com visão estratégica das áreas restauradas, que formam corredores ecológicos até as margens da BR-101, rodovia onde foi erguido um viaduto vegetado que permite o trânsito dos animais entre os fragmentos de mata e a Reserva Biológica, Unidade de Conservação com importantes grupos de micos-leões-dourados, separados pelo asfalto.

Como preparativo à abertura do parque, foram produzidos vídeo e aplicativo de celular para orientação do público, além do apoio à capacitação de guias, compra de equipamentos e estrutura de vigilância e segurança. Ao mesmo tempo, até o fim do ano passado, o projeto realizou a manutenção de trilhas já existentes e estudos para a abertura uma nova, específica para observação de aves.

Entre as principais ações de 2022, foi iniciada a reforma da baia de cavalos da antiga fazenda adquirida para a implementação do parque. O local abrigará um centro

Vídeo apresenta o Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado

MICO-LEÃO-DOURADO (FASE III)

cultural, com estacionamento, loja, cafeteria e salas de eventos e exposições sobre o mico-leão-dourado. Kits educativos e livros infantis compõem o acervo dessas instalações, que entrarão em funcionamento em 2023. O desafio de sensibilização e educação ambiental marca o atual momento de desafios em torno da espécie e abre um capítulo especial dessa história de sucesso na Mata Atlântica.

No âmbito do projeto Mata Atlântica **[ver página 50]**, uma realização do Ministério do Meio Ambiente apoiada com recursos do KfW (Banco Alemão de Desenvolvimento), por intermédio do FUNBIO, teve início em 2022 uma nova iniciativa de restauração diretamente ligada ao mico-leão-dourado: o enriquecimento florestal com epífitas. São espécies de plantas, como as bromélias e orquídeas, em que o mico-leão-dourado encontra água nos períodos de estiagem e alimentos como frutos, pequenos anfíbios, insetos e aranhas que vivem entre as folhas.

O enriquecimento pretende aumentar a abundância e a biodiversidade ao introduzir mudas de quatro famílias (Araceae, Cactaceae, Bromeliaceae e Orchidaceae) que desempenham importante papel para conservação e funcionamento dos ecossistemas. Estima-se que cerca de 62 mil mudas de epífitas serão reintroduzidas por viveiros que municiam a restauração florestal da área habitada pelo primata.

Reforma na antiga baia de cavalos que vai abrigar centro cultural.

Fotos 1 e 2: Luiz Thiago de Jesus
Foto 3: Duda Menegassi

Foto: Vinicius Chavão

NOVA PÁGINA DA HISTÓRIA

O evento de abertura do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado (PEMLD) ao público marcou em 2022 a celebração dos 30 anos de trabalho na conservação do primata. Na década de 1980, reduzida a cerca de 200 indivíduos na natureza, a espécie chegou à beira da extinção, o que mobilizou um programa de zoológicos do mundo inteiro para a reintrodução de micos-leões-dourados criados em cativeiro. Em 1992, com os debates da Rio 92, a conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, percebeu-se a necessidade de criar uma organização nacional — a Associação Mico-Leão-Dourado — para implementar ações de conservação e retirar o animal do cenário de ameaças. Como resultado, a área de endemismo na bacia do São João chegou a registrar 3,7 mil indivíduos, mas a crise da febre amarela em 2014 fez a quantidade novamente diminuir. Hoje, 2,5 mil micos dessa espécie povoam 25 mil hectares de fragmentos florestais conectados e protegidos na região.

PROJETOS COM RECURSOS DE

OBRIGAÇÕES LEGAIS

73 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

75 PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

77 CONSERVAÇÃO DA TONINHA

83 APOIO A UCs

84 TAC ALSUB

85 TAC CORAL-SOL

86 TAJ PARANAGUÁ

87 TCSA PORTO SUL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda Voltados para a Qualidade Ambiental das Comunidades Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro

PARCEIROS

ACADEMIA · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · EQUIDADE DE GÊNERO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho

ODS

Qualidade de vida, mitigação de impactos socioambientais, fortalecimento institucional e geração de renda em comunidades pesqueiras são objetivos do projeto Educação Ambiental que tomaram impulso em 2022 por meio de instituições que aglutinam organizações sociais não formalizadas para capacitação e implementação das iniciativas localmente, com maior capilaridade.

Da constituição de conselhos comunitários e mobilização para participação em fóruns sociais ao processamento do pescado, as ações mobilizaram organizações da pesca artesanal em diversas demandas, no litoral do Rio de Janeiro.

Após oficinas para maior autonomia na elaboração de projetos, 12 deles foram contemplados com o primeiro aporte financeiro, em agosto de 2022. A estratégia dessas atividades de formação, entre outros pontos, é prover capacidade de aprimorar o controle sobre as iniciativas pretendidas, possibilitar maior entendimento sobre a forma de prestar contas e maior capacidade para aprovar novos recursos para a continuidade dos projetos no longo prazo.

Nove projetos emergenciais de fortalecimento institucional e geração de renda em comunidades de pesca artesanal, aprovados em 2021 no contexto da pandemia de covid-19, foram renovados em 2022 e tiveram continuidade no desenvolvimento das ações.

Como marco do projeto Educação Ambiental, foi realizado um encontro que reuniu 150 pessoas ligadas aos 24 subprojetos locais beneficiados pela iniciativa, visando à troca de sinergias, desafios e conquistas, além de ajudar na maior proximidade entre os grupos que lutam pelos mesmos ideais. Como resultado do evento,

EM PAUTA

12/05/22 – *O GLOBO*
Redes tiradas do fundo do mar viram *ecobags* na Ilha Grande

No seminário ficou claro que todo esse movimento da educação ambiental não é de uma organização, mas de muitas organizações. Os recursos estão chegando na ponta, pra quem precisa. Nosso projeto vem sendo sonhado há mais de 10 anos, então este é um momento único para nossa instituição. Realmente estamos sendo ouvidos: já é realidade. E já está mudando a nossa realidade."

MURILO MARINS, coordenador de Despesas do projeto Maricultura Multitrófica de Arraial do Cabo (MMAC)

6 CHAMADAS DE PROJETOS

40 PROJETOS APOIADOS

28 INSTITUIÇÕES APOIADAS

Foto: Divulgação

Educação Ambiental Rio de Janeiro

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

surgiu a demanda por uma nova rodada de apoio para o fortalecimento institucional, principalmente nos campos temáticos já contemplados pelos recursos.

No turismo de base comunitária, sete projetos do litoral do Rio de Janeiro receberam aportes, em outubro de 2022, para o desenvolvimento de roteiros, capacitação em gestão, divulgação em mídias sociais, por exemplo. Em outro eixo de ações, com o propósito de valorização do conhecimento tradicional e geração de renda, o projeto Educação Ambiental prevê o apoio a estaleiros de pesca artesanal a partir de 2023.

Comunidade de Saracuruna.
Foto: Andresa Barros

Comunidade de Itaipu.
Foto: Hélia Espinoza

”

Os momentos mais marcantes no seminário foram aqueles em que a gente pôde dialogar entre si: a gente se viu em muitos projetos e viu que, apesar da diversidade que existe entre as comunidades, existem também muitas semelhanças que nos aproximam.”

GISELLA CARNOT, coordenadora do projeto CASCA

”

Conhecemos muita gente, batemos papo, dividimos experiências, tudo isso em um ambiente de horizontalidade. Essas conexões entre os projetos são muito importantes pra gente entender que o problema ambiental não é algo só de Angra dos Reis, de Búzios, da Baía de Guanabara: é algo sistêmico. Não adianta meu projeto sozinho ter inúmeras realizações, pois isso vai ser um pingo no oceano. Construir e fortalecer essa rede é fundamental para que as ações não sejam feitas de forma fragmentada: precisamos agir de maneira integrada!”

GIOVANE DO NASCIMENTO, coordenador do projeto Guardiães das Tradições Pesqueiras

SONHO DOS MEXILHÕES

Uma das atividades de geração de renda é a maricultura. Em Arraial do Cabo, município da Região dos Lagos (RJ), o biólogo Paulo Henrique Cordeiro, nascido em família de pescadores, realiza o antigo plano de aplicar inovações e ter uma fazenda marinha para uso coletivo da comunidade. Diante da contínua redução da quantidade de peixes na pesca, a produção em tanques e estruturas flutuantes tem sido um caminho para a renda das comunidades tradicionais, além do turismo.

No projeto da Lagos em Ação, apoiado pelo Educação Ambiental, foi possível obter recursos para montagem e funcionamento da estrutura com balsa de produção, material de mergulho e demais equipamentos, que começaram a operar em agosto de 2022. Com foco inicial no cultivo de mexilhões a partir de matrizes retiradas dos bancos naturais, a estratégia no longo prazo é trabalhar com um consórcio de organismos que inclui peixes, ostras, vieiras e algas ricas em nutrientes para a indústria de cosméticos.

A iniciativa beneficia direta e indiretamente trinta famílias na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Arraial do Cabo dentro de uma nova cultura produtiva que supera barreiras na logística e organização social, sem resíduos e outros impactos ambientais negativos. De acordo com o biólogo Matheus Eugênio, ex-aluno de Cordeiro e integrante do projeto, a expectativa é também explorar o viés educacional da estrutura flutuante com atividades junto a escolas da região, bem como com a capacitação de novos maricultores.

ENGAJAMENTO DAS MULHERES

Em Arraial do Cabo, a busca por soluções na pesca passa pela Cooperativa de Mulheres Nativas, referência sobre o papel das pescadoras, marisqueiras, catadoras, descascadoras, fileteiras, remendeiras e vendedoras na cadeia produtiva artesanal do pescado nacional. A iniciativa coletiva, criada para fortalecimento do espaço feminino na atividade, trabalhou o beneficiamento de peixe, com produção de quibe, almôndega e *nuggets* de frutos do mar vendidos a bares e restaurantes. Depois, visando a melhor renda, o grupo passou a fornecer alimentação pronta para turistas no verão.

A chegada da pandemia quase interrompeu o sonho, mas as mulheres não desistiram e obtiveram apoio emergencial do projeto Educação Ambiental para garantir o sustento e ampliar a estrutura produtiva da cooperativa nas condições sanitárias essenciais ao negócio. Com 23 integrantes, dez das quais se dedicam à pesca, a meta é pescar e beneficiar, semanalmente, 60 quilos de peixe, chegando a uma média de 18 quilos de produtos comercializáveis.

De olho no mercado, as pescadoras capricharam na nova receita de croquete de peixe, além da lasanha de lula e camarão. Atualmente, o grupo se prepara para obter o selo de inspeção sanitária e transmitir o conhecimento tradicional a outras mulheres por meio de oficinas de culinária. É mais um passo para transformar a realidade desfavorável mediante a cooperação e o engajamento coletivo, com efeitos econômicos positivos na cadeia produtiva pesqueira.

PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro

Exposição na Cidade das Artes. Foto: Mariana Taverez

29
PROJETOS APOIADOS

14
INSTITUIÇÕES APOIADAS

6
CHAMADAS DE PROJETOS

Com apoio para compra de equipamentos e outros itens da infraestrutura de pesquisa no mar, aportes financeiros do TAC Frade visaram inicialmente à produção de dados sobre os principais recursos pesqueiros do Rio de Janeiro, envolvendo 17 iniciativas científicas regionais.

Após um repasse adicional, foram incorporados novos objetivos que incluem a conservação e uso sustentável no ecossistema manguezal, em território fluminense. O trabalho reúne seis instituições científicas e socioambientais, como a Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), voltada à organização de base comunitária da pesca artesanal.

O modelo de parceria estabelece uma ponte entre ciência e conhecimento etnoecológico nas regiões de manguezais, no intuito de apoiar planos de gestão para espécies da fauna, como o guaiamum, uma espécie de caranguejo, e regras de manejo desse recurso baseadas na expectativa dos pescadores.

Na maricultura, o objetivo é desenvolver a cadeia produtiva com assistência técnica para cultivo de ostras, mexilhões e vieiras. Em outubro de 2022, foi iniciado o apoio à Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) visando ao monitoramento da qualidade sanitária necessária para acessar mercados. Serão selecionados pequenos

Rio Guapirimim, que passa dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) de mesmo nome. Foto: Projeto Guanamangue/Ricardo Farias

PARCEIROS

ACADEMIA · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MANEJO DE ESPÉCIES

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho

ODS

5 IGUALDADE DE GÊNERO · 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS · 14 VIDA NA ÁGUA · 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Pesquisa MARINHA & PESQUEIRA · MPF Ministério Público Federal · IBAMA MMA · anp Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis · PetroRio · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

empreendimentos locais de maricultura para aplicação de inovações tecnológicas nos cultivos, em parceria com universidades e centros de pesquisa.

Além de contribuir com o Museu Nacional na reconstrução do acervo de biodiversidade marinha, perdido no incêndio de 2018, o projeto apoiou a compra de equipamentos para suporte a ensino e pesquisas científicas no navio *Ciências do Mar III*, em atividades realizadas na Região Sudeste por nove instituições, sob gestão da Universidade Federal Fluminense. Cerca de 90% dos itens adquiridos, como sondas, sonares, sensores e robô submarino para coleta de dados no fundo do mar, foram entregues em 2022.

SEPETIBA EM FOCO

Recursos do TAC Frade beneficiam o Observatório Socioambiental da Baía de Sepetiba, que avançou no mapeamento participativo e diagnóstico das condições ambientais em tempo real, no espírito de ciência cidadã. Com fortalecimento dos pescadores artesanais na governança do território, a iniciativa promove o diálogo com escolas e comunidades locais via inclusão digital.

Um aplicativo de celular, desenvolvido pelo projeto, permite o registro de fotos, vídeos e mensagens de texto para denúncias e referências geográficas, dentro de um trabalho articulado com pesquisadores e alunos de pós-graduação. Entre os objetivos está a produção de um atlas sobre os manguezais em 2023.

Diante do desmatamento e da poluição hídrica como principais fatores de impacto, a iniciativa articula uma ampla frente de governança junto a governos, Ministério Público, empresas, universidades e comunidades pesqueiras no esforço de reduzir conflitos, resultando em 2022 na realização do 3º Seminário de Avaliação Socioambiental da Baía de Sepetiba. Com maior visibilidade, o Observatório foi convidado para participar dos comitês de gestão de Unidades de Conservação como a Reserva Biológica de Guaratiba e a Área de Proteção Ambiental Boto Cinza.

Em novembro de 2022, foi lançada a campanha Pesca Legal junto a dez comunidades, no propósito de auxiliar pescadores na regularização da documentação pessoal e das embarcações, considerando as leis existentes e os direitos de quem retira do mar o sustento, na Baía de Sepetiba.

TUBARÕES CONTAMINADOS

Os recursos do TAC Frade, no âmbito da Pesquisa Marinha e Pesqueira, são aplicados também na conservação de arraias e tubarões, expostos a ameaças no hábitat costeiro sob perturbação das atividades humanas. Além da captura para alimentação, essas espécies estão sujeitas à contaminação por poluentes químicos, com alterações e danos fisiológicos — alvo de estudos que, em 2022, geraram novas informações sobre a biologia dos animais e os níveis de impacto.

Até o momento, foram coletados mais de 500 indivíduos de 20 espécies na costa do Rio de Janeiro, com análises que detectaram metais pesados e contaminantes derivados do petróleo além do limite para consumo humano. Apesar da proibição legal, a arraia-viola, por exemplo, é uma das espécies mais vendidas e, também, uma das mais contaminadas, segundo a pesquisa. O objetivo dos dados, que apontam mais espécies contaminadas além das que já se conhecia em 2021, é subsidiar órgãos públicos em estratégias de conservação ambiental e fiscalização das indústrias e outras fontes emissoras.

Guaiamum capturado para estudo e mexilhões capturados em atividade pesqueira.

Foto de cima:
Victor Carvalho/FIPERJ

Foto de baixo:
Mexilhão Rio

CONSERVAÇÃO DA TONINHA

Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I)

O legado de conhecimento inédito gerado pelo projeto Conservação da Toninha ganha um vídeo, disponível no FunbioTube. Nele, pesquisadores que participaram do evento de encerramento, em 2022, em Curitiba (PR), falam sobre avanços proporcionados pelo esforço conjunto e simultâneo de pesquisadores em todas as áreas de ocorrência da espécie.

PARCEIROS

ACADEMIA · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MANEJO DE ESPÉCIES

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho

NDC **ODS**

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL · 5 IGUALDADE DE GÊNERO · 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO · 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS · 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA · 15 VIDA TERRESTRE · 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

EM PAUTA

03/06/22 – *MEIO DIA (TV GLOBO PR)*
Encontro em Curitiba discute a conservação de espécie de golfinho em extinção

”

Esse projeto permitiu que a gente tivesse uma informação atualizada sobre a situação da espécie como um todo, em diferentes localidades, tanto trazendo informações para lugares que a gente não tinha informações antes como também permitindo atualizar esses dados, que fazia bastante tempo que não tínhamos acesso.”

PAULO OTT, pesquisador do Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul – GEMARS

Pequena, discreta, charmosa, rara — e criticamente ameaçada. A toninha, mamífero marinho só existente na costa do Brasil, Uruguai e Argentina, simboliza a necessidade de transformar a gestão da pesca para um modelo sustentável. Conhecer com mais precisão onde elas vivem e os impactos que sofrem da atividade pesqueira, com diálogo entre ciência, conservação da biodiversidade e garantia de renda para comunidades de pescadores, é legado de uma iniciativa de pesquisa sem precedentes — em termos da grandeza territorial e recursos financeiros — para a sobrevivência da espécie no País.

Conservação da TONINHA · MPF Ministério Público Federal · IBAMA MMA · anp · PetroRio · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

CONSERVAÇÃO DA TONINHA

Toninha. Foto: José Lailson Brito

6 PROJETOS APOIADOS

4 CHAMADAS DE PROJETOS

5 INSTITUIÇÕES APOIADAS

Finalizado em 2022, o projeto Conservação da Toninha integrou diferentes atores e pesquisas realizadas pela parceria entre Associação Mar Brasil, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e FUNBIO, com participação de um total de 14 instituições em diversas áreas de conhecimento. A iniciativa é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ.

O encerramento das atividades, iniciadas em 2015, foi marcado, em julho de 2022, pela realização de um evento presencial para apresentação dos resultados finais entre dados científicos, desafios, reflexões e propostas de futuras ações, com a presença de cerca de 40 pesquisadores.

A grande ameaça às toninhas são as redes de pesca e a atividade pesqueira exploratória, além da degradação sistêmica do ambiente marinho. Para mapear em mais detalhes onde elas morrem presas em redes, foram desenvolvidos protótipos que simulam uma toninha e são lançados ao mar para gerar modelos computacionais. Nesse cenário, além desses dados, o relatório final aponta áreas críticas com aumento do número de toninhas encalhadas devido à exposição aos impactos humanos.

Junto à produção científica com informações importantes para a conservação da espécie, o projeto trouxe propostas de fortalecimento das comunidades de pesca. Entre as recomendações, está a necessidade de alternativas para lidar com a questão econômica socioambiental, efetividade da fiscalização e normas de ordenamento, além da existência de fóruns de governo para construção de estratégias colaborativas.

Como avanços proporcionados pela iniciativa, além do aumento do esforço de pesquisa e divulgação, destacam-se, entre outros, novos conhecimentos sobre padrões biológicos da toninha, uso de drones para análises de distribuição da espécie, monitoramento acústico e refinamento de análises genéticas e de identificação de contaminantes.

Desde sua origem, a iniciativa se propôs a trazer múltiplos olhares de quem vive na zona costeira e depende desses recursos e dos setores preocupados com a manutenção das condições biológicas do ambiente marinho. Em linha com o desafio da comunicação e sensibilização, destaca-se o Museu Virtual da Toninha, com registros reais da espécie no mar, imagens modeladas em 3D para maior interação e outros elementos que contam a história da evolução desse animal.

Em situação de vulnerabilidade por habitar zonas marinhas muito próximas do ser humano, a toninha está na lista das espécies ameaçadas de extinção nas águas brasileiras — e, segundo os pesquisadores, mudanças na gestão da pesca no Brasil são prioridade para reverter o quadro. Com apoio de monitoramento aéreo, as pesquisas mapearam a abundância e distribuição das toninhas em diferentes áreas de ocorrência, bem como os tipos de pescaria, redes utilizadas, frotas pesqueiras e demais impactos existentes. O trabalho chegou a dados científicos inéditos como forma de subsidiar propostas de soluções para a conservação. Uma novidade foi a identificação da espécie na Baía da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, onde não havia presença registrada.

Encontro de encerramento do projeto. Foto: Divulgação

A BELEZA TÍMIDA DA TONINHA

Ela é um dos menores cetáceos do mundo. Mede, aproximadamente, 1,60 m. E traz um inconfundível "bico" longo e estreito, mais de 200 dentinhos e uma coloração parda-marrom. Não gosta de saltos, como a maioria dos golfinhos, e foge das embarcações — por isso não é comum vê-la no mar se exibindo.

Como mamífero, nos primeiros meses de vida, a toninha se alimenta de leite materno. Depois, aprende a pescar. Na vida adulta, tem uma dieta que depende dos recursos pesqueiros do lugar onde vive: camarões, lulas e pequenos peixes. Seu rosto fino e comprido, medindo quase 20% do corpo, é uma poderosa pinça na captura dessas presas menores.

"Pela primeira vez tivemos projetos desenvolvidos em toda a área de distribuição da toninha em território brasileiro de forma quase simultânea e gerando importantes dados, preenchendo lacunas de conhecimento sobre a espécie."

MARTA CREMER, pesquisadora e coordenadora do Laboratório de Ecologia e Conservação de Tetrápodes Marinhos e Costeiros da Uneville e consultora do Instituto Baleia Jubarte

CONSERVAÇÃO DA TONINHA

SENTINELAS *EM PERIGO*

Tímidas e inofensivas, toninhas são a espécie de golfinho mais ameaçada de todo o Atlântico Sul. Pesca acidental e poluição representam perigo para esses animais. Maneiras de salvá-los existem, como mostram pesquisas inéditas do projeto Conservação da Toninha

COMO SÃO CHAMADAS

Nome científico *Pontoporia blainvillei*
Nomes comuns Em português, toninha. Em espanhol e inglês, franciscana

TAMANHO DOS GRUPOS

1 a 6 indivíduos, mas há registros de até 50 animais

RISCO DE EXTINÇÃO

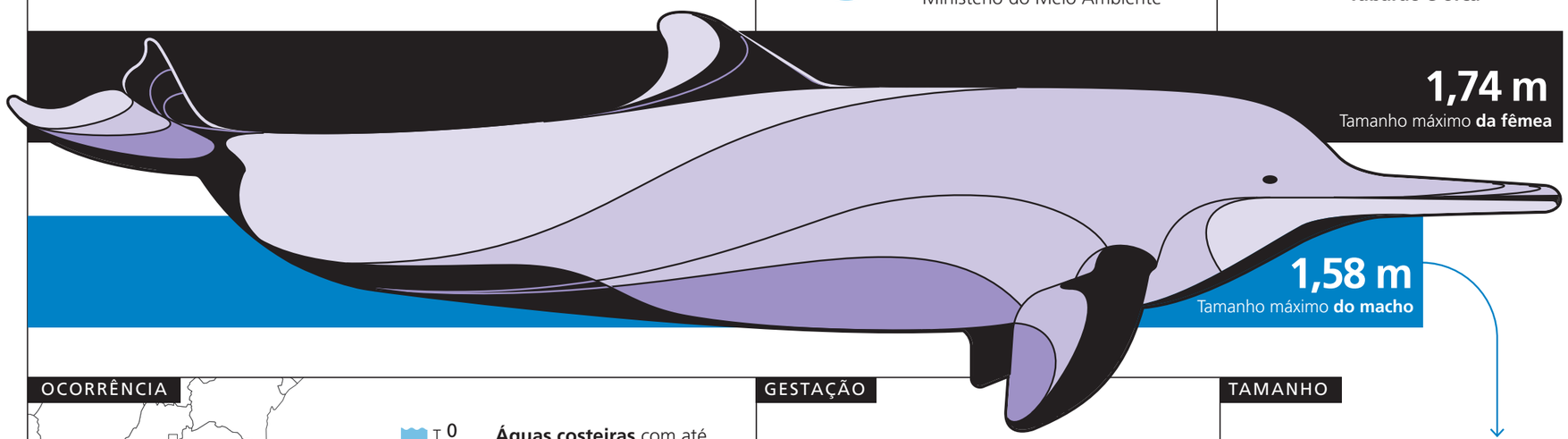
Criticamente em perigo
A espécie enfrenta risco extremamente alto de extinção na natureza, segundo o Ministério do Meio Ambiente

PREDADORES

Tubarão e orca

SOBRE O PROJETO

Durante sete anos, a partir de 2015, o projeto Conservação da Toninha apoiou pesquisas sobre a vida da espécie e os perigos que ela corre. Foram apoiadas iniciativas em todas as áreas em que vivem as toninhas no Brasil. **O projeto está integrado ao Plano de Ação Nacional da Toninha, do governo federal**. Hoje, estima-se que a população seja de cerca de 22 mil indivíduos



102
PESQUISADORES

A pesquisa foi conduzida por pesquisadores **graduados, mestres e doutores de 22 instituições**, como universidades, ONGs, empresas e órgãos do governo

696
ENTREVISTADOS

Colaboraram com a pesquisa **mestres, pescadores, pesquisadores e gestores** de unidades de conservação

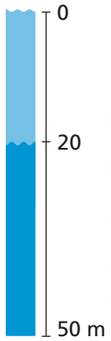
26
OFICINAS E REUNIÕES

Encontros com pescadores buscaram ampliar a capacidade de mapeamento das áreas

124
HORAS DE VOO

Sobrevoar áreas onde as toninhas vivem ajuda a descobrir **o tamanho e a distribuição dos grupos**

OCORRÊNCIA



Águas costeiras com até 20 m de profundidade, do ES até o Norte de SC

Em profundidades de até 50 m no RS, no Uruguai e na Argentina

Duas populações isoladas sob alto risco de extinção: uma no Espírito Santo e outra no Norte do Rio de Janeiro

GESTAÇÃO

11 MESES

MONOGÂMICOS

Macho e fêmea **vivem juntos antes e depois** do nascimento do filhote

TAMANHO

É o menor golfinho do Brasil. Como as fêmeas são maiores do que os machos, elas dão à luz filhotes de maior porte, e isso aumenta as chances de sobreviverem. Toninhas encontradas mais ao norte em sua distribuição são menores que as encontradas mais ao sul

REPRODUÇÃO

2 a 5 anos
Amadurecem sexualmente entre 2 e 5 anos de idade, tempo ligeiramente mais curto que o observado em outros golfinhos. **Apenas um filhote nasce a cada dois anos**

COMPORTAMENTO

Não pula como outros golfinhos. Raramente se aproximam de barcos a motor

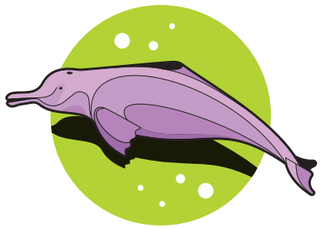
PESO

Em adultos, varia de 35 a 55 kg, a depender da área geográfica

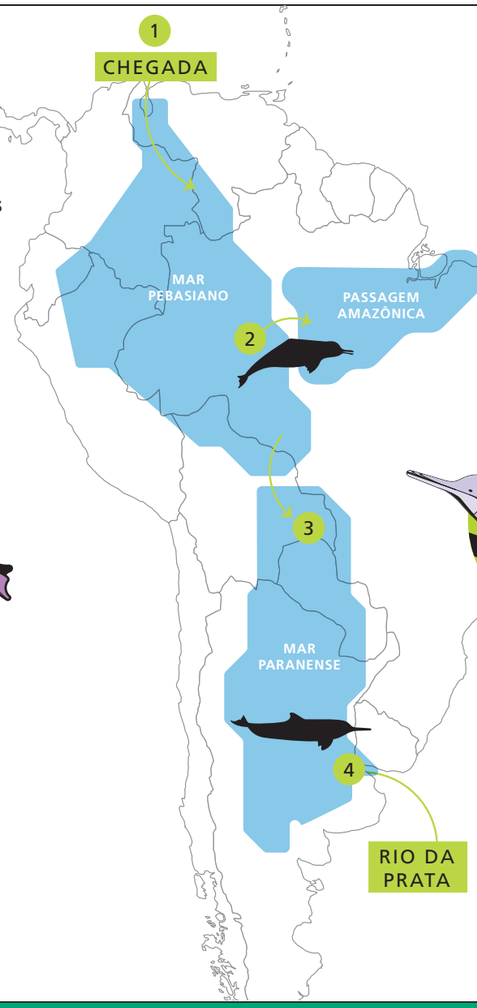
CONSERVAÇÃO DA TONINHA

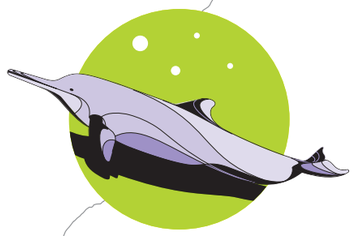
ANCESTRAIS

As toninhas são descendentes de um **mamífero marinho que viveu no Oceano Atlântico entre 13 milhões e 18 milhões de anos atrás**. Esse mamífero veio do Mar do Caribe **(1)** e entrou na América do Sul por caminhos que, com mudanças ocorridas no continente, deixaram de existir



FLUVIAIS Os botos-cor-de-rosa têm o mesmo ancestral das toninhas. Ou seja, **botos-cor-de-rosa e toninhas são parentes.** Porém, os animais que deram origem aos botos pertenceram a um **grupo que não voltou para o mar (2)**. Esse grupo permaneceu no Norte do continente, na região que é hoje a Amazônia





MARINHOS Os ancestrais das toninhas chegaram ao continente e, com o tempo, deslocaram-se em direção ao Sul, passando pelos mares Pebasiano e Paranaense **(3)**, que não existem mais. **Parte desses animais voltou ao Atlântico pelo Rio da Prata (4)**

FMAs: LAR DAS TONINHAS

As áreas onde as toninhas ocorrem foram divididas para facilitar a gestão e as medidas de conservação da espécie, são chamadas de FMAs. FMA significa Franciscana Management Area ou, em português, área de manejo da franciscana. **Existem FMAs no Brasil, no Uruguai e na Argentina**

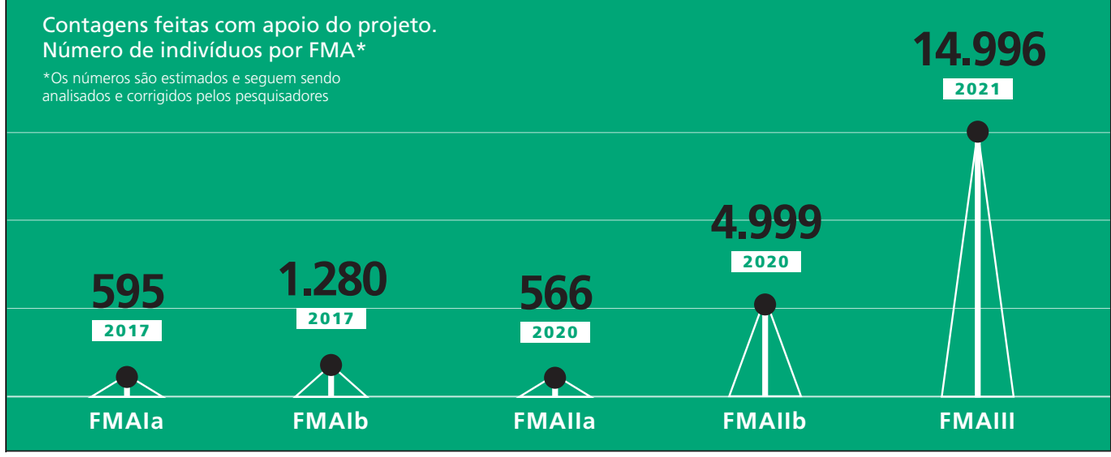
MAIORES DENSIDADES NO BRASIL

FMA Ia – Região da Foz do Rio Doce
FMA Ib – Farol de São Tomé e Macaé
FMA II – Norte de Ilhabela e Sul da Baixada Santista
FMA III – Litoral sul do Rio Grande do Sul

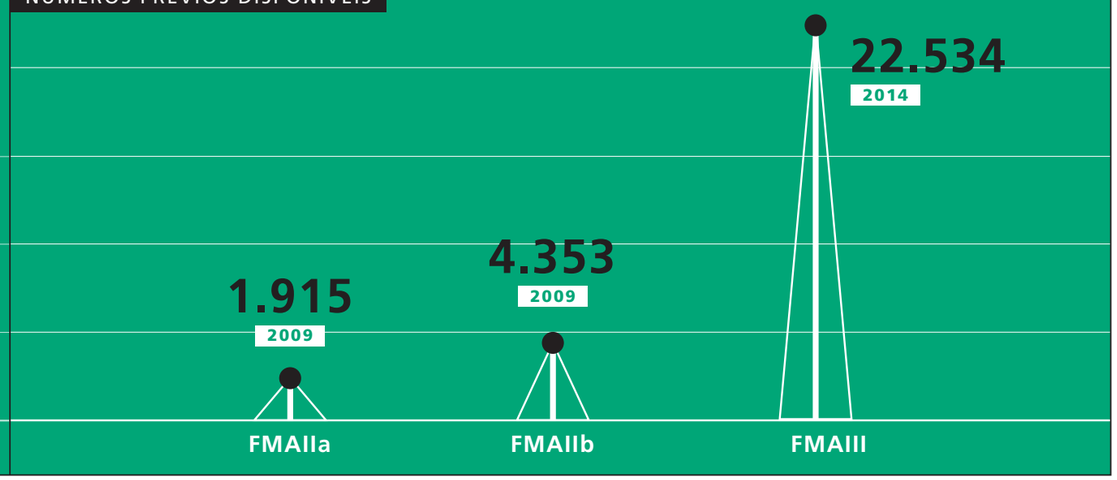
CONTAGENS DE INDIVÍDUOS

Contagens feitas com apoio do projeto.
Número de indivíduos por FMA*

*Os números são estimados e seguem sendo analisados e corrigidos pelos pesquisadores



NÚMEROS PRÉVIOS DISPONÍVEIS



CONSERVAÇÃO DA TONINHA

POR QUE A ESPÉCIE ESTÁ AMEAÇADA DE EXTINÇÃO?

Diferentes causas podem levar ao desaparecimento das toninhas. A maioria está ligada à atividade humana. O principal perigo são as interações com a pesca, situações em que os animais são capturados de modo não intencional

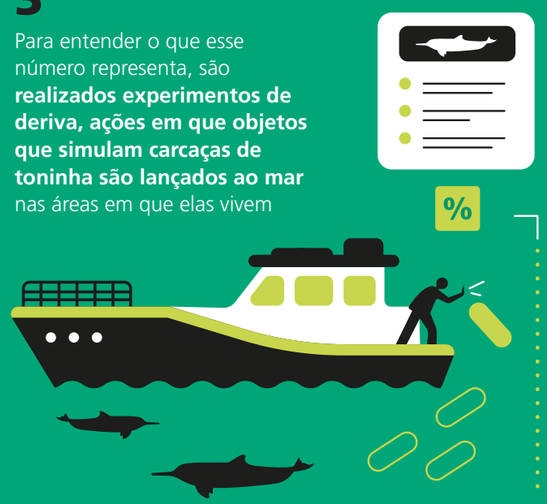
- **INTERAÇÕES COM A PESCA**
- **INFRAESTRUTURA MARINHA**
- **ESGOTO URBANO, AGRICULTURA E INDÚSTRIAS**
- **LIXO MARINHO**
- **DEGRADAÇÃO DO HÁBITAT**
- **CONTAMINANTES QUÍMICOS**
- **POLUIÇÃO SONORA**
- **ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

COMO AVALIAR A MORTALIDADE?

1
Um dos meios de **avaliar/medir a mortalidade é a contagem de carcaças** de animais encalhados nas praias

2
Porém, sabe-se que as **carcaças que aparecem nas praias correspondem apenas a uma parte** do total de animais mortos

3
Para entender o que esse número representa, são **realizados experimentos de deriva, ações em que objetos que simulam carcaças de toninha são lançados ao mar** nas áreas em que elas vivem

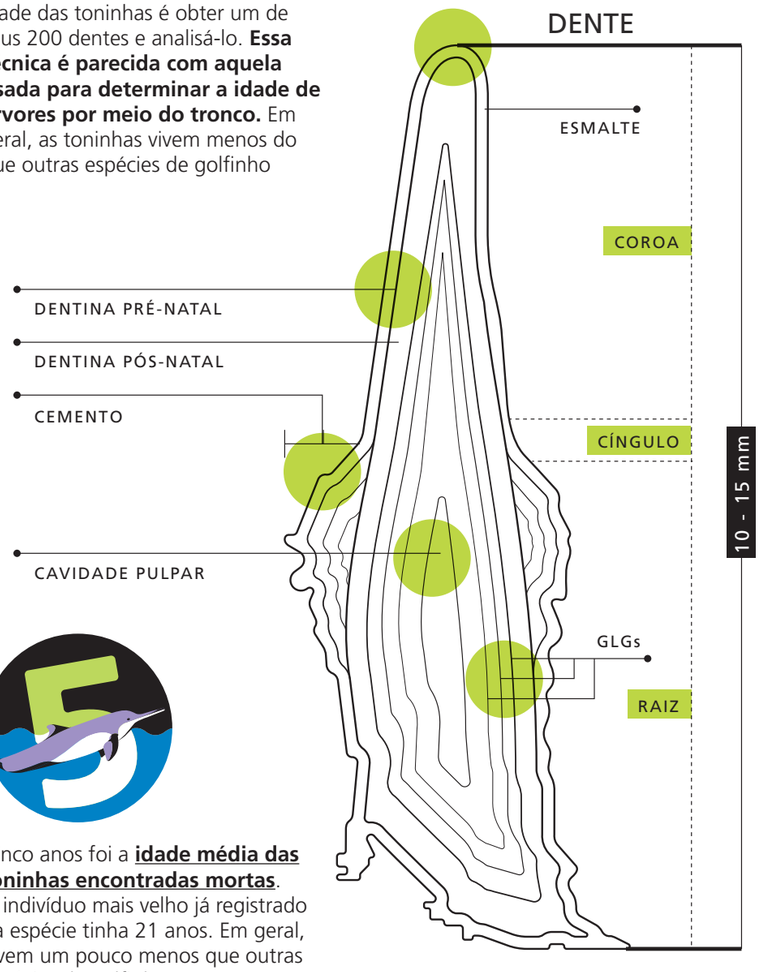


4
Por meio da análise desses dados, **é possível saber qual é o percentual de animais que encalham**

5
Conhecer esse percentual permite **estimar um número mais próximo da quantidade real** de toninhas mortas

A IDADE NO SORRISO

A melhor maneira de descobrir a idade das toninhas é obter um de seus 200 dentes e analisá-lo. **Essa técnica é parecida com aquela usada para determinar a idade de árvores por meio do tronco.** Em geral, as toninhas vivem menos do que outras espécies de golfinho



Cinco anos foi a **idade média das toninhas encontradas mortas**. O indivíduo mais velho já registrado da espécie tinha 21 anos. Em geral, vivem um pouco menos que outras espécies de golfinhos

PASSO A PASSO

1
Antes de serem analisados, os dentes **precisam ser limpos e amolecidos**. Para isso, são usadas substâncias ácidas e formol

2
Depois de limpos, **os dentes sofrem cortes minúsculos,** feitos com uma máquina chamada micrótomo. Cada corte tem entre 1 e 10 micrometros. Um micrometro equivale a um milímetro dividido por mil. Então, os dentes são colocados em outras substâncias químicas

3
Os dentes são colocados em um microscópio. Esse aparelho permite observar detalhes em objetos minúsculos. **O dente das toninhas possui uma série de linhas. Cada linha equivale a um ano de vida do animal**

4
Dados do projeto revelaram que a **maioria das toninhas mortas não estava em idade fértil, ou seja, ainda eram filhotes ou jovens.** Isso torna ainda maior a urgência de ações para evitar a morte desses animais

CONSERVAÇÃO DA TONINHA

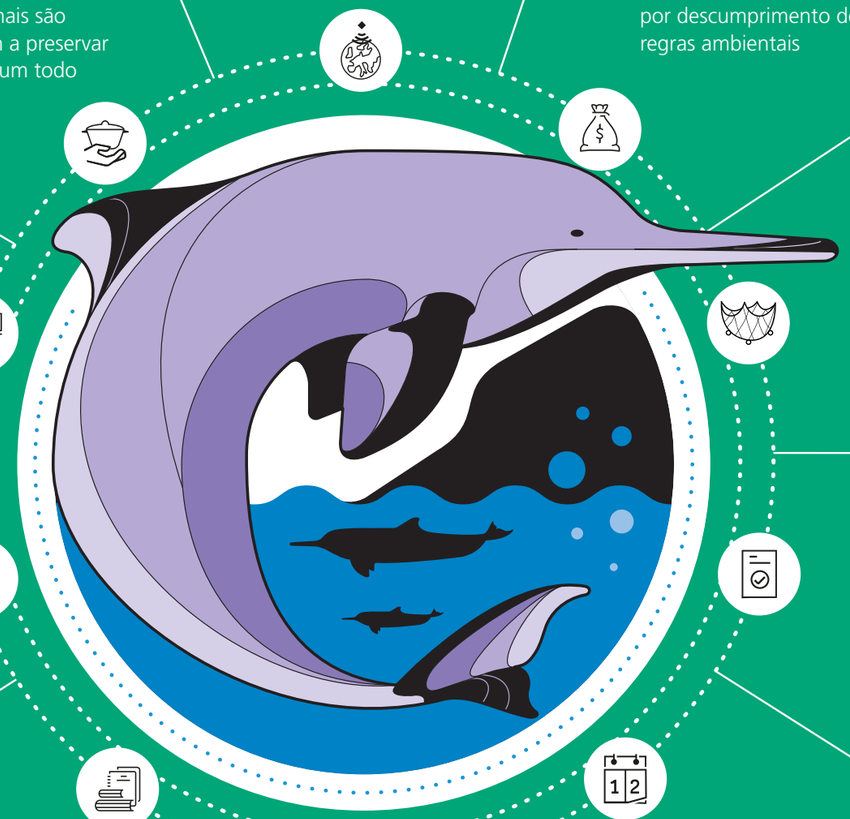
O QUE PODE SER FEITO?

Consumo consciente
Descobrir se o pescado foi capturado de forma legal e sustentável, preferir produtos locais e optar por produtos de pescadores artesanais são ações que ajudam a preservar o ambiente como um todo

Monitoramento
Investir em tecnologia e avaliar constantemente as ações de conservação a fim de medir sua eficácia

Reparação
Destinar a ações de conservação das toninhas o dinheiro arrecadado por meio de multas em processos por descumprimento de regras ambientais

Pesquisa científica
A ciência gera conhecimento e ajuda a resolver problemas difíceis que atingem a todos. A conservação das toninhas depende da colaboração de cientistas, pescadores e da sociedade como um todo



Apoio à pesca legal
Dar assistência financeira e proporcionar boas condições de trabalho a pescadores que trabalham dentro da lei e que respeitam áreas de proteção e períodos de pesca e defeso

Participação
Promover a participação de pescadores, gestores, pesquisadores e da sociedade civil nas discussões sobre a conservação da toninha

Licenciamento ambiental responsável
Permitir a concessão de áreas em que toninhas vivem apenas se os interessados agirem para minimizar o impacto de suas atividades

Legislação
Criação de leis de proteção de acordo com a realidade de cada região, como parte de um plano de ação para pesca e espécies ameaçadas

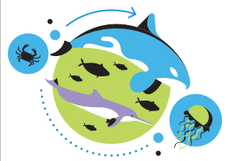
Políticas públicas
Estimular o trabalho conjunto de municípios, estados e países onde esses animais vivem

Manejo
Definir temporadas em que a pesca para cada área é importante para a conservação, assim como sempre avaliar o estado de conservação dos estoques pesqueiros

POR QUE PRESERVAR

Sentinelas do mar
Como as toninhas podem viver por muitos anos, seu comportamento fornece conhecimento valioso sobre mudanças nos ecossistemas

Direito de viver
Assim como os seres humanos, os animais são seres inteligentes e sensíveis, e têm direito a uma vida livre e sem sofrimento



Ambiente diversificado
Toninhas se alimentam de uma grande variedade de animais. Sua extinção levaria a um desequilíbrio da vida marinha

BIBLIOGRAFIA

Simões-Lopes, PC & Cremer MJ. 2022. *The franciscana dolphin*. Elsevier S&T Books. 496 p.

Secchi ER, Cremer MJ, Danilewicz D and Lailson-Brito J. 2021. *A Synthesis of the Ecology, Human-Related Threats and Conservation Perspectives for the Endangered Franciscana Dolphin*. Front. Mar. Sci. 8:617956. doi: 10.3389/fmars.2021.617956

Sucunza F, Danilewicz D, Andriolo A, Azevedo AF, Secchi ER, Zerbini NA (2019) Distribution, habitat use, and abundance of the endangered franciscana in southeastern and southern Brazil. *Marine Mammal Science* 36(1).

Arrial LGR, Castilho PV, Machado R. 2021. *Análise espacial da pesca artesanal e sua relação com a mortalidade de toninhas (Pontoporia blainvillei) em uma área da FMAII*. 31 SIC/UDESC.

Fonseca J, Monteiro D, Secchi E. 2020 Áreas prioritárias para a conservação de toninhas (*Pontoporia blainvillei*) capturadas acidentalmente na pesca de emalhe no Rio Grande do Sul. *19ª Mostra da Produção Universitária*, FURG. Rio Grande/RS, Brasil. ISSN: 2317-4420

Prado JH, Kinas PG, Pennino MG, Seyboth E, Silveira AFRG, Ferreira EC, Secchi ER. 2021. Definition of no-fishing zones and fishing effort limits to reduce franciscana bycatch to sustainable levels in southern Brazil. *Animal Conservation*, v. 24, p. 770-782.

APOIO A UCs

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo

PARCEIROS

GOVERNO

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho

NDC **ODS**

9
UCs APOIADAS

9
PROJETOS APOIADOS

233
MIL HECTARES

Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo. Foto: Paula Moraes/FUNBIO

Nove Unidades de Conservação (UCs) do litoral do Rio de Janeiro e do litoral norte de São Paulo são atendidas por recursos do projeto Apoio a UCs para a aquisição de bens e serviços como consultoria, obras, mobiliário, manutenção de equipamentos, embarcações, combustível e outros itens essenciais à logística da fiscalização em campo.

Foi o caso da compra de uma lancha de 34 pés, com dois motores a diesel de 220 HP, efetivada em 2022 para suporte aos trabalhos na Estação Ecológica de Tamoios, na Baía da Ilha Grande (RJ).

A embarcação se junta a outras três que operam na UC, com o diferencial de permitir conforto e segurança, inclusive para operações noturnas, além de equipamentos mais adequados ao monitoramento, vigilância e apoio a pesquisas científicas nas condições geográficas da região.

A estratégia de apoio às UCs via TAC Frade abrange ainda a compra de imóvel para a sede da RESEX Arraial do Cabo, uma área marinha com alta exploração do turismo em recifes de corais. A sede se faz necessária devido a conflitos de uso que precisam de constante monitoramento. Em paralelo, foi iniciada a contratação do projeto executivo de construção do centro de visitantes do Parque Nacional da Serra da Bocaina, na região de Trindade, em Paraty (RJ), de forma a promover o uso pelo turismo e aperfeiçoar a relação com as comunidades locais.

apoio a UCs Conservação & Uso Sustentável

TAC ALSUB

Termo de Ajustamento de Conduta Almoxarifados Submarinos

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho

ODS

Este projeto é executado com recursos do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro e a Petrobras, com a interveniência do FUNBIO, no âmbito do Inquérito Civil nº 1.30.001.000486/2019-08

2
CHAMADAS DE PROJETOS

10
PROJETOS APOIADOS

15
UCs CONTEMPLADAS:

10
ESTADUAIS (INEA)

5
FEDERAIS (ICMBio)

Iniciado em março de 2021, o projeto TAC Almoxarifados Submarinos (TAC ALSUB) é fruto de medida compensatória da Petrobras junto ao Ministério Público Federal, pelo depósito de estruturas ***offshore*** fora de uso no fundo do mar, na década de 1990.

Foto: Pedro Bugim

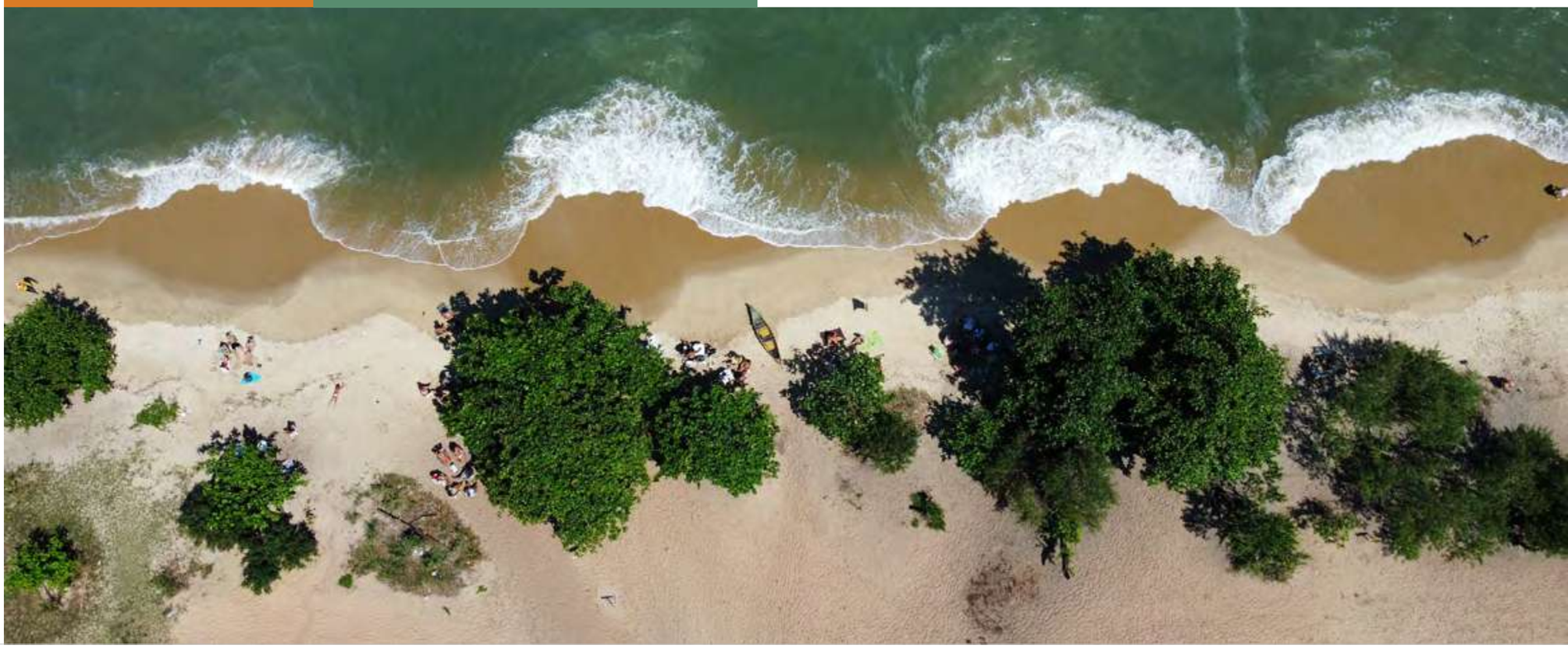
Com duração até 2025, a iniciativa tem três objetivos principais: fortalecer Unidades de Conservação (UCs) no estado do Rio de Janeiro, melhorar a qualidade de vida de comunidades pesqueiras e promover a pesca sustentável, além de apoiar pesquisas científicas focadas na conservação da biodiversidade e na poluição marinha.

Em 2022 foi iniciado o apoio a 10 UCs estaduais, que contou com a compra de equipamentos como drones, câmeras fotográficas e lanchas destinadas à fiscalização e ao monitoramento das áreas. Também foi estabelecida parceria para fortalecimento de cinco UCs federais, que começarão a ser apoiadas em 2023.

No campo da geração de renda e melhoria da qualidade de vida, o projeto promoveu oficinas e mentorias para elaboração de iniciativas propostas por instituições de base. Em Pedra de Guaratiba, Mangaratiba e Paraty-Mirim, estão sendo conduzidas ações para fomentar a inclusão digital de pescadores artesanais da região. Já na Ilha Grande, o apoio é voltado à capacitação de filhos e filhas de pescadores na prática de esportes a vela. A atividade incorpora noções sobre conservação ambiental, meteorologia e outros temas relativos ao lugar onde vivem.

Ainda em 2022, o projeto lançou a Rede Oceano Limpo e iniciou a construção participativa de uma estratégia estadual de enfrentamento do lixo no mar, em parceria com a Universidade de São Paulo. A rede reúne representantes da academia, de instituições com trabalhos ligados ao mar e do governo de estado, e constitui uma rede participativa em prol dos oceanos.

Em 2023, cinco universidades serão selecionadas para avaliação do impacto dos resíduos em espécies ameaçadas de extinção, o que permitirá gerar informações sobre o desafio da poluição marinha.



TAC CORAL-SOL

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

MANEJO DE ESPÉCIES

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho

ODS

Fotos: Edson Faria Júnior

Oriundo da região do Oceano Indo-Pacífico, o coral-sol apresenta duas espécies que são encontradas no Brasil: *Tubastraea coccinea* e *Tubastraea tagusensis*. Seus primeiros registros aqui datam da década de 1980, em plataforma de petróleo na Bacia de Campos (RJ).

Com alta capacidade de reprodução e dispersão, dominaram outros espaços da costa fluminense. A Baía da Ilha Grande foi um desses e, em especial, áreas protegidas por lei, como a Estação Ecológica de Tamoios. A presença maciça do invasor diminui o espaço disponível às espécies nativas de corais e muitas acabam morrendo, com riscos a esses ecossistemas essenciais à produção pesqueira.

Diante dos impactos ecológicos e econômicos na costa fluminense, para avaliar e monitorar a dinâmica de manejo da espécie na região da Ilha Grande, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) Coral-Sol foi assinado em 2021 entre o Ministério Público Federal e cinco empresas. É composto por dois projetos base que orientam todas as ações: o Projeto para Avaliação e Monitoramento da Dinâmica e Manejo do Coral-Sol na Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios e o Projeto Suplementar para Avaliação e Monitoramento da Dinâmica do Coral-Sol na Baía da Ilha Grande.

O FUNBIO é o gestor financeiro e operacional da iniciativa. O TAC prevê, ao longo de cinco anos, ações voltadas para o diagnóstico e o monitoramento das espécies em questão. As iniciativas contribuirão para a compreensão do comportamento da espécie na região e servirão de subsídio para a tomada de decisão em áreas protegidas.

Em 2022, foi criado o Comitê Técnico-Científico, instância máxima consultiva e deliberativa de coordenação técnica da execução do TAC Coral-Sol. Esse espaço, com uma multiplicidade de atores especialistas, permite a construção de documentos que sejam referência em termos de qualidade e credibilidade técnica para execução das atividades previstas.

Os trabalhos do grupo envolvem, ainda, a avaliação das iniciativas científicas acerca de testes sobre a eficácia das técnicas de remoção manual desses corais indesejáveis. Trata-se do maior estudo em curso no País sobre essas espécies invasoras, com o objetivo de auxiliar a adoção de novas políticas, ajudar no controle e replicar práticas em outras áreas de UCs na costa brasileira

TAJ PARANAGUÁ

Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · MECANISMOS FINANCEIROS

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho
– Mata Atlântica

NDC **ODS**

Aves sobrevoam remanescentes da Mata Atlântica. Foto: Rodrigo Torres

A região litorânea do Norte do Paraná está conectada à maior área contínua de remanescentes da Mata Atlântica no País, no grande mosaico verde que adentra o Sul do estado de São Paulo, na região conhecida como o "coração" do bioma, compondo Reservas da Biosfera do Vale do Ribeira e da Serra da Graciosa.

Ao longo dos últimos 35 anos acompanhamos e contribuímos com esforços que permitiram a criação de um amplo conjunto de Unidades de Conservação federais na região costeira e da Serra do Mar Paranaense (área central da Grande Reserva Mata Atlântica). Nesse longo período de tempo constatamos as enormes dificuldades para que as instituições responsáveis por essas áreas naturais protegidas pudessem realizar as ações de gestão condizentes com a sua importância. O advento do TAJ Olapa permite, pela primeira vez, um aporte de recursos substanciais para que as demandas requeridas sejam devidamente atendidas, dentro de parâmetros de prioridade que vêm sendo estabelecidos por um amplo grupo de colaboradores comprometidos com a conservação dessa região."

CLOVIS BORGES, diretor executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), instituição representada no Conselho Gestor Deliberativo do programa

Em território paranaense, são Unidades de Conservação de diversas categorias, a exemplo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, com seus 282 mil hectares, e do Parque Nacional do Superagui e suas ilhas, num total de 21,4 mil hectares de florestas cercadas por pressões como expansão urbana e operações portuárias.

Trata-se de um território de alta complexidade ambiental, social e econômica, bastante conhecido por pesquisadores e amantes da natureza. O lugar é cenário de ações de conservação no âmbito do TAJ Litoral do Paraná, por meio do apoio ao Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná, instituído em função de derramamento de óleo ocorrido duas décadas atrás. O principal objetivo do programa é a estruturação das Unidades de Conservação do litoral do Paraná e, por consequência, a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais existentes em seu entorno ou dentro dessas áreas protegidas.

Após a elaboração de um plano estratégico, feito de forma participativa, com o envolvimento de diversos segmentos e atores locais, a partir de 2023 a iniciativa lançará editais de apoio a instituições e organizações diretamente envolvidas com a temática de conservação da biodiversidade no território, buscando fortalecer ações conjuntas e maximizar esforços na proteção desse importante patrimônio natural brasileiro.

TCSA PORTO SUL

Termo de Compromisso Socioambiental Porto Sul

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MUDANÇAS CLIMÁTICAS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Costeiro-marinho
– Mata Atlântica

NDC **ODS**

Litoral sul da Bahia recebe projeto de compensação ambiental. Foto: José Nazal

Fortalecer a preparação e o monitoramento do território é a principal estratégia para se antecipar a futuros impactos no âmbito do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) relativo ao empreendimento do terminal Porto Sul, na região de Ilhéus (BA).

O cenário de perspectivas inclui a estruturação de sistemas de dados e monitoramento ambiental para a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia e o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), com informações cartográficas sobre uso do solo e notas técnicas, entre outras referências.

Em 2022 foram fortalecidas as ações iniciadas em 2021, como o desenvolvimento e o aprimoramento dos sistemas de monitoramento ambiental que subsidiam com dados e infraestrutura a atuação do estado, bem como o monitoramento contínuo da cobertura vegetal na área de influência da obra do Terminal Porto Sul, por meio de alertas mensais, no Projeto Harpia. Em paralelo, a iniciativa busca parcerias junto a instituições e órgãos públicos locais para apoio à infraestrutura de fiscalização.

Uma das medidas será a futura contratação de planos de manejo para Unidades de Conservação estaduais localizadas na região, a exemplo da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e Rio Almada, que possibilita conciliar atividades econômicas com interesses ambientais. O papel da UC, num total de 157 mil hectares no litoral sul da Bahia, é proteger a diversidade biológica da região, disciplinando o processo de ocupação e assegurando o uso sustentável dos recursos naturais, como florestas, nascentes e cachoeiras.

O Termo de Compromisso Socioambiental Porto Sul (TCSA Porto Sul) corresponde a um instrumento jurídico decorrente do licenciamento ambiental conferido à empresa Bahia Mineração S.A. (BAMIN) para construção do complexo intermodal Porto Sul, localizado 14 km ao norte da cidade de Ilhéus (BA), região de Aritaguá. O TCSA Porto Sul, firmado pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual da Bahia, homologado em 17 de outubro de 2019, foi celebrado com o estado da Bahia (representado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente da Bahia (SEMA-BA) e Casa Civil), a mineradora BAMIN, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e o Município de Ilhéus (BA).

TCSA Porto Sul · FUNBIO · Ilhéus · BAMIN · Governo do Estado · Ministério Público do Estado da Bahia · MPF

PROJETOS COM RECURSOS DE

DOAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

89
FUNDO AMAZÔNIA ORIENTAL

FUNDO AMAZÔNIA ORIENTAL

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MECANISMOS FINANCEIROS · MUDANÇAS CLIMÁTICAS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

– Amazônia

NDC **ODS**

Rosa Lemos de Sá, Mauro O' de Almeida e Avecita Chicchón, da Fundação Gordon and Betty Moore, em anúncio de apoio a projeto quilombola. Foto: Sergio Dutti/Consórcio Amazônia Legal

Viveiro de mudas em Terra Alta, no Pará. Marco Santos/Agência Pará

4
PROJETOS EM ANDAMENTO

O Fundo Amazônia Oriental (FAO), sob gestão do FUNBIO com recursos de doações internacionais, obrigações legais e outras fontes, é uma reposta efetiva do estado do Pará ao desafio do combate ao desmatamento no contexto da transição para uma economia carbono neutro a partir de 2036.

Em apoio a políticas públicas no setor, o mecanismo compõe o eixo do financiamento para a conservação no âmbito do Plano Estadual Amazônia Agora, estabelecido em 2020. A plataforma de ações abrange fiscalização e licenciamento, ordenamento territorial e desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono, com rastreabilidade de cadeias produtivas e ênfase na recuperação de áreas degradadas e bioeconomia. Comunicação e transparência de dados, gestão participativa e tecnologia da informação são componentes transversais como indutores de ganho de escala e eficiência.

Em 2022 foi concluído o processo de constituição do FAO, por meio da criação de manual operacional, produção de vídeo e outras ações de visibilidade para posterior início dos projetos, viabilizados pelo aporte inicial do Instituto Clima e Sociedade (iCS). Em 2022, houve a captação de cerca de R$ 30 milhões, de diferentes fontes.

Um dos marcos iniciais foi o aporte anunciado pela Fundação Gordon and Betty Moore na COP27 do Clima, no Egito, para apoio à criação de novas áreas, produção sustentável e valorização dos grupos quilombolas.

Entre as ações previstas está o reconhecimento de novas áreas protegidas na região de Portel (PA), com fortalecimento de cadeias produtivas prioritariamente em comunidades quilombolas e a implantação do programa Territórios Sustentáveis, em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e o Instituto de Terras do Pará.

Além disso, o FAO contou com o apoio de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Federal e a JBS, bem como com recursos do Termo de Acordo (TAE) celebrado pela Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE-PA) e a SEMAS com a empresa Imerys Rio Capim Caulim S/A (TAE Imerys). Ambos os termos reconhecem o FUNBIO como executor do FAO.

Esses recursos permitiram ao FAO avançar, com a previsão no mecanismo do investimento em soluções para transformação digital da SEMAS, como resposta a demandas ambientais, a exemplo da adequação dos produtores ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) — ações que deverão tomar impulso em 2023 mediante novas captações de recursos para o Fundo.

FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL · iCS · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

AGÊNCIA GEF FUNBIO

91
PRÓ-ESPÉCIES

PRÓ-ESPÉCIES

Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção

PARCEIROS

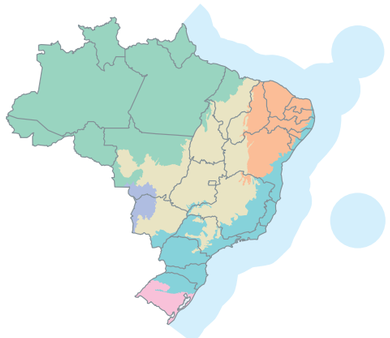
ACADEMIA · GOVERNO · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · EQUIDADE DE GÊNERO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MANEJO DE ESPÉCIES

BIOMAS E ECOSSISTEMA

- Amazônia
- Caatinga
- Cerrado
- Costeiro-marinho
- Mata Atlântica
- Pampa
- Pantanal



ODS

Foto: Valdir Hobus

A área de atuação do projeto Pró-Espécies: Todos contra a Extinção passou de nove milhões para 62 milhões de hectares, nas ações que visam a minimizar riscos quanto à perda de fauna e flora brasileiras, abrangendo um total de 290 espécies categorizadas como criticamente em perigo.

8

PLANOS DE AÇÃO TERRITORIAIS (PATs) PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

290

ESPÉCIES CLASSIFICADAS COMO CRITICAMENTE EM PERIGO

PRÓ ESPÉCIES Todos contra a extinção · WWF · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO · gef · Governos Estaduais: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. · JARDIM BOTÂNICO RIO DE JANEIRO DESDE 1808 · ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA · IBAMA MMA · MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA · GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PRÓ-ESPÉCIES

Espécie de peixe da família Serrasalmidae. Foto: Oscar Vitorino/Naturatins

13
ESTADOS

5
BIOMAS

O aumento da abrangência espacial, que ultrapassa em sete vezes a projeção inicial, foi possível após a conclusão dos 11 Planos de Ação Territoriais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PATs), em 2022, nos quais foram detalhados os polígonos e limites de cada um dos 24 territórios contemplados na iniciativa, em 13 estados.

O trabalho nas várias regiões, desenvolvido por parceiros do projeto, em especial os órgãos estaduais de meio ambiente, se soma aos Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN) — instrumentos de política pública que diagnosticam ameaças e pressões e priorizam medidas contra a diminuição de populações de determinadas espécies ou a sua extinção. No caso dos PATs, no nível local, a implementação prevê diferentes estratégias conforme o grau de riscos, como educação ambiental, manejo de fogo, divulgação e outras ações específicas de conservação.

O PAT Chapada Diamantina-Serra da Jiboia, por exemplo, coordenado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recurso Hídricos da Bahia (Inema), promoveu em 2022 a oficina A Culinária Ética Sustentável, junto a assentamentos rurais do município de Itaeté (BA). Na busca por segurança alimentar, o objetivo foi orientar grupos de mulheres em novas receitas a partir do que encontram nos quintais — como a "carne" de jaca e o "leite" de castanha — em linha com o mercado vegano.

Já o PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste realizou curso, em Caçapava do Sul (RS), sobre cultivo de cactos, como forma de conscientizar para a conservação da espécie, cuja coleta na natureza como ***souvenir*** ou fonte de renda é um vetor de ameaça aos remanescentes de vegetação nativa da região.

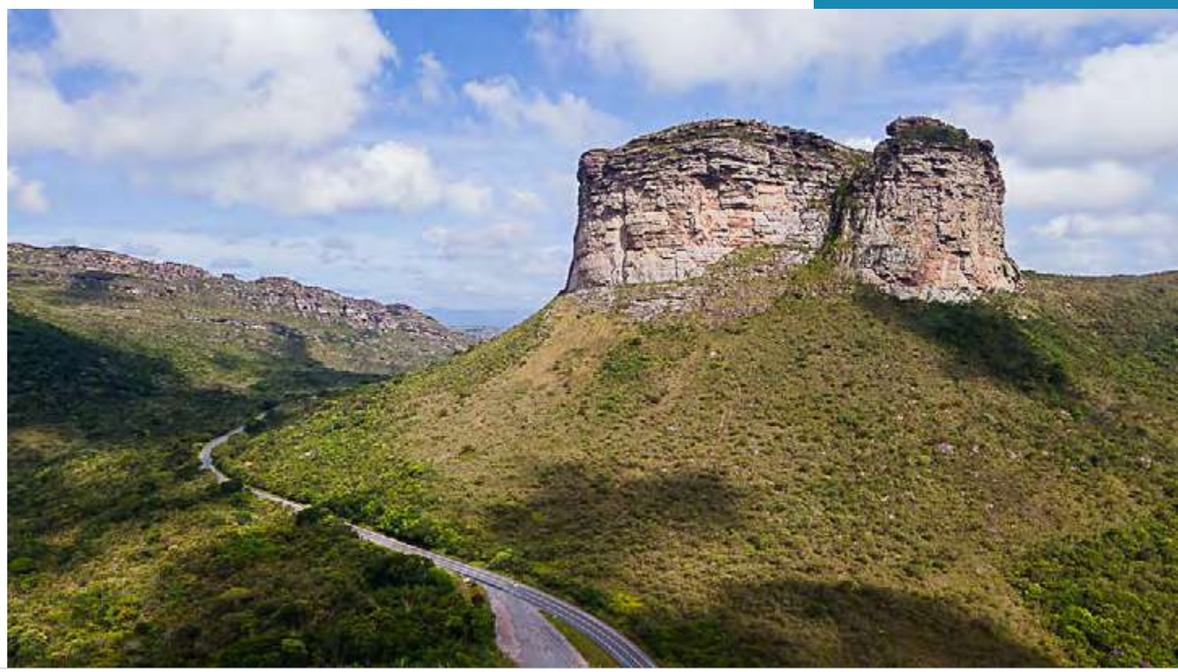
Além da avaliação de espécies da fauna e da flora quanto às condições de conservação e riscos da perda de hábitat, o projeto Pró-Espécies apoia medidas de combate ao tráfico e extração ilegal da biodiversidade, bem como o monitoramento de espécies exóticas invasoras. Com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), a iniciativa é coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e implementada pelo FUNBIO, tendo o WWF-Brasil como agência executora.

A implementação do projeto Pró-Espécies é um passo importante nesse desafio e reforça as credenciais brasileiras no debate internacional.

A iniciativa realizou, em 2022, o treinamento das equipes, visando à elaboração das Listas Vermelhas de espécies ameaçadas, em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e a Conservation.org. A capacitação habilitou 22 servidores e colaboradores dos órgãos estaduais de meio ambiente na metodologia IUCN de avaliação do risco de extinção das espécies, com padrões cientificamente comprovados. A ação é fundamental, pois, nos últimos anos, os governos estaduais vêm elaborando listas de espécies ameaçadas de seus territórios, em cumprimento ao previsto em legislação federal.

Em paralelo, com o objetivo de integrar e facilitar a gestão das informações sobre espécies ameaçadas de extinção, o projeto concluiu no ano passado o padrão de dados e mecanismos de publicação relacionados à biodiversidade. A ideia é permitir sinergia entre os sistemas e maior celeridade na análise.

Território da Chapada Diamantina-Serra da Jiboia. Foto: Gustavo Arruda/Rastro



CRÉDITOS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING
HELIO HARA
ISABELLE COSTA
THIAGO CAMARA

EDIÇÃO
HELIO HARA

REVISÃO
NO REINO DAS PALAVRAS

PROJETO GRÁFICO
LUXDEV — GISELLE MACEDO

Publicado em abril de 2023.

AGRADECIMENTO
A todos e todas, pessoas e instituições que cederam imagens para este relatório.

CAPA
Parque Estadual Botumirim, MG. Foto: Paulo Fernandes Scheid

PÁGINA 12
JANEIRO
Foto: Edson Faria Júnior

FEVEREIRO
Parque Estadual da Pedra Branca/INEA. Foto: José Caldas/FUNBIO

MARÇO
Parque Nacional da Amazônia, PA/ICMBio. Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO
Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís. Foto: Bio Teia Estudos Ambientais

ABRIL
BNDES. Foto: FUNBIO
Mico. Foto: FUNBIO

MAIO
Parque Estadual Serra de Caldas Novas, GO. Foto: Thales do Carmo/FUNBIO

JUNHO
Bolsas. Foto: Fabrício Jerônimo
Diálogos pelo Clima. Reprodução site

JULHO
Doadores do programa ARPA na RESEX Tapajós-Arapiuns. Foto: Ana Colla
Mudas. Foto: Rodolfo Marçal/FUNBIO
Tubarão Museu Nacional. Foto: Museu Nacional/Divulgação

AGOSTO
Micos. Foto: Vinicius Chavão
Mudas. Foto: Rodolfo Marçal/FUNBIO

SETEMBRO
Foto: FUNBIO

OUTUBRO
Diálogos. Foto: José Zenildo Trajano
Kayapó. Foto: Dante Novaes/FUNBIO

NOVEMBRO
Anúncio de apoio da Fundação Gordon and Betty Moore ao Fundo da Amazônia Oriental. Foto: Sergio Dutti/Consórcio Amazônia Legal
Anúncio do primeiro edital da iniciativa Floresta Viva na COP27 do Clima, no Egito. Foto: Divulgação
Açaí, RESEX Chico Mendes/ICMBio. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

DEZEMBRO
Bacia do Rio Doce. Fundação Renova. Foto: Bruno Correa/Nitro Histórias Visuais
Foto: Isabelle Costa/FUNBIO

PÁGINA 29
Bolsas FUNBIO – Conservando o futuro. Foto: Fabiane Souza

PÁGINA 36
Parque Estadual do Biribiri, MG. Foto: Thales do Carmo/FUNBIO

PÁGINAS 39 E 41
Fotos: Ana Colla

PÁGINA 72
Foto: José Lailson Brito

PÁGINA 88
Foto: Marco Santos/Agência Pará

PÁGINA 90
Foto: Divulgação

ACESSE O SITE DO FUNBIO